

**Papéis Sexuais,
Ajustamento Conjugal e Emocional
na Transição para a Parentalidade**

José Augusto Evangelho Hernandez, Ms.

Tese apresentada como exigência parcial para
obtenção do grau de Doutor em Psicologia sob
orientação do
Prof. Cláudio Simon Hutz, PhD

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Psicologia
Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento
Dezembro, 2005.

*Os seres humanos não nascem de uma vez por todas no dia
em que suas mães lhes dão à luz... A vida os obriga sempre
e sempre a parir a si mesmos.*

Gabriel Garcia Márquez

AGRADECIMENTOS

Ao Dr. Cláudio Simon Hutz por aceitar o papel de orientador desta pesquisa, pelo desempenho claro e objetivo e, principalmente, pela confiança que depositou na minha capacidade de realizar as tarefas que me foram incumbidas;

Póstumo a Profa. Dra. Ângela Maria Brasil Biaggio, primeira orientadora desta tese, um modelo de mulher e pesquisadora que, generosamente, permitiu minha aproximação para que eu pudesse aproveitar de sua riqueza intelectual e emocional;

À Lúcia Alabarse Hernandez, esposa, principal colaboradora na construção deste trabalho, parceira da transição para a parentalidade e de outras tantas vivenciadas nas últimas três décadas;

À Dra. Terezinha Féres-Carneiro, pela participação na banca, qualificando esta tese com sua experiência e prestígio na área da Psicologia da Família;

À Dra. Lígia Sherman, pela participação na banca, enriquecendo o estudo com sua crítica competente;

Ao Dr. Paulo Kroeff, pela participação na banca, com sua observação criteriosa indicando pontos para a melhoria do trabalho;

À Dra. Débora Del'Aglio, relatora, pelo coleguismo de sempre e pela disposição para compartilhar seus conhecimentos ajudando na construção desta tese;

A todos os professores do programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento que, ao longo do tempo de Mestrado e Doutorado, além das lições de sala de aula, sempre estiveram disponíveis para ouvir, auxiliar ou proferir palavras de estímulo;

À secretária Margareth Bianchesi, que, há mais uma década, tem sido peça fundamental para o Programa e, com seu trabalho, muito contribuiu para esta realização;

Ao Dr. Cirilo Magagnin, pelo coleguismo e ajuda na coleta de dados;

As diversas alunas da graduação e pós-graduação dos vários cursos de Psicologia em que atuei como professor nestes últimos anos que, com pequenas contribuições na coleta de dados, somaram para construir esta pesquisa;

Aos Comitês de Ética e funcionários dos Hospitais Presidente Vargas e Fêmina que possibilitaram o acesso para a coleta de dados;

Especial, à Comissão Científica e Comissão de Pesquisa e Ética em Saúde do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, que concedeu um financiamento parcial para esta pesquisa através do FIPE;

Ao Conselho Municipal de Saúde que, através da Resolução 26/2004, autorizou a realização desta pesquisa no âmbito da Secretaria de Saúde do município de Porto Alegre;

Em particular, ao Posto de Saúde Santa Marta e seus funcionários que, com sua ajuda, facilitaram o acesso a sujeitos desta investigação;

À Direção do Centro Espírita Bezerra de Menezes, que abriu suas portas para o acesso aos grupos de casais grávidos em preparação para a chegada dos filhos;

Aos homens e, principalmente, às mulheres participantes desta pesquisa, pois sem a colaboração delas o trabalho não teria se concretizado;

Aos filhos, Juliana, Gabriel e Luciana, que tiveram e não tiveram tolerância comigo em todos os momentos de construção da tese e, portanto, me permitiram ser pesquisador e pai, ao mesmo tempo. Especialmente à primeira que, recentemente, me deu a oportunidade de vivenciar a transição para avô de uma linda menina chamada Eduarda.

Por fim, agradeço aos meus pais José e Cassiana (já falecida), um casal com pouco estudo, que me estimulou a estudar consideravelmente mais.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	008
RESUMO.....	010
ABSTRACT.....	011
Capítulo I	
Introdução.....	012
1.1. Papéis Sexuais.....	013
1.2. Ajustamento/Satisfação Conjugal/Qualidade Conjugal.....	023
1.3. Papéis Sexuais e Ajustamento/Satisfação Conjugal/Qualidade Conjugal.....	025
1.4. Papéis Sexuais e Ajustamento Psicológico.....	035
1.5. Na Perspectiva das Transições.....	037
1.6. Transições e Papéis Sociais.....	040
1.7. A Transição da Conjugalidade para a Parentalidade.....	045
1.8 O Declínio do Ajustamento Conjugal.....	050
1.9 A Divisão de Trabalho Dentro e Fora de Casa.....	055
1.10 As Características Individuais dos Novos Pais.....	061
1.11 As Características Individuais da Criança.....	067
1.12 Os Relacionamentos na Família Nuclear e Fatores Pré-Natal.....	068
1.13 Os Relacionamentos nas Famílias de Origem.....	073
Capítulo II	
Estudo I.....	075
2.1 Introdução.....	075
2.2 Método.....	077
2.2.1 Participantes.....	077
2.2.2 Instrumentos.....	078
2.2.3 Procedimentos.....	081
2.2.4 Delineamento e Análise de Dados.....	082
2.3 Resultados.....	083
2.3.1 Papéis Sexuais e Ajustamento Conjugal.....	083
2.3.2 Papéis Sexuais e Ajustamento/Desajustamento Conjugal....	084
2.3.3 Papéis Sexuais e Ajustamento Emocional.....	085
2.3.4 Papéis Sexuais e Tipo de Gravidez.....	085

2.3.5	Sexo e Ajustamento Conjugal.....	085
2.3.6	Sexo e Ajustamento/Desajustamento Conjugal.....	086
2.3.7	Sexo e Ajustamento Emocional.....	087
2.3.8	Ajustamento/Desajustamento Conjugal e Ajustamento Emocional.....	087
2.3.9	Tipo de Gravidez e o Ajustamento Conjugal.....	088
2.3.10	Tipo de Gravidez e Ajustamento/Desajustamento Conjugal.....	088
2.3.11	Tipo de Gravidez e o Ajustamento Emocional.....	088
2.3.12	Preditores do Ajustamento Conjugal.....	089
2.3.13	Preditores do Ajustamento Emocional.....	092
2.4	Discussão.....	096
2.5	Conclusão.....	104
Capítulo III		
Estudo II.....		
3.1	Introdução.....	106
3.2	Método.....	108
3.2.1	Participantes.....	108
3.2.2	Instrumentos.....	109
3.2.3	Procedimentos.....	110
3.2.4	Delineamento e Análise de Dados.....	111
3.3	Resultados.....	112
3.3.1	O Declínio do Ajustamento Conjugal.....	112
3.3.2	Preditores do Declínio do Ajustamento Conjugal.....	113
3.3.2	Os Papéis Sexuais e o Declínio do Ajustamento Conjugal.....	115
3.3.4	Tipo de Gravidez e o Declínio do Ajustamento Conjugal.....	116
3.3.5	O Sexo do Bebê e o Declínio do Ajustamento Conjugal.....	117
3.3.6	Ajustamento/Desajustamento Conjugal e o Declínio do Ajustamento Conjugal.....	118
3.3.8	O Declínio do Ajustamento Emocional.....	119
3.4	Discussão.....	120
3.5	Conclusão.....	127
Capítulo IV		
Considerações Finais.....		
		129
Referências.....		
		131

Anexos.....	147
Anexo A – Termo de Consentimento Livre e Informado.....	148
Anexo B – <i>Bem Sex Role Inventory</i>	149
Anexo C – <i>Dyadic Adjustment Scale</i>	150
Anexo D – Escala Fatorial de Neuroticismo.....	153

LISTA DE TABELAS

	Pág.
Tabela 01 – Médias e Desvios Padrão da Idade e Tempo de Relação e Gestação.....	078
Tabela 02 – Frequência de Papéis Sexuais por Sexo.....	083
Tabela 03 – Médias, Desvios Padrão e ANOVA de Papéis Sexuais por Ajustamento Conjugal.....	084
Tabela 04 – Médias, Desvios Padrão e ANOVA de Sexo por Ajustamento Conjugal.....	086
Tabela 05 – Distribuição de Frequência Observada, Esperada e Resíduos Padrão Ajustados de Sexo por Ajustamento/Desajustamento Conjugal.....	086
Tabela 06 – Médias, Desvios Padrão e ANOVA de Sexo por Ajustamento Emocional.....	087
Tabela 07 – Médias, Desvios Padrão, Erros Padrão e ANOVA de Ajustamento/Desajustamento Conjugal por Ajustamento Emocional.....	088
Tabela 08 – Médias, Desvios Padrão, Erros Padrão e ANOVA de Tipo de Gravidez por Ajustamento Emocional.....	089
Tabela 09 – Resumo dos Modelos da Análise de Método <i>Stepwise</i> , Variável Dependente Consenso Diádico do Ajustamento Conjugal.....	090
Tabela 10 – Resumo dos Modelos da Análise de Regressão, Método <i>Stepwise</i> , Variável Dependente Satisfação Diádica do Ajustamento Conjugal.....	091
Tabela 11 – Resumo dos Modelos da Análise de Regressão, Método <i>Stepwise</i> , Variável Dependente Coesão Diádica do Ajustamento Conjugal.....	091
Tabela 12 – Resumo dos Modelos da Análise de Regressão, Método <i>Stepwise</i> , Variável Dependente Expressão de Afeto do Ajustamento Conjugal.....	092
Tabela 13 – Resumo dos Modelos da Análise de Regressão, Método <i>Stepwise</i> , Variável Dependente DAS Total ou Ajustamento Conjugal.....	092
Tabela 14 – Resumo dos Modelos da Análise de Regressão, Método <i>Stepwise</i> , Variável Dependente Vulnerabilidade do Ajustamento Emocional.....	093
Tabela 15 – Resumo dos Modelos da Análise de Regressão, Método <i>Stepwise</i> , Variável Dependente Desajustamento Psicossocial do Ajustamento Emocional.....	093

Tabela 16 – Resumo dos Modelos da Análise de Regressão, Método <i>Stepwise</i> , Variável Dependente Ansiedade do Ajustamento Emocional.....	094
Tabela 17 – Resumo dos Modelos da Análise de Regressão, Método <i>Stepwise</i> , Variável Dependente Depressão do Ajustamento Emocional.....	094
Tabela 18 – Resumo dos Modelos da Análise de Regressão, Método <i>Stepwise</i> , Variável Dependente EFN Total ou Ajustamento Emocional.....	095
Tabela 19 – Médias, Desvios Padrão dos Tempos (meses) do Pré e Pós-Teste para Amostra Total, Homens e Mulheres.....	111
Tabela 20 – Médias Desvios Padrão e Teste <i>t</i> de Student das Medidas Pré e Pós-Teste de Ajustamento Conjugal para Homens e Mulheres.....	112
Tabela 21 – Médias Desvios Padrão e Teste <i>t</i> de Student das Medidas Pré e Pós-Teste de Ajustamento Conjugal para Mulheres.....	113
Tabela 22 – Médias Desvios Padrão e Teste <i>t</i> de Student das Medidas Pré e Pós-Teste de Ajustamento Conjugal para Homens.....	113
Tabela 23 – Resumo da Análise de Regressão, Método <i>Stepwise</i> para a Variável Dependente Diferenças entre as Médias das Medidas Pré e Pós-Teste de Satisfação Diádica.....	114
Tabela 24 – Resumo da Análise de Regressão, Método <i>Stepwise</i> , para a Variável Dependente Diferenças entre as Médias das Medidas Pré e Pós-Teste de Coesão Diádica.....	114
Tabela 25 – Distribuição de Papéis Sexuais.....	115
Tabela 26 – Médias, Desvios Padrão e Teste <i>t</i> de Student das Medidas Pré e Pós-Teste da DAS e suas Subescalas para Homens e Mulheres com Gravidez não Planejada.....	116
Tabela 27 – Médias, Desvios Padrão e Teste <i>t</i> de Student das Medidas Pré e Pós-teste da DAS e suas Subescalas para Homens e Mulheres com Gravidez Planejada.....	117
Tabela 28 – Médias, Desvios Padrão e Teste <i>t</i> de Student das Medidas Pré e Pós-Teste da DAS e suas Subescalas para Homens e Mulheres com Bebê do Sexo Feminino.....	117

RESUMO

Esta investigação consiste de dois estudos que examinaram as relações entre Papéis Sexuais, Ajustamento Conjugal e Emocional de mulheres e homens no contexto da transição para a parentalidade. No primeiro, participaram 135 mulheres e 49 homens, recrutados na rede pública de saúde (SUS). No segundo estudo, os 72 sujeitos, 62 mulheres e 10 homens, foram examinados duas vezes, antes e depois do nascimento do bebê. Os indivíduos das duas amostras estavam esperando os seus primeiros filhos e coabitavam com seus parceiros, independente de serem formalmente casados. Os instrumentos utilizados foram o *Bem Sex-Role Inventory* (Bem, 1974), a *Dyadic Adjustment Scale* (Spanier, 1976) e a Escala Fatorial de Neuroticismo (Hutz & Nunes, 2001). A coleta foi individual e, em geral, os instrumentos foram preenchidos na presença do entrevistador. Um número pequeno de questionários foi respondido no domicílio dos sujeitos e, posteriormente, devolvido aos pesquisadores. Os resultados mostraram relações significativas entre Papel Sexual e Ajustamento Conjugal, no primeiro estudo. No segundo estudo foi constatado um decréscimo significativo no Ajustamento Conjugal do período pré para o pós-natal. Os dados são discutidos à luz da Teoria de Esquema de Gênero e do conhecimento produzido na linha de pesquisa da transição para a parentalidade.

Palavras-chave: Papéis Sexuais, Transição para a Parentalidade, Ajustamento Conjugal, Ajustamento Emocional/Neuroticismo.

ABSTRACT

The present investigation consists of two studies that examined the relationship between sexual roles and the marital and emotional adjustment of women and men in the context of the transition to parenthood. In the first study, participants were 135 women and 49 men recruited in the public health care network in southern Brazil. In the second study, 62 women and 10 men were tested twice: before and after the birth of the baby. Participants of both studies lived together with their partners and were awaiting their first son or daughter. The tests used were the Bem Sex-Role Inventory (Bem, 1974), the Dyadic Adjustment Scale (Spanier, 1976), and the Neuroticism Factor Scale (Hutz & Nunes, 2001). Each participant responded to the instruments alone or in the presence of the researcher. In some cases, participants responded to the instruments at home and later returned them to the researcher. Results of the first study showed significant relationships between sex roles and marital adjustment. In the second study, a significant decrease in marital adjustment was found between the pre- and post-natal periods. The results are discussed based on gender theories and on the results of the international research on the transition to parenthood.

Keywords: Sex roles, Transition to Parenthood, Marital Adjustment, Emotional Adjustment/Neuroticism

CAPÍTULO I

I. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa verificou as relações de Papéis Sexuais com o Ajustamento Conjugal e Emocional em mães e pais envolvidos com a gestação e o nascimento dos seus primeiros filhos. A transição para a parentalidade é um período do ciclo vital humano caracterizado por mudanças fortemente impactantes sobre a vida das mulheres e homens que o experimentam (Carter & McGoldrick, 2001; Goldberg, Michaels & Lamb, 1985; Knauth, 2001) e, portanto, se constitui num contexto ou cenário estimulante para testar o modelo de Papéis Sexuais proposto pela psicóloga norte-americana Sandra Bem (1974, 1975, 1977, 1981) em sua Teoria do Esquema de Gênero.

A literatura especializada, aproximadamente, há três décadas, vem divulgando pesquisas que mostram nos seus resultados relações estatísticas significativas entre Papéis Sexuais e Relacionamento Conjugal em geral (Belsky, Lang & Huston, 1986; Deutsch & Gilbert, 1976; Isaac & Shah, 2004; Juni & Grimm, 1993; Juni & Grimm, 1994; MacDermid, Huston & McHale, 1990; McGovern & Meyers, 2002; Zammichieli, Gilroy & Sherman, 1988). Também têm sido mostrados vários dados que apóiam a idéia da relação entre Papéis Sexuais e saúde mental em geral (Bassoff, 1984; Bassoff & Glass, 1982; Berthiaume, David, Saucier & Borgeat, 1996; Cook, 1987; Harris & Schwab, 1990; Williams & D'Alessandro, 1994).

No entanto, poucos são os estudos publicados com amostras brasileiras (Hernandez & Hutz, 2005a) que tenham testado esses conhecimentos produzidos, na maioria, na América do Norte. Além disso, registra-se a publicação de alguns ensaios críticos (Brasileiro, Jablonski & Féres-Carneiro, 2002).

A presente pesquisa foi desdobrada em dois estudos: no primeiro, através de um delineamento transversal foram relacionadas as variáveis Papéis Sexuais, Ajustamento Conjugal e Emocional em homens e mulheres que estavam na fase de gravidez da transição para a parentalidade; no segundo, através de um delineamento longitudinal foram comparadas as mesmas medidas anteriores, nos mesmos sujeitos, antes e depois do nascimento do bebê.

Cowan e Cowan (1995) mostraram a importância dos programas de intervenção para facilitar a transição de casais para a parentalidade. Estes pesquisadores realizaram um estudo que é um trabalho preventivo de intervenção conjugal controlado, um marco

nesta linha de pesquisa. Desta forma, demonstraram o efeito poderoso da intervenção de terapia grupal de apoio de 24 horas durante a gravidez reduzindo a queda de satisfação matrimonial, prevenindo o divórcio e melhorando a qualidade da parentalidade.

É evidente que a investigação atual se caracterizou por uma proposta de pesquisa básica, ou seja, a justificativa desta empreitada é a possível contribuição para a discussão das questões teóricas acima expostas e, desta forma, colaborar para a construção e aplicação do conhecimento nessa área da Psicologia no Brasil. Contudo, os conhecimentos aqui produzidos poderão, posteriormente, contribuir no trabalho de promoção da saúde de homens e mulheres primigestas/primíparas (Futris & McFadyen, 2002), na atividade psicoprofilática em programas pré-natais com casais (Brotherson, 2004) e, também, na clínica psicológica da família (Halford, Markman, Kline & Stanley, 2003).

1.1. Papéis Sexuais

Lenney (1991), abordando os problemas de definição do conceito de Papéis Sexuais comentou que, em geral, as pessoas se referem às características de Papéis Sexuais como aquelas características que realmente diferenciam os sexos. Apesar da enorme popularidade dos construtos básicos, Papéis Sexuais masculinos e femininos, os investigadores têm constantemente evitado uma definição clara dos mesmos, em ambos os níveis, conceitual e operacional.

A revisão de Constantinople (1973), um marco na área, buscou definições teóricas e concluiu que masculinidade e feminilidade parecem estar entre os conceitos turvos do vocabulário dos psicólogos. As mais generalizadas definições dos termos é que parecem ser traços relativamente duradouros que estão mais ou menos enraizados na anatomia, fisiologia e experiências iniciais e, geralmente, servem para distinguir homens e mulheres na aparência, atitudes e comportamento.

Lenney (1991), ainda, observou que algumas abordagens teóricas definem Papéis Sexuais como as características, atitudes, valores e comportamentos que a sociedade especifica como apropriados para homens e mulheres. Outras abordagens enfatizam a estrutura social em suas definições. Gilbert (1985) sustentou que Papéis Sexuais se referem às expectativas normativas sobre a divisão de trabalho entre os sexos e as regras

sobre interações sociais relativas a gênero que existem numa cultura ou contexto histórico particular.

Considerando a turbidez do termo Papéis Sexuais, *lato sensu*, muitos autores têm proposto o uso de termos que se referem a vários aspectos estritos dos mesmos. O resultado disso tem sido uma proliferação de palavras que têm gerado mais confusão. Ou seja, nem todos os autores usam o mesmo termo no mesmo sentido. Por exemplo, alguns definem orientação de papel sexual como uma percepção subjacente, não necessariamente consciente, de masculinidade e feminilidade do *self*. Outros autores afirmam que medidas de orientação de papel sexual tentam distinguir entre papéis tradicionais e não tradicionais (liberados) relacionados com o sexo, atividades, carreiras e estilos de vida (Lenney, 1991).

Stewart e McDermott (2004) comentaram que gênero é um fator ou variável empírica amplamente reconhecida na compreensão de vários aspectos do comportamento. Na Psicologia, gênero é usado empiricamente, com frequência, sem muita consciência de seu significado social ou conceitual. Geralmente, os psicólogos usam gênero na pesquisa empírica, no mínimo, de três maneiras completamente diferentes: para significar diferenças sexuais, variabilidade no sexo e gênero vinculado às relações de poder que estruturam muitas interações e instituições sociais.

Sem dúvida, a Psicologia tem abordado o estudo do gênero de várias maneiras. Em algumas tem se limitado a constatar, a descrever e a medir as diferenças de comportamento entre homens e mulheres. Por vezes, sustentando que tais diferenças existem por si mesmas e que a investigação psicológica só pode estruturá-las e buscar as causas que as explicam. Este ponto de vista tem se mantido (Barberá, 1998), embora a Psicologia já tenha diferenciado conceitual e metodologicamente sexo biológico e gênero, categoria psicológica.

Esta discussão remete a uma grande controvérsia, neste campo de pesquisa, que diz respeito ao problema do inatismo *versus* ambientalismo, esclareceu Biaggio (1989). Nos anos pré-científicos da Psicologia, acreditava-se fortemente na base constitucional e nos instintos como determinantes das diferenças sexuais nas atitudes e nos comportamentos. Hoje, contudo, sabe-se que, muito antes de perceberem as diferenças sexuais anatômicas, os meninos e as meninas já receberam a informação de que há dois tipos de pessoas no mundo social, homens e mulheres, comentaram Gerrig e Zimbardo (2005).

Por que as mulheres tendem a comportar-se de certas maneiras e os homens de outras?, indagou Oliveira (1983). O mesmo autor respondeu que, até os anos 60, os

pesquisadores sempre procuraram avaliar as características masculinas e femininas de personalidade baseados num modelo bipolar e unidimensional. Nesta perspectiva, o paradigma central é o pressuposto de que homens e mulheres diferem em muitas de suas características, nos estereótipos sociais, nos padrões de desempenho de Papéis Sexuais ou nas prescrições culturalmente aprovadas para indivíduos do sexo masculino e para indivíduos do sexo feminino: homens são mais independentes e agressivos e as mulheres, mais dependentes e amáveis.

Além disso, Oliveira (1983) observou que o sistema social parece guiar as crianças do sexo masculino a caminharem por um lado e as do sexo feminino por outro, na direção de como ser homem e como ser mulher, respectivamente. O pesquisador comentou que nas últimas décadas, muito tem sido escrito sobre as mudanças destes Papéis Sexuais, com homens apresentando emoções e mulheres sendo encorajadas a serem assertivas e negociadoras.

Ao longo do tempo, algumas teorias psicológicas têm se inscrito na tentativa de fornecer explicações acerca do desenvolvimento de Papéis Sexuais. Entre as mais importantes estão, em ordem de surgimento, a Psicanálise, a Aprendizagem Social e a Psicologia Cognitiva. Em muitos manuais atuais de Psicologia Geral e Social (Davidoff, 2001; Gerrig & Zimbardo, 2005; Huffman, Vernoy & Vernoy, 2003; Myers, 2000) são citadas apenas duas explicações principais para o desenvolvimento de gênero, Aprendizagem Social e Psicologia Cognitiva. Destarte, nesta revisão breve foi também registrada a Psicanálise, visto que é bastante considerada em nossa cultura.

Nota-se que o Modelo de Individuação de Chodorow (1990), inspirado na teoria psicanalítica, tem marcado presença expressiva na literatura internacional. Segundo esta autora, quando as mulheres são as principais cuidadoras, as crianças masculinas tendem a tornarem-se mais autônomas, enquanto as crianças femininas tenderão a experimentar mais identificação com as necessidades e sentimentos dos outros.

Na abordagem psicanalítica, a evolução e a resolução do conflito edípico, fenômeno central desta teoria, são as responsáveis pela identificação das crianças às características, atitudes e comportamentos dos pais de mesmo sexo biológico (Fast, 1993). A autora comentou que Freud postulava que as diferenças de personalidade entre homens e mulheres são o resultado de uma seqüência invariável de estágios do desenvolvimento da criança: oral, anal e fálico. Ao longo destes três estágios, instala-se na criança o Complexo de Édipo que, no menino, teria o seguinte desenvolvimento: a partir de uma ligação inicial maior com a mãe, que é sexualizada na fase edípica, o

menino nutre fantasias de possuir a mesma. Então, a figura do pai surge como um obstáculo poderoso e intransponível, um rival que poderá puni-lo. Desta forma, a ansiedade de castração leva o menino a reprimir seu desejo pela mãe e a identificar-se com o pai na expectativa de um dia ser como ele e ter uma mulher semelhante a mãe. Freud acreditava que o processo que conduzia à dissolução do Complexo de Édipo na menina era análogo ao do menino. Mais tarde, ele reformulou sua visão do desenvolvimento psicosssexual da mulher. A menina, assim como o menino, desenvolve uma ligação inicial com a mãe. Para ela, entretanto, não é a ansiedade de castração, mas a própria constatação de que não possui pênis e a conseqüente “inveja do pênis”, que a motivarão à resolução do Complexo de Édipo. Não podendo possuir a mãe, por ser igual a ela, e culpando a mesma por não lhe ter proporcionado um pênis, a menina abandona-a como objeto sexual. Simultaneamente, se identifica com a mãe e sente-se atraída pelo pai.

Dentro da teoria da Aprendizagem Social existem duas grandes correntes: uma que prescinde da referência aos processos intrapsíquicos e, por outro lado, enfatiza a interação entre a conduta e os eventos ambientais na aquisição de comportamentos; outra, que concede grande importância aos processos internos cognitivos que mediam a aquisição das condutas sexualmente tipificadas (Lott & Maluso, 1993).

Na primeira corrente, os comportamentos sexualmente tipificados são vistos como os que proporcionam uma distinta gratificação a um e outro sexo ou têm conseqüências que variam segundo o sexo do sujeito. A aquisição e a utilização de uma conduta sexualmente tipificada pode ser descrita de acordo com os mesmos princípios de aprendizagem usados na análise de qualquer outro aspecto do comportamento individual, esclareceram Lott e Maluso (1993). A tipificação sexual é o processo no qual o indivíduo adquire padrões de comportamento vinculados com o sexo: primeiro aprende a distinguir estes padrões, depois, a generalizar estas experiências concretas a situações novas e, finalmente, a usar o comportamento.

Ainda conforme Lott e Maluso (1993), o condicionamento operante pode ser visto quando a criança é recompensada ou punida por assumir um comportamento adequado ou inadequado ao próprio sexo. Meninos, por exemplo, não raro são criticados por chorarem, brincarem com bonecas ou mostrarem interesse pelas atividades domésticas (cozinhar, lavar louça, lavar e passar roupas). Da mesma forma, meninas podem ser criticadas por serem agressivas ou estabanadas. Pais e outras crianças estão permanentemente encarregados, de formas sutis, de recompensar ou punir estas crianças

pelo desempenho em comportamentos julgados como mais ou menos apropriados aos seus sexos.

Por outro lado, na segunda corrente, pesquisas têm mostrado que aprendizagem vicária é uma das fontes mais importantes de aquisição de comportamentos sexuais. Estudo realizado por Ross, Anderson e Wisocki (1982) comprovou isso: níveis de masculinidade e feminilidade de estudantes universitários foram examinados, os sujeitos relataram quais programas de televisão assistiam e com que frequência. A quantidade total de tempo gasto assistindo TV não se relacionou com masculinidade e feminilidade, mas os sujeitos assistiam mais a programas nos quais os personagens retratavam maneiras sexualmente tipificadas adequadas aos seus estereótipos de orientação de papel sexual (homens masculinos e mulheres femininas). Esta relação apareceu, também, em grupos de sujeitos de faixas etárias mais elevadas.

As pesquisas nem sempre têm encontrado evidências de meninos imitando modelos masculinos e meninas imitando modelos femininos, mas isto pode ser o produto de uma falha na identificação do comportamento em questão com o sexo. Alguns investigadores têm apontado que crianças precisam, primeiro, aprender que o comportamento observado é desempenhado mais frequentemente por um sexo em específico (Bussey & Bandura, 1984). Não há razão para que meninas assumam um modelo de professora mais do que meninos, em todos os comportamentos que a professora apresenta a eles. Contudo, se as crianças são capazes para observar ou distinguir que o comportamento está mais vinculado às mulheres do que aos homens, poderíamos esperar mais modelagem deste por parte das meninas. Perry e Bussey (1979) demonstraram isso experimentalmente: quando crianças observaram modelos de homens e mulheres, elas tenderam a imitar o comportamento do modelo de mesmo sexo apenas quando estes determinavam que o comportamento desempenhado era mais frequentemente exercido por sujeitos de seu mesmo sexo.

No grupo chamado Psicologia Cognitiva convivem, principalmente, duas teorias cognitivas tradicionais que, também, abordam o desenvolvimento do gênero: a Genético Evolutiva (Kohlberg, 1966) e a de Processamento de Informação (Bem, 1981).

Kohlberg (1966) sustentou que o processo de tipificação se apóia no marco evolutivo geral da compreensão da realidade, afetando a organização cognitiva dos sexos sobre a qual se conformará gradativamente, a constância do gênero. Da interação entre os estereótipos de Papéis Sexuais e a identidade de papel surgirão os atributos de

Papéis Sexuais. Desta forma, as mudanças na maturação cognitiva afetam a autopercepção e se refletem na categorização de estereótipos e valores sobre o sexo.

Na Teoria de Processamento de Informação foram elaborados alguns modelos que explicam o desenvolvimento e funcionamento dos estereótipos de gênero com base em esquemas cognitivos integráveis no autoconceito. Partindo da idéia de que os sujeitos integram a informação recebida sobre uma base de esquemas previamente estabelecidos, é lógico pensar que a designação social de gênero atuará prontamente possibilitando o desenvolvimento de uma extensa rede de associações internas que, ativadas, mais adiante, serão decisivas para interpretar a realidade e, especialmente, o conceito sobre si mesmo (Barberá, 1998).

Para Sternberg (2000), conceito é a unidade essencial do conhecimento simbólico, a idéia que se tem sobre algum objeto. Diz o autor que, muitas vezes, a idéia toda pode ser captada com um único termo, por exemplo, mulher. Um conceito também está relacionado com muitos outros conceitos, no caso, mulher com delicadeza, suavidade, afetividade, etc. Ou seja, os conceitos, em geral, estão organizados em esquemas. Os esquemas são estruturais mentais que representam o conhecimento e são constituídos por uma série de conceitos inter-relacionados organizados de forma significativa.

Em suas primeiras teorizações, Bem (1974) considerou masculinidade e feminilidade como grupos complementares de traços e comportamentos positivos. A autora concebeu, naquele momento, pessoas sexualmente tipificadas como sendo aquelas que internalizaram padrões sócio-culturais sexualmente apropriados com relativa exclusão de outras características.

A *Gender Schema Theory* (Bem, 1974, 1981) ocupa um lugar de destaque dentro das abordagens cognitivas de Processamento de Informação. O esquema de gênero foi concebido como um contínuo singular, com dois pólos, em um dos quais estariam situados os sujeitos tipificados sexualmente (altamente masculinos ou altamente femininos), enquanto que, no extremo oposto, estariam os sujeitos com orientações fracas de Papéis Sexuais e os que apresentam tendências de sexo cruzado, não esquemáticos segundo o gênero ou não tipificados sexualmente. A classificação desses dois tipos (esquemáticos e não esquemáticos) se baseou nas divergências quanto à disponibilidade cognitiva, que se manifestaria tanto em nível de discriminação perceptiva, associativa e de memória, quanto no referente às expectativas e crenças sobre a polaridade de gêneros. Os esquemáticos teriam maior predisposição para

classificar as informações em categorias de masculino e feminino e para decidir que atributos incluiriam ou não em seu autoconceito.

Enquanto uma teoria de esquemas cognitivos, a *Gender Schema Theory* prevê uma transcendência à dicotomia masculino-feminino como critério para percepções e decisões. Segundo este ponto de vista, Androginia representa uma forma particular de processar informação. Os Andróginos, diferentes dos sexualmente tipificados, não contam com conotações sexuais para orientar o seu processamento de informação. Estas pessoas podem, inclusive, estar inconscientes das diferenças quanto à propriedade ou impropriedade sexual de uma dada situação. Todavia, aqui não há a idéia de hierarquia contida na abordagem evolutiva, onde a Androginia é conceituada como uma etapa superior a ser atingida. Para Bem (1981), ela é, simplesmente, uma forma diferente de processamento das informações disponíveis no meio.

Desta forma, inspirada nas teorias de processamento de informação, as quais postulam que o indivíduo é auxiliado por estruturas cognitivas que permitem que a percepção, a interpretação e a organização de estímulos sejam mais efetivas - os esquemas cognitivos - a autora (Bem, 1981) propôs a idéia de um esquema cognitivo de gênero, que estaria estreitamente ligado aos padrões sócio-culturais de comportamentos esperados para cada um dos sexos. Uma vez aprendido este esquema predisporia a criança a perceber o mundo, também, em termos sexuais. Os esquemas de gênero servem para a criança avaliar a si própria e aos que a rodeiam em termos de adequação aos padrões definidos pela sociedade para os sexos, sentindo-se motivada a ajustar-se a estas definições. Assim, auto-estima e autoconceito são desenvolvidos, também, sob a regência do esquema de gênero. Quando o indivíduo percebe a sua própria conformidade a um padrão tradicional, a diferenciação do autoconceito baseada em distinções de sexo é fortalecida e uma identidade de Papel Sexual tradicional vem a ser o resultado.

Portanto, pessoas sexualmente tipificadas ou esquemáticas são aquelas que, em função de um “fator motivacional internalizado” (Bem, 1981), organizam as informações em termos das definições culturais de masculinidade e feminilidade e cujo autoconceito e comportamento são o resultado deste tipo de processamento. Em oposição, tais conotações não são marcantes para pessoas não tipificadas ou não esquemáticas. O conteúdo do que constitui os domínios da masculinidade e da feminilidade não é enfatizado, mas sim o tipo de processo cognitivo. As diferenças

individuais ficam por conta do quanto, na história pessoal do indivíduo, foi enfatizada a importância das dicotomias de gênero.

Conforme Bem (1981, p. 356),

... indivíduos sexualmente tipificados são vistos como diferentes dos outros, não em termos da quantidade de masculinidade ou feminilidade que eles possuem, mas em termos de que seus autoconceitos e comportamentos sejam ou não organizados na base de gênero.

A noção de flexibilidade de Papel Sexual como uma característica dos indivíduos Andróginos tem sido proposta há mais do que três décadas. Flexibilidade de Papel Sexual tem sido conceitualizada como uma qualidade adaptativa relativa à apresentação de comportamentos flexíveis as situações (Bem, 1974).

O estudo de Cheng (2005) chegou a conclusão que os indivíduos Andróginos podem não ter um conhecimento mais amplo de estratégias de *coping*¹ do que os outros tipos, porém foram mais flexíveis na distribuição de estratégias de *coping* conforme a necessidade de controle de diferentes estressores. A autora também verificou que indivíduos Andróginos experimentam níveis de depressão mais baixos em períodos estressantes do ciclo vital.

Buscando precisar mais a noção de flexibilidade, Cheng (2005) ampliou o conceito comportamental vigente para uma perspectiva cognitivo-comportamental. A autora entende que flexibilidade comportamental é condição necessária, porém não suficiente para a definição de flexibilidade de Papel Sexual. Por exemplo, indivíduos Andróginos não alteraram a flexibilidade de seus comportamentos à medida que mudou o contexto do Papel Sexual. Mas variaram seus comportamentos de acordo com as mudanças nas demandas situacionais. Mais ainda, os indivíduos tipificados masculinos e femininos, em ambiente experimental, também, apresentam estratégias flexíveis de *coping*, adotam diferentes Papéis Sexuais e seus comportamentos variam à medida que o papel alvo muda. A principal diferença que distingue os comportamentos flexíveis de indivíduos Andróginos dos indivíduos tipificados masculinos e femininos pode ser a sensibilidade e a responsividade às demandas situacionais. Mais especificamente, a habilidade para discernir diferenças sutis nas mudanças ambientais e agir diferente de acordo com as

¹ *Coping*, segundo Lazarus e Folkman (1984), é definido como um conjunto de esforços cognitivos e comportamentais usados pelas pessoas com o objetivo de lidar com demandas internas e externas que emergem de situações estressantes.

demandas situacionais. Indivíduos Andróginos tendem a ser mais sensíveis as mudanças características das situações e variam seus comportamentos de acordo com estas mudanças. Tudo isso, esclarece Cheng (2005), sugere que os Andróginos têm uma “liberdade cognitiva” para saltar fora de seus sistemas de crenças vinculados a sexo e determinar que estratégias de *coping* são mais efetivas para lidar com demandas situacionais específicas. Os indivíduos tipificados masculinos e femininos, no entanto, podem ser mais sensíveis ao Papel Sexual que atuam e serem mais rígidos nas suas distribuições de estratégias de *coping*.

Para Cheng (2005), o sucesso do *coping* refere-se não apenas a apresentação de diferentes comportamentos de *coping*, mas também a discriminação entre as naturezas dos diversos estressores para dar as respostas apropriadas. A pesquisadora sustentou que a flexibilidade de Papel Sexual pode ser definida como a astúcia cognitiva dos indivíduos no discernimento entre as diferentes características das situações. Esta abordagem em flexibilidade de Papel Sexual combina bem com a visão de que flexibilidade é como uma espécie de “pensamento prático hábil” para solucionar problemas de vida. Nessa perspectiva, flexibilidade de Papel Sexual pode refletir um processo distinto de pensamento que habilita os indivíduos Andróginos a detectar as características situacionais, facilitando a adoção de diversas estratégias de *coping* para manejar as demandas de diferentes situações. Flexibilidade de Papel Sexual é uma propriedade cognitiva que estimula o sucesso do *coping* com as mudanças das condições do cotidiano.

Para Cheng as descobertas de sua pesquisa enriqueceram a concepção de flexibilidade de Papéis Sexuais Pessoa-Ambiente, mediada pela cognição. Consistente com a Teoria de Gênero no Contexto e com as Teorias da Interação Pessoa-Ambiente, a investigação de Cheng revelou que as características dos indivíduos e das demandas do ambiente podem ser as constituintes essenciais da flexibilidade de Papel Sexual e do estilo de *coping*. Além do mais, o fator cognitivo foi acrescentado para explicar o relacionamento pessoa-ambiente. Os resultados sugeriram que indivíduos com diferentes personalidades relacionadas com gênero tenderam a ter diferentes estilos cognitivos e diferentes maneiras de enfrentar o estresse. Os indivíduos Andróginos tenderam a sintonizar mais as suas estratégias de *coping* com as características da situação, sugerindo que os seus processos de *coping* envolvem pensamento pessoal orientado e conduzido para a situação.

Teorias sobre personalidade vinculada com gênero (Bem, 1977) defendem que Androginia denota a habilidade para integrar as facetas da personalidade. Desta forma, o aspecto adaptativo da flexibilidade de Papel Sexual pode se representado pela integração do pensamento pessoal orientado e conduzido à situação na decisão de como responder a realidade. Os indivíduos tipificados masculinos e femininos tendem a dar mais atenção as suas estratégias de *coping* apropriadas aos seus gêneros e ignoram amplamente as características das mudanças do ambiente sugerindo que seus processos cognitivos são mais pessoalmente orientados.

Em suma, Cheng (2005) sugeriu que o papel chave da flexibilidade de Papel Sexual – uma espécie de “pensamento prático hábil” – é de estimular uma integração estável da personalidade e das características do ambiente de forma adaptativa.

Diversas escalas foram desenvolvidas para medir orientação de Papéis Sexuais, sendo que as duas mais usadas são o *Bem Sex Role Inventory* (BSRI) de Bem (1974) e o *Personal Attributes Questionnaire* (PAQ) de Spence, Helmreich e Stapp (1975). Embora existam controvérsias sobre o que estas escalas medem, os sistemas de classificação são similares. O BSRI foi criado com a finalidade de avaliar o gênero das pessoas. Gênero, nesta visão, é definido como todos os atributos psicológicos, sociais e culturais que são dados a pessoa, enquanto masculino e feminino. Na forma original, o BSRI caracterizava uma pessoa como masculina, feminina ou andrógina de acordo com algumas características de personalidade vinculadas aos Papéis Sexuais. Os resultados obtidos por Bem (1974) levaram às seguintes conclusões: (1) as dimensões da masculinidade e da feminilidade são empírica e logicamente independentes; (2) o conceito de androginia psicológica é fidedigno e está definido operacionalmente pela obtenção ou de índices altos ou baixos em ambas as escalas de masculinidade e feminilidade; (3) escores altamente tipificados sexualmente não refletem uma tendência geral do indivíduo para responder em uma direção socialmente desejável, mas uma tendência específica para a autodescrição, em concordância com os padrões de comportamento desejáveis para homens e mulheres.

O BSRI foi revisado por Bem (1977) após as contribuições de Spence, Helmreich e Stapp (1975). Estes argumentaram que as pessoas andróginas deveriam apresentar apenas índices altos nas escalas de masculinidade e feminilidade. Pessoas com índices baixos em ambas as escalas deveriam ser classificados como “indiferenciados”. Assim, surgiu uma nova categoria.

Uma adaptação do BSRI à cultura brasileira foi realizada por Oliveira (1982), contudo uma reavaliação feita por Koller, Hutz, Vargas e Conti (1990) revelou diversos problemas com o instrumento que levaram, mais tarde, a uma readaptação do BSRI (Hutz & Koller, 1992). Hernandez e Hutz (2005b) fizeram uma revisita a esta readaptação, e os resultados mostraram evidências de que a presente versão brasileira do BSRI continua sendo um instrumento válido e fidedigno.

As duas maiores áreas ligadas com a pesquisa em Papéis Sexuais são a do ajustamento psicológico e dos relacionamentos interpessoais. Os impulsos iniciais do trabalho de Bem (1975) apontaram para a idéia de que a maioria das pessoas bem ajustadas é andrógina, possuindo qualidades femininas e masculinas. Isto contrasta com o modelo anterior de congruência, ou seja, homens masculinos e mulheres femininas compõem a maioria da população bem ajustada.

Coincidentemente, duas grandes áreas de interesse na pesquisa em transição para a parentalidade têm sido a do Ajustamento ou Satisfação Conjugal e a da Saúde Psicológica (Wilkinson, 1995).

1.2. Ajustamento/Satisfação Conjugal/Qualidade Conjugal

Satisfação Conjugal é apenas um dos diversos termos empregados para descrever uma porção de julgamentos sobre um relacionamento íntimo, comentam Hendrick e Hendrick (1997). Outros termos usados para denotar Satisfação Conjugal incluem “Qualidade Conjugal” e “Ajustamento Conjugal”. Porém, estes pesquisadores se referem à Satisfação Conjugal como abrangendo sentimentos subjetivos dos parceiros sobre seus relacionamentos, enquanto que ao Ajustamento Conjugal como compreendendo os comportamentos reais/objetivos do relacionamento².

No presente trabalho, para mensurar o Ajustamento Conjugal foi adotado o modelo (Spanier & Cole, 1975) e o instrumento desenvolvido por Spanier (1976). Este em seu estudo de criação da *Dyadic Adjustment Scale* (DAS), instrumento muito usado na pesquisa das últimas décadas, considerou que o conceito de Ajustamento Conjugal tinha um lugar proeminente na pesquisa sobre o casamento e o relacionamento familiar

² Pode-se observar na revisão bibliográfica que vários pesquisadores utilizam as denominações Satisfação Conjugal ou Qualidade Conjugal para se referir a variável Ajustamento Diádico ou Conjugal medida pela DAS. Evidentemente, que este comportamento leva a uma certa confusão de termos e conceitos. Contudo, este tipo de problema na investigação psicológica parece não ser exclusividade desta linha de pesquisa.

até a metade dos anos setenta. Apesar disso, o autor reconheceu a consistência das críticas que classificavam o conceito de Ajustamento Conjugal como vago e ambíguo. Assim, declarou que a construção de um novo instrumento era uma tentativa para melhorar a medida do Ajustamento Conjugal integrando definições nominais, definições operacionais e mensuração.

Em seguida, a DAS teve sua primeira Análise Fatorial Confirmatória realizada por Spanier e Thompson (1982), os quais encontraram uma solução para quatro fatores explicando 94% da covariância entre os itens, confirmando, portanto, a proposta original (Spanier, 1976). Além disso, o coeficiente *Alpha* de Cronbach para a escala toda foi de 0,91. Segundo Prouty, Markowski e Barnes (2000), desde sua criação, a DAS já foi utilizada em mais de 1000 estudos.

Recentemente, Ahlborg, Persson e Hallberg (2005) avaliaram psicometricamente a DAS e fizeram modificações para uso com novos pais. Os autores incluíram os itens de comunicação, sensualidade e sexualidade. Um total de 820 suecos respondeu ao novo instrumento, seis meses após o nascimento de seus primeiros filhos. A nova DAS foi chamada *Quality of Dyadic Relationship Instrument (QDR)*, compreende 33 itens e mostrou-se útil e atualizada para a avaliação do relacionamento dos novos pais. Além disso, os dados desta pesquisa revelaram que os novos pais, em geral, estavam satisfeitos com seus relacionamentos, mas insatisfeitos com suas vidas sexuais. Considerando que a *QDR* é um instrumento específico para a medição do Ajustamento Conjugal no contexto da transição para a parentalidade, seria mais adequado à presente pesquisa. Porém, este instrumento foi publicado após o início da coleta de dados da investigação atual o que impossibilitou o seu uso.

Retomando o conceito, o Ajustamento Conjugal ou Diádico pode ser visto em duas perspectivas distintas – como um processo ou como uma avaliação qualitativa de um estado. Assim, definir Ajustamento Diádico como um processo tem diversas implicações, sendo a mais importante delas que um processo pode ser melhor estudado ao longo do tempo. Sem dúvida, os estudos transversais na investigação do Ajustamento têm algum valor, contudo, é evidente que um processo pode ser observado melhor através de delineamentos longitudinais. Uma definição de processo é estabelecida não apenas pela existência de um *continuum*, mas também na crença de que há movimento junto com o *continuum*. Assim, o processo de Ajustamento Conjugal consiste nos eventos, circunstâncias e interações que movem o casal para frente e para trás junto com esse *continuum*. Por fim, arremata Spanier (1976), pode-se dizer que

Ajustamento Diádico é um processo que pode ser avaliado em termos de proximidade com um bom ou pobre Ajustamento.

Independente do contexto da transição para a parentalidade, Amato, Johnson, Booth e Rogers (2003) usaram dados de indivíduos casados de dois grandes levantamentos nacionais – um de 1980 e outro de 2000, nos EUA – para entender como as três dimensões da Qualidade Conjugal mudaram neste período. A Felicidade Conjugal e a Propensão para o Divórcio sofreram pouca alteração entre 1980 e 2000, mas a Interação Conjugal declinou significativamente. Uma análise sugeriu que esta tendência afetou a Qualidade Conjugal. Foi identificado que o acréscimo em heterogamia conjugal, na coabitação pré-conjugal, nas horas-extras das esposas empregadas e nas demandas de trabalho das esposas, em geral, estava associado com o declínio da Qualidade Conjugal em várias dimensões. Ao contrário, o aumento de recursos econômicos, da igualdade na tomada de decisões, das atitudes não tradicionais para gênero e do apoio para o casamento vitalício, estavam associados com a melhoria da Qualidade Conjugal em múltiplas dimensões. O crescimento da participação dos maridos na divisão de trabalho doméstico depreciou a Qualidade Conjugal entre estes, mas aumentou entre as esposas.

1.3. Papéis Sexuais e Ajustamento/Satisfação Conjugal/Qualidade Conjugal

Waldron e Routh (1981) estudaram casais esperando seus primeiros filhos, os quais responderam a *Locke-Wallace Marital Adjustment Scale* e ao BSRI. Os casais foram medidos durante o último trimestre de gravidez e, novamente, após o nascimento do bebê. No pós-parto, os autores encontraram escores de Ajustamento Conjugal das esposas significativamente mais baixos do que os escores dos maridos. Além disso, no pré-natal, as esposas relataram significativamente mais Ajustamento Conjugal do que seus maridos. Os maridos não apresentaram diferenças estatísticas significativas em Ajustamento Conjugal entre o pré e pós-natal. A análise dos itens da escala de Ajustamento Conjugal mostrou que a avaliação geral da felicidade no casamento (um item) e a dominância relativa de desacordos (um item) foram importantes para o decréscimo do Ajustamento Conjugal das esposas. Os pesquisadores levantaram a possibilidade da influência da depressão pós-parto nas avaliações pós-natal das esposas, no entanto, essa variável não foi controlada. Por outro lado, não foi encontrada relação entre os Papéis Sexuais dos cônjuges e o declínio em Ajustamento Conjugal. Os

investigadores observaram que o período de tempo usado para o pós-teste, de seis a oito semanas após o parto, pode não ter sido adequado (suficiente) para avaliar todo impacto do nascimento do primeiro filho sobre a relação dos casais.

Nas últimas décadas, diversos estudos, em contextos variados (Antill, 1983; Baucom & Aiken, 1984; Davidson & Sollie, 1987; Kurdek & Schmitt, 1986; Lamke, 1989; Murstein & Williams, 1983; Zammichieli, Gilroy & Sherman, 1988), têm descoberto que altos níveis de Ajustamento Conjugal estão associados com os Papéis Sexuais Andrógino e Tipificado Feminino e não com os Tipificado Masculino e Indiferenciado, para maridos e esposas.

Antill (1983) mostrou como características de Papéis Sexuais de maridos e esposas afetaram o Ajustamento Conjugal (medido pela DAS) dos casais. Maridos e esposas da amostra australiana foram classificados como Tipificados Masculinos, Tipificados Femininos, Andróginos ou Indiferenciados de acordo com suas respostas ao BSRI. Sujeitos Andróginos foram aqueles que indicaram ter ambas as características masculinas (agressividade, por exemplo) e femininas (por exemplo, compassividade) e indivíduos Indiferenciados os que tiveram características fracas de homem e de mulher, conforme já visto anteriormente. Os resultados desta pesquisa indicaram que maridos e esposas com altos escores em feminilidade (Tipificados Femininos ou Andróginos) estavam mais satisfeitos com seus relacionamentos. As esposas estavam mais satisfeitas com maridos Tipificados Femininos. Antill (1983, p.153) justificou seus resultados da seguinte forma:

...é compreensível que, numa situação interpessoal como o casamento, as pessoas que se descrevem como sensíveis para as necessidades dos outros, compassivas e quentes (características de pessoas Tipificadas Femininas e Andróginas) construam esses relacionamentos com mais facilidade.

Para Antill (1983) os resultados de sua pesquisa também fazem sentido com o fato de que a característica feminina se relaciona com o “gostar de crianças”.

Belsky, Lang e Huston (1986) examinaram a proposição de que esposas que descreveram suas personalidades de maneira mais desviada dos estereótipos sexuais foram menos positivas sobre seus casamentos após tornarem-se mães, particularmente quando a transição para a parentalidade foi acompanhada por um aumento dos papéis conjugais tradicionais. Nesta pesquisa foram abordados, longitudinalmente, 61 casais, do último trimestre de gravidez ao terceiro mês pós-parto. As esposas responderam o

Personal Attributes Questionnaires, que mediu a extensão na qual elas relacionaram auto-atributos estereotipados de personalidade como masculino (instrumental, ativo) e feminino (expressivo, afetivo) e diversos questionários de avaliação do relacionamento conjugal. Os resultados revelaram que a divisão de trabalho mudou para mais tradicional e as avaliações dos aspectos positivos do casamento declinaram mais. As mudanças na avaliação de aspectos positivos e negativos do casamento foram previstas pela interação da expressividade com o aumento na divisão tradicional de trabalho. Análises adicionais mostraram que as esposas que não fizeram auto-atributos tipificados femininos (estereotipados) tenderam a avaliar seus casamentos como menos favoráveis, depois da maternidade, quando os papéis tornaram-se mais tradicionais. Provavelmente, essas mulheres descobriram a si mesmas comportando-se de maneira não congruente com seus autoconceitos.

A investigação de House (1986) verificou a relação entre orientação de Papéis Sexuais (medido pela *Baucom Scale of Masculinity and Femininity*) e Satisfação Conjugal (medido pela *Snyder Marital Satisfaction Inventory*) em casais de único provedor e casais de duplo provedor. Os dois grupos de casais não diferiram em orientação de Papéis Sexuais ou em Satisfação Conjugal. Os níveis de feminilidade dos homens foram positivamente relacionados com suas Satisfação Conjugal em ambos os grupos. Os níveis de feminilidade das mulheres foram importantes para a Satisfação dos casais no grupo de duplo provedor. Para ambos os grupos, os escores de sexo cruzado (masculinidade de mulheres e feminilidade de homens) foram positivamente relacionados com a Satisfação dos casais.

Bowen (1989) obteve dados de uma amostra estratificada aleatória de 928 casais casados. Estes sujeitos eram de uma população de militares da Força Aérea Americana alocados nos EUA, Europa e Ásia. O objetivo do estudo era testar a hipótese de que a magnitude e direção da incongruência de preferência de Papéis Sexuais (medido pela *Sex-role Scale*) entre maridos e esposas estavam relacionadas com o nível de Qualidade Conjugal (medido pela *Marital Quality Scale*). O autor formulou a hipótese que quanto mais preferências de Papéis Sexuais dos maridos estavam relacionadas com as das esposas, maior o nível de Qualidade Conjugal. Os achados confirmaram esta expectativa apenas para a amostra de maridos. Ou seja, a relação entre a magnitude e direção da medida congruência de Papéis Sexuais e da medida de Qualidade Conjugal foi estatisticamente significativa somente para o grupo de maridos.

No estudo de MacDermid, Huston e McHale (1990) foram comparadas atividades e a avaliação conjugal de casais com filhos (pais) e casais sem filhos (não pais), casados há um período de tempo equivalente. Foi utilizado um desenho de pesquisa longitudinal para examinar mudanças nesses dois grupos de casais ao longo dos dois e meio primeiros anos de casamento. O grau de congruência entre atitudes dos Papéis Sexuais (medido pela *Attitudes toward Women Scale*) dos cônjuges e a divisão de trabalho doméstico foi utilizado para explicar as diferenças em relatos de sentimento de amor e conflito conjugal. A amostra foi de 98 casais, sendo que 29 tornaram-se pais durante o primeiro ano e 23 durante o segundo ano de casamento. Todos os grupos de casais (maridos e esposas) experimentaram declínios em seus sentimentos de amor, Satisfação Conjugal, frequência de atividades diádicas e interações positivas. As atividades dos pais tornaram-se mais instrumentais e orientadas para as crianças e a divisão de tarefas ficou mais tradicional, contudo pais não foram diferentes dos não pais. Os casais com filhos (mas, os casais sem filhos, não) e com mais atitudes tradicionais de Papéis Sexuais e menos divisão tradicional de trabalho doméstico relataram menos sentimentos de amor e mais conflitos conjugais.

Na verdade, a pesquisa baseada na abordagem cultural tem enfatizado uma importante consequência negativa da aderência a Papéis Sexuais tradicionais. Ickes (1993) comentou que o trabalho sobre a comunicação entre mulheres e homens é, geralmente, consistente com revisão de resultados de pesquisas anteriores que indicam que homens e mulheres que aderem a Papéis Sexuais tradicionais podem ter interações que não são boas e nem gratificantes. Na verdade, salienta o autor, a má comunicação pode ajudar a explicar a insatisfação de casais com Papéis Sexuais tradicionais. A suposição de que Papéis Sexuais forneceriam uma estrutura interpretativa diferente explicaria a frequência da má comunicação entre homens e mulheres. Os homens tenderiam a estruturar os atos comunicativos em termos de poder e *status*, enquanto que as mulheres tenderiam a estruturar em termos de proximidade e solidariedade. As mulheres, com frequência, sentem-se feridas quando seus parceiros usam o “eu” ou o “meu” em uma situação na qual elas usariam o “nós” ou o “nosso”. Possivelmente, os homens estariam usando esses pronomes dentro de uma estrutura que refletiria suas necessidades de independência, respeito, poder e *status*, enquanto as mulheres estariam interpretando esses pronomes de uma estrutura na qual suas necessidades de proximidade e solidariedade seriam ameaçadas.

Juni e Grimm (1993), investigando 145 homens casados e 143 mulheres casadas através do *Snyder Marital Satisfaction Inventory* e o BSRI, encontraram que escores em feminilidade foram correlacionados com mais Satisfação Conjugal do que os escores em masculinidade. Masculinidade foi mais correlacionada com Satisfação Conjugal para homens do que para mulheres. As finanças não apresentaram relacionamento com as medidas do BSRI. Apesar da pequena magnitude das correlações, suas significâncias estatísticas apontaram para congruência entre Papéis Sexuais e Satisfação Conjugal.

Examinando 48 casais casados com o *Snyder Marital Satisfaction Inventory*, Juni e Grimm (1994), novamente, buscaram relação entre as categorias do BSRI e a Satisfação Conjugal. No entanto, em vez de abordar os sujeitos como indivíduos, neste estudo os autores examinaram os Papéis Sexuais de casais como um construto unitário. Os casais foram classificados como Andróginos, Papel de Gênero Congruente, Papel de Gênero Incongruente e Indiferenciados. Análises de Variância mostraram que casais Andróginos retrataram mais esposas que estavam insatisfeitas com respeito a questões envolvendo filhos.

Levy-Shiff (1994) explorou múltiplos antecedentes pré-natal e correlatos pós-natal das mudanças em Ajustamento e Satisfação Conjugal, em homens e mulheres, durante a transição para a parentalidade. A autora examinou, longitudinalmente, 102 casais de diversos níveis sócio-culturais da gravidez ao nono mês do pós-parto. O declínio em Ajustamento Conjugal foi notado para homens e mulheres, embora para as mulheres tenha sido mais substancial. O foco deste estudo foi o exame dos fatores individuais e contextuais que moderaram ou exacerbaram o declínio conjugal. Apesar das aparentes diferenças de gênero relacionadas às mudanças associadas com a chegada do primeiro bebê, a mais consistente e preditora variável encontrada para ambos os esposos foi o envolvimento paterno com o bebê. Um nível mais elevado de envolvimento paternal, especialmente no cuidado com a criança, foi associado com menos declínio em Satisfação Conjugal. Na transição para a parentalidade, homens e mulheres precisam trabalhar de maneira a resolver dilemas internos e interpessoais, sendo o cuidado do bebê sendo a questão central de reorganização. Como visto antes, há evidência suficiente de que as mães, comparadas com os pais, têm um papel maior nos cuidados cotidianos da criança. Além da responsabilidade principal pelas tarefas de cuidado do bebê, as mulheres também têm que encarar a maioria das tarefas domésticas após o nascimento do primeiro filho. Com a chegada do bebê, a disparidade na divisão de trabalho aumenta substancialmente e os Papéis Sexuais tornam-se mais diferenciados.

O relacionamento entre masculinidade, feminilidade e Satisfação Conjugal foi investigado por Langis, Sabourin, Lussier e Mathieu (1994). Para homens, os resultados mostraram que Satisfação Conjugal foi relacionada com seus níveis autopercebidos de feminilidade e masculinidade, com os níveis autopercebidos de feminilidade de suas esposas, com a presença de qualidades femininas e de um nível ótimo de qualidades masculinas percebidas em suas esposas. Da mesma forma, para as mulheres, a Satisfação Conjugal foi associada com o número de qualidades femininas autopercebidas e com o nível de masculinidade e nível ótimo de feminilidade percebidos em seus maridos. Além disso, pequenas discrepâncias medidas entre os níveis reais e ideais de masculinidade e feminilidade atribuídos aos parceiros constituíram-se em preditores confiáveis de Satisfação Conjugal para homens e mulheres.

Kitamura, Aoki, Fujino, Ura, Watanabe, Watanabe e Fujihara (1998) examinaram o Ajustamento Conjugal e Social. Entrevistas com uma amostra de 67 indivíduos masculinos casados e 79 indivíduos femininos casados foram utilizadas para esclarecer o relacionamento entre Ajustamento Conjugal e Ajustamento Social. O escore total do *Short Marital Adjustment Test* (SMAT) e suas subcategorias (consenso e satisfação diádicos), foram significativamente correlacionados com os escores de cinco subcategorias da *Social Adjustment Scale*: ajustamento às tarefas domésticas (exceto a esposa), ajustamento da família ao externo, ajustamento ao trabalho, ajustamento ao lazer social e ajustamento geral. Essas correlações foram apresentadas, também, pelas mulheres; para homens, apareceram com ajustamento ao lazer social e ajustamento geral. Entre homens, os escores de consenso diádico da SMAT tiveram correlações mais fortes com os escores de Ajustamento Social; entre mulheres, as correlações entre escores de Satisfação Conjugal e os escores da SMAT foram mais fortes.

O padrão de participação no mercado de trabalho mostrou que o nascimento dos primeiros filhos afetou a carreira de mulheres e homens de maneiras diferentes. No início da relação, casal sem filho, a extensão do trabalho profissional de mulheres e homens é, na maioria, igual, comentaram Kalicki, Fthenakis, Peitz e Engfer (1998). Dezoito meses após o nascimento do primeiro filho as mulheres têm reduzido suas horas de trabalho a menos de dez horas semanais em média. Durante o mesmo período, as horas de trabalho dos homens aumentaram significativamente. Estes pesquisadores examinaram 175 casais alemães, 90 esperando o primeiro filho e 85, o segundo, entre 1995 e 1996. O aumento do modelo tradicional estava também refletido nas avaliações

da participação no trabalho doméstico. Nas famílias que tiveram seus primeiros filhos, as mulheres aumentaram suas participações no trabalho doméstico enquanto os homens reduziram suas contribuições. Esta realocação de tarefas domésticas apenas ocorreu após o nascimento do primeiro filho. Famílias que tiveram seus segundos filhos mostraram uma assimétrica e estável divisão de trabalho doméstico.

Kalicki, Fthenakis e Peitz (1999), dando continuidade ao trabalho de Kalicki e colegas (1998), encontraram confirmação de que uma redistribuição da participação no trabalho doméstico e na força de trabalho ocorreu após o nascimento do primeiro filho. Mas a mudança para um relacionamento mais tradicional entre os novos pais não foi delimitada à distribuição das obrigações ocupacionais e familiares. Mães jovens mostraram um aumento na necessidade por apoio emocional, o que pode ser interpretado como uma adaptação aos estereótipos sexuais tradicionais. A responsabilidade adquirida pela mulher pelo domínio inteiro da família após a transição para a maternidade está também refletida nas explicações causais no momento da gravidez. Na gestação, os participantes foram convidados a avaliar suas participações e a de seus parceiros na decisão da gravidez. Enquanto os parceiros sem filhos (pais em potencial) atribuíram, por consenso, responsabilidade igualitária sobre a gravidez (mesma influência de ambos os parceiros), casais esperando seus segundos filhos atribuíram, por consenso, a responsabilidade às mulheres. Uma explicação alternativa para este padrão de resultados é que mães podem, de fato, ter mais influência na decisão para ter outro filho. Também a correlação de gênero entre a aceitação de responsabilidade (em termos de atribuições causais) e medidas das conseqüências (medo do parto, depressão) sugere que, para mulheres de papéis congruentes, a aceitação de responsabilidade é uma resposta adaptativa. Assim, modos de *coping* e adaptação de gênero parecem contribuir para a persistência dos papéis de gênero tradicionais. Desta forma, concluíram os autores, a transição para a parentalidade está conectada com expectativas e ações de socialização de papéis tipificados de gênero que afetam muitos aspectos da vida.

Os pesquisadores McGovern e Meyers (2002) exploraram as relações entre atitudes relativas a Papéis Sexuais, tarefas domésticas e Ajustamento Conjugal. Foram examinados 85 casais casados com a *Osmond-Martin Sex Role Attitude Scale*, a *Krausz Household Task Scale* e a *Dyadic Adjustment Scale*. Os maridos modernos relataram maior Ajustamento Conjugal do que os maridos tradicionais. As esposas tradicionais relataram mais tarefas domésticas masculinas sendo realizadas pelos maridos e mais

tarefas domésticas femininas sendo realizadas pelas esposas. As esposas relataram maior Ajustamento Conjugal quando os maridos realizaram tarefas domésticas masculinas. Atitudes relativas a Papéis Sexuais relacionaram-se com tarefas domésticas independente do Ajustamento Conjugal. Os resultados apoiaram as avaliações separadas de maridos e esposas. Correlações significativas entre atitudes relativas a Papéis Sexuais e Ajustamento Conjugal para os maridos. Maridos que apresentaram maiores níveis de atitudes tradicionais relativas a Papéis Sexuais tiveram os níveis mais baixos de Ajustamento Conjugal. Atitudes modernas relativas a Papéis Sexuais apresentaram correlações positivas com Ajustamento Conjugal. Contudo, atitudes tradicionais de Papéis Sexuais das esposas não apresentaram correlações com Ajustamento Conjugal.

Isaac e Shah (2004) investigaram casais indianos e não encontraram relação entre Papéis Sexuais e Ajustamento Conjugal para indivíduos, no entanto, uma ANOVA para tipos de díades (diversas combinações de Papéis Sexuais dos casais) e Ajustamento Conjugal revelou diferenças estatísticas significativas entre os grupos. As díades de casais Andróginos foram melhor ajustadas do que quaisquer outros tipos de díades. As díades semitradicionais (quando um parceiro tinha Papel Sexual tradicional e o outro era Andróginos ou Indiferenciado ou quando ambos eram Indiferenciados) mostraram o Ajustamento Conjugal mais pobre.

Ainda que a maioria das esposas fizesse a maior parte do trabalho doméstico, poucas esposas sentiram essa divisão do trabalho doméstico como injusta. Aparentemente, comenta Greenstein (1996), a iniquidade na divisão de trabalho doméstico nem sempre foi percebida pelas mulheres casadas como injusta. O autor sugeriu que a ideologia de gênero forneceu um referencial comparativo que as mulheres casadas usaram para avaliar a justiça de suas divisões de trabalhos domésticos. Considerando que os maridos tenderam a não compartilhar igualmente na divisão de trabalho doméstico, todas as mulheres – independente de ideologia de gênero – tinham trabalhado mais horas (em casa e fora de casa), já que a participação destas no mercado de trabalho cresceu. Para mulheres possuidoras de atitudes tradicionais de gênero é compreensível que essa “dupla jornada”, embora estressante, não necessariamente contribuiria para a percepção da Qualidade Conjugal, visto que essa desigual responsabilidade pelo trabalho doméstico está congruente com as expectativas de uma mulher casada possuidora de atitudes tradicionais de gênero. Mulheres não tradicionais, por outro lado, são mais prováveis de perceber tais iniquidades, visto que suas expectativas de um relacionamento igualitário com seus esposos foram violadas por serem forçadas a

trabalhar uma “dupla jornada”. Essa reação à iniquidade provocaria um aumento no conflito com seus maridos, um declínio na Satisfação Conjugal e na felicidade e uma probabilidade maior de separação ou divórcio.

Greenstein (1996) comprovou que as percepções de iniquidade na divisão de trabalho doméstico afetaram mais a Qualidade Conjugal das esposas igualitárias ou não tradicionais do que as esposas tradicionais. Este resultado sugeriu que a ideologia de gênero tem, nesse processo, um papel de variável moderadora.

Verificando se a Qualidade Conjugal está declinando ao longo do tempo, Rogers e Amato (1997) compararam duas amostras de uma grande pesquisa nacional norte-americana. Os autores concluíram que entre 1970 e 1980 diversas dimensões da Qualidade Conjugal pareceram declinar. Os sujeitos da amostra mais recente (1992) relataram menos interação conjugal, mais conflito conjugal e mais problemas em seus casamentos do que os sujeitos da amostra anterior (1980). Este declínio foi igual para maridos e esposas. Os autores encontraram que melhorias na educação e aumento na idade de ingresso no casamento, para o grupo mais jovem, teve relativamente pouca consequência para diferenças em Qualidade Conjugal entre as amostras. No entanto, foi encontrada relação entre Qualidade Conjugal e recursos econômicos familiares (receitas de maridos e esposas), conflito trabalho-família, atitudes de papéis de gênero e coabitação pré-conjugal. Por tudo isso, os autores concluíram que mudanças no contexto social do casamento, ocorridas no período de tempo observado, contribuíram para o declínio da Qualidade Conjugal.

È possível que os casais estejam evoluindo de um modelo de relação de gênero mais tradicional para um mais igualitário. Rogers e Amato (2000) identificaram esta tendência. Os investigadores exploraram diversas questões de gênero e suas relações com Ajustamento Conjugal, comparando amostras de dois levantamentos, dados nacionais americanos de pesquisas realizadas nos períodos de 1964-1980 e 1981-1997. Os resultados mostraram que, na amostra mais recente, as esposas contribuíam mais para a receita familiar, enfrentavam mais as demandas de trabalho e família. Os maridos e as esposas sustentavam menos atitudes de papéis de gênero tradicionais, os maridos faziam mais trabalhos domésticos, os maridos eram menos influentes e as esposas eram mais influentes. Por outro lado, os membros de casamentos mais recentes também relataram significativamente mais discordância conjugal. Os autores comentaram que esta diferença em discordância parece relacionada, em parte, com o conflito trabalho-família. Concluindo, os pesquisadores constataram que as relações de gênero no

casamento mudaram nas últimas décadas. A noção de relacionamento conjugal, também tem mudado nos últimos anos, tornando o casamento mais problemático e difícil de manter, ainda que relativamente feliz e altamente valorizado. É surpreendente que estas duas tendências tenham uma intersecção limitada pois, relativamente, pouco do aumento da discordância pode ser explicado pelas mudanças nas relações de gênero no casamento. Por outro lado, o aumento da demanda trabalho e família contribuiu para o aumento na discordância entre as duas amostras. Sem dúvida, houve um número substancial de casamentos nos quais o trabalho e a família são partilhados pelas esposas.

Segundo Aronson e Buchholz (2001), a desigualdade de gênero nos relacionamentos de homens e mulheres ainda existe na sociedade atual. Contudo, homens e mulheres precisam aprender a satisfazer suas necessidades dualísticas de conexão e autonomia para obter mais equilíbrio e flexibilidade em suas vidas e relacionamentos complicados. Tornando-se mais abertos para o masculino e o feminino dentro de si mesmos e dos outros, os sexos começarão a aumentar o potencial para a experiência harmoniosa. No entanto, o equilíbrio entre trabalho e vida familiar não pode prosperar sem políticas sociais e negócios que forneçam apoio para famílias e crianças.

Hernandez e Hutz (2005a) investigaram a relação entre Papéis Sexuais, medidos pelo BSRI e Ajustamento Conjugal, medido pela DAS, em homens e mulheres que se encontravam em relação amorosa de diversos tipos (namoro, noivado, casamento e outros). Os pesquisadores encontraram diferenças estatísticas significativas entre Andróginos e Indiferenciados nos escores de Ajustamento Conjugal em geral, sugerindo que os primeiros têm mais competência para o relacionamento amoroso.

Lamke, Sollie, Durbin e Fitzpatrick (1994) examinaram a relação entre masculinidade, feminilidade e satisfação de casais de namorados. Cento e setenta e quatro casais responderam o *Personal Attributes Questionnaire*, o *Interpersonal Competence Questionnaire* e o *Relationship Satisfaction Scale*. Os resultados mostraram que, para homens e mulheres, a Satisfação com o relacionamento foi relacionada com autocompetências expressivas e com percepções dos parceiros como femininos. Também, os níveis de competência expressiva mediarão a relação entre autopercepções de feminilidade e satisfação. Para mulheres, percepções de feminilidade dos parceiros foram previstas pela feminilidade autopercebida de homens e mulheres. Para homens, percepções de feminilidade das parceiras foram previstas pela feminilidade autopercebida de mulheres e pela masculinidade autopercebida de homens.

1.4. Papéis Sexuais e Ajustamento Psicológico

Bassoff (1984) relatou que uma amostra aleatoriamente selecionada de 195 mães primíparas respondeu ao BSRI e um inventário de sintomas psiquiátricos. A Análise de Variância *two-way* testou os principais efeitos de masculinidade e feminilidade bem como o efeito da interação masculinidade e feminilidade e Ajustamento Psicológico. Os relatos indicaram que mulheres Andróginas e Tipificadas Masculinas tenderam aos menores escores em *distress*³ psicológico do que as Tipificadas Femininas ou as Indiferenciadas. Entretanto, uma interação quase significativa entre masculinidade e feminilidade – com efeitos principais não significativos – na dimensão hostilidade de ajustamento deu apoio à noção que novas mães Andróginas são menos hostis do que as mães Tipificadas Masculinas, Tipificadas Femininas ou Indiferenciadas.

Num estudo longitudinal (Hock, Schirtzinger, Lutz & Widaman, 1995), foi estudado o relacionamento entre Papel Sexual conjugal tradicional e sintomatologia maternal depressiva ao longo da transição para a parentalidade. Para medir Papéis Sexuais, os pesquisadores usaram um inventário de auto-relato de preferências de Papéis Sexuais e comportamentos na relação conjugal. Os dados foram coletados em 142 mães primíparas e seus maridos ou parceiros durante a gravidez (primeira medida), em 6 semanas (segunda medida) e 9 meses de idade da criança (terceira medida). Os resultados indicaram que mães que expressaram mais atitudes de Papéis Sexuais tradicionais relataram mais sintomatologia depressiva durante a gravidez e nove meses pós-parto.

O estudo realizado por Berthiaume, David, Saucier e Borgeat (1996) explorou o relacionamento entre Papéis Sexuais, como definido pelo modelo de Bem (1981) e o Ajustamento de mães durante a gravidez e o pós-parto. Os resultados não mostraram associação entre sintomatologia depressiva pré e pós-parto com Papéis Sexuais. Durante

³ O *distress* é uma tensão psicológica caracterizada pela depressão e ansiedade, explicaram Mirowsky e Ross (1989). Não é considerada uma doença mental, exceto em casos extremos. A importância em estudar as causas do *distress* está no custo social ocasionado por ele. Geralmente, há diminuição da produtividade no trabalho devido a dificuldade de dormir durante a noite. O sistema médico acaba dispensando grande parte do atendimento a pessoas com sintomas como enxaquecas, dores de estômago e outras formas de indisposições ocasionadas pelo *distress*. Geralmente, estas pessoas são tratadas de doenças que elas não possuem, e isso pode ser dispendioso, perigoso e sem nenhuma eficácia.

a gravidez, medidas de bem estar psicológico apresentaram relação com a Androginia. Porém, no pós-parto, Papéis Sexuais não mostraram associação com nenhuma das variáveis medidas. A adoção de Papel Sexual Andrógino, comparado com Papel Sexual Indiferenciado, foi relacionada com maior satisfação frente ao apoio recebido da rede social, durante a gravidez. Isto sugeriu que Androginia está relacionada com características que promovem o desenvolvimento e manutenção de trocas interpessoais satisfatórias. A auto-estima elevada e o nível de apreensão pré-natal baixo foram, também, associados com mulheres Andróginas. Outros achados deste estudo indicaram que algumas características podem ser observadas com maior intensidade em mulheres grávidas Tipificadas Masculinas do que naquelas Tipificadas Femininas e Indiferenciadas. Essas características têm forte envolvimento com trabalho, auto-estima mais elevada, maior apreensão pré-natal e gravidez em idade mais avançada. A lacuna de associação entre o Papel Sexual Tipificado Masculino e a sintomatologia depressiva pré-natal contradiz asserções que sugerem que mulheres que por investirem numa carreira profissional adiam a gravidez até seus objetivos profissionais serem realizados, correm mais riscos para ajustarem-se menos à parentalidade. No entanto, o nível de apreensão sobre o parto e pós-parto de mulheres Tipificadas Masculinas pode, também, indicar que estas mulheres percebem a gravidez, o nascimento e o pós-parto como uma ruptura da suas rotinas pré-estabelecidas e que pretendem reassumir seus usuais estilos de vida o quanto antes. Essa abordagem pode levar ao desajustamento quando permanece rigidamente inalterada no curso da maternidade. Os autores reconhecem que a ausência de relacionamento entre Papéis Sexuais e variáveis medidas durante o pós-parto precisa considerar o fato de que o BSRI foi administrado apenas durante a gravidez. Além disso, múltiplas avaliações do BSRI, em diferentes momentos da transição para a parentalidade, poderiam documentar as mudanças no autoconceito de gênero de alguns sujeitos.

Dimitrovsky, Levy-Shiff e Perl (2000) tentaram clarificar o relacionamento entre Papéis Sexuais e ajustamento à maternidade durante o período inicial. As autoras usaram o modelo de *coping* com estresse proposto por Lazarus, que vê a avaliação cognitiva e as estratégias de *coping* como importantes mediadores do ajustamento a situações estressantes. Avaliação cognitiva neste contexto refere-se ao processo avaliativo pelo qual o significado é designado às situações e elas são interpretadas como tendo em potencial implicações positivas ou negativas. As pesquisadoras abordaram mulheres de diferentes Papéis Sexuais durante os primeiros meses após o nascimento de

seus primeiros filhos, observando suas avaliações da maternidade como um desafio e uma ameaça, suas estratégias de *coping* e seus humores durante esse período relativamente estressante. Os resultados claramente indicaram que mulheres Andróginas e Tipificadas Femininas experimentaram os primeiros meses da maternidade de uma maneira mais positiva do que mulheres Tipificadas Masculinas. Em todas as variáveis relacionadas com avaliação cognitiva e estado emocional, as mulheres Tipificadas Masculinas ficaram em desvantagem. Os seus equilíbrios afetivos foram mais negativos do que positivos e elas foram mais ameaçadas, deprimidas e menos desafiadoras do que as mulheres Tipificadas Femininas e as Andróginas. No entanto, não houve diferenças significativas entre as Tipificadas Femininas e as Andróginas nestas mesmas variáveis. Uma incidência menor de depressão entre as mulheres Andróginas revelada pelo Teste do Quiquadrado sugeriu que houve alguma vantagem para as Andróginas sobre as Tipificadas Femininas.

Isaac e Shah (2004) investigaram as relações entre Papéis Sexuais e Ajustamento Conjugal em indianos. Os pesquisadores classificaram sua amostra em dois grupos, casais com *distress* (pacientes de terapia) e casais sem *distress* (pessoas da comunidade). Os resultados indicaram que mais do que um terço dos indivíduos sem *distress* mostraram altas características de Androginia, mais do que um terço dos indivíduos com *distress* mostraram altas características de feminilidade, 60 % dos casais com *distress* mostrou características de masculinidade ou feminilidade comparadas com 45% do grupo sem *distress* e 60% dos maridos do grupo com *distress* mostrou características de masculinidade ou feminilidade comparados com 35% dos maridos do grupo sem *distress*.

1.5. Na Perspectiva das Transições

A Psicologia da Transição originou-se do trabalho sobre perda, crise familiar e depressão de Parkes (1972), Holmes e Rahe (1967), Kübler-Ross (1969) e outros.

As transições diferem, os indivíduos diferem, contudo é possível definir uma estrutura estável para compreender a psicologia dos indivíduos em transição, acreditam os teóricos partidários desta perspectiva. Uma transição, no sentido amplo, é qualquer evento ou não evento que resulte em mudanças de relacionamento, rotinas, crenças e papéis (Schlossberg, Waters & Goodman, 1995). Estes autores preferem não utilizar o termo crise para definir uma transição, devido à conotação negativa que

tradicionalmente esta palavra carrega. Uma transição pode ser um evento que envolve ganhos e/ou perdas. Além disso, crise insinua um evento dramático e a transição está interessada em eventos e, também, em não eventos. As transições incluem não apenas mudanças óbvias na vida (tais como formatura, emprego, casamento, nascimento do primeiro filho, perda de um ente querido, etc...), mas também mais sutis mudanças (tais como a perda de aspirações de carreira ou a não ocorrência de um evento previsto, tais como uma expectativa de promoção no trabalho). Em suma, se resultar em mudança, um evento ou um não evento pode ser uma transição.

Parkes (1972) propôs o termo transição psicossocial e o definiu como uma mudança que requer o abandono de uma série de crenças e o desenvolvimento de uma outra série delas na tentativa de habilitar o indivíduo a enfrentar um novo e alterado espaço de vida. Além disso, uma transição não é tanto uma questão de mudança objetiva, mas da percepção que o indivíduo tem da sua própria mudança. Ou seja, uma transição ocorre quando a mudança estiver bem definida para a pessoa que a experimenta. Por exemplo, se a menopausa não tem muito impacto em uma mulher particular, não muda as suas crenças ou as suas relações, então não pode ser considerado como uma transição psicossocial (entretanto, é uma mudança biológica). Se outra mulher experimenta a menopausa como um evento que marca sua passagem da mocidade para a velhice ou da sexualidade para a não sexualidade, isso pode se constituir numa transição para ela e pode ser percebido como um evento negativo. Para uma terceira mulher que percebe a menopausa como uma liberdade, livrar-se da necessidade do uso de anticoncepcionais, isso também é uma transição, porém positiva.

As transições podem ser classificadas em tipos, segundo Schlossberg e colegas, (1995): antecipadas, não antecipadas (eventos) ou não eventos.

As transições antecipadas compreendem aquelas de ganhos e perdas ou alterações de papéis que, previsivelmente, ocorrem no curso do desenvolvimento do ciclo de vida. Estes eventos esperados incluem casamento, gravidez planejada, o nascimento do primeiro filho, o filho que sai da casa dos pais, o começo no primeiro emprego e a aposentadoria.

As transições não antecipadas envolvem os “eventos não agendados” ou os que não são previsíveis. Essas, comumente, se caracterizam por crises, circunstâncias com rupturas e outras ocorrências não esperadas que não são decorrentes das transições regulares do ciclo de vida. Exemplos desses eventos na área parental incluem a gravidez

não planejada/acidental, o divórcio, a separação, a morte prematura da esposa, a doença e/ou morte de uma criança, etc.

As transições de não-eventos são aquelas esperadas, mas que não ocorreram, e no entanto, alteraram a vida das pessoas envolvidas – por exemplo, casamentos que não ocorrem, promoções que não se concretizam, os filhos que não nascem, etc. Assim, um evento ou não evento pode ser algo planejado ou algo não planejado. Para Schlossberg e colegas (1995) é mais útil pensar nessas transições – antecipadas, não antecipadas ou não eventos – como sendo um contínuo “mudança-não-mudança” do que pensar em entidades descontínuas. Em outras palavras, o que importa é o quanto elas alteram a vida do indivíduo. Além disso, os autores sugerem que um estudo interessante seria investigar como a mesma pessoa enfrenta transições antecipadas, não antecipadas e não eventos.

Outros aspectos sobre as transições precisam ser mencionados e envolvem os conceitos de relatividade, contexto e impacto, conforme Schlossberg e colegas (1995). O conceito de relatividade se refere ao fato de que uma mudança antecipada para uma pessoa, pode ser não antecipada para outra. Um não evento para uma pessoa - não ter casado – pode ser uma decisão deliberada para outra pessoa. O mesmo evento tem diferentes significados para indivíduos diferentes. A avaliação que o indivíduo faz da transição é fundamental. O indivíduo vê a transição como positiva ou negativa? Esta avaliação influenciará como as pessoas sentirão e enfrentarão a transição.

O conceito de contexto se refere ao cenário da vida na qual a transição ocorre, esclarecem Schlossberg e colegas (1995). A gravidez pode ser uma experiência "melhor" se torna possível à realização de um sonho há muito desejado numa família bem estruturada ou pode ser uma experiência “pior” se é decorrência de um “acidente de percurso” em plena adolescência.

O conceito de impacto está relacionado com o grau de alteração que a transição produz na vida diária da pessoa. Assim, quando um evento cria problemas para um indivíduo, é preciso não só olhar para o tipo e contexto do evento, mas também para o impacto do evento nas relações, nas rotinas, nas crenças, no *self* e nos papéis do indivíduo. A transição que altera mais a vida da pessoa requer mais recursos de *coping* e tempo mais longo para assimilação ou adaptação. A avaliação do impacto de uma transição sobre as relações, as rotinas, as crenças e os papéis são, provavelmente, a consideração mais importante para o entendimento de determinada situação. Além disso, Schlossberg e colegas (1995) sugerem que pesquisas empíricas possam ser

realizadas sobre eventos que acontecem a uma pessoa, mas têm impacto em outros indivíduos. Por exemplo, a gravidez acidental de adolescente e o impacto disso sobre os pais do adolescente.

Em suma, para entender o significado que uma transição tem para um indivíduo particular, é preciso examinar o tipo de transição (antecipada, não antecipada ou não evento), o contexto da transição (relação da pessoa com a transição, cenário no qual a transição acontece) e o impacto da transição na vida do sujeito (em relações, rotinas, crenças e papéis).

Embora o começo de uma transição possa estar relacionado a um evento identificável ou não, na realidade, as transições são processos ao longo do tempo. Seis meses, um ano, às vezes dois anos, passam antes de uma pessoa movimentar-se completamente por uma transição importante. Se um indivíduo é entrevistado antes do movimento, durante o mesmo, seis meses depois dele e, novamente, dois anos após, serão coletadas respostas que podem ser totalmente diferentes. O único modo para entender as pessoas em transição é estudá-las através de um delineamento longitudinal (Schlossberg e colegas, 1995). A natureza ambivalente que pode cercar muitas transições, também explica os discursos diferentes da mesma pessoa em um certo momento e dois meses ou um ano depois.

1.6. Transições e Papéis Sociais

A coordenação e o controle das atividades dos membros de uma sociedade se realizam através de sistemas de *status* e papéis. O que se espera que um ocupante típico de determinada posição faça em situações padronizadas constitui o papel associado a essa posição. Os papéis são interdependentes, e assim, o sistema de papéis auxilia a tornar eficiente a interação social. É um padrão que articula as ações dos atores sociais. Cada indivíduo desempenha múltiplos papéis, e estes determinam, em parte, a maneira pela qual é tratado pelos seus semelhantes (Gerrig & Zimbardo, 2005). Sendo assim, os papéis constituem recursos organizadores da conduta e do autoconceito dos membros de uma sociedade. Ou seja, o indivíduo define a si mesmo com base nos papéis que assume, da mesma maneira como através destes é definido o seu lugar no grupo social.

O desempenho de papel baseia-se no conceito de *script*, um conjunto de regras sociais que guiam as interações da pessoa em relação às outras em um contexto definido. De acordo com Super (1983), o termo papel necessita ser entendido e definido

em termos de expectativas e de desempenho. Expectativas podem ser categorizadas como (1) as expectativas dos observadores e como (2) a concepção do ator. Desempenho também tem duas definições: (1) incorporação do papel demonstrada tanto pela gratificação pessoal quanto pela confirmação social; e (2) a construção permanente do papel como tal, na medida em que esse e as expectativas de outros são redefinidas pelo ator. É nesta formulação do papel, assim como na escolha de posições e de papéis, que o indivíduo atua como um sintetizador dos determinantes pessoais e situacionais dos papéis.

O conceito de papel na ciência social é distinto da sua origem nas artes cênicas. No teatro, uma pessoa atua em muitos papéis, alternadamente, ao longo do tempo, mas mantém um senso interno de continuidade através das transformações. Em contraste, a ciência social traz a idéia, que pode soar absurda para alguns, que o sujeito adquire o senso de “quem é” das estruturas imediatas de interação baseadas nos papéis. Ou seja, os papéis são a fonte primária do sentido do *self* e qualquer noção da história pessoal é secundária ou, mesmo, não substancial (Oatley, 1990).

Nesta abordagem de Oatley (1990), determinados papéis relevantes, sociais e pessoalmente designados, são críticos para a autopercepção e senso de identidade. Estes podem ser considerados centrais para a experiência do *self*, enquanto outros estão na periferia, ou seja, podem ser mais facilmente descartados ou terem suas atribuições negociadas pelo indivíduo. Portanto, o autoconceito estrutura-se principalmente através do desempenho dos papéis relevantes para o indivíduo nos cenários sociais de sua preferência. A apropriação pessoal da percepção social é um dos processos formadores do autoconceito, revelando também a natureza social da auto-estima, que consiste na assimilação do prestígio atribuído à determinada posição de papel. O conceito de papel precisa ser diferenciado do conceito de *status*. O papel é necessariamente dinâmico, exige que o sujeito o atue. Por outro lado, *status* significa a posição no meio social, sem referência explícita à ação. Esta posição, associada ao papel, situa-se numa hierarquia socialmente construída que confere determinado grau de valor, prestígio e atenção social ao indivíduo, isto é, lhe confere *status*.

O autoconceito transforma-se e ajusta-se na proporção em que o sujeito enfrenta as tarefas e transições de vida típicas de sua cultura e/ou forjadas na sua história pessoal. Essas transições podem ser descritas como transformações na constelação de papéis que estruturam a experiência pessoal. Isto é, situações em que novos papéis demandam novos desempenhos, um papel antes importante perde relevância, declina ou desaparece

por várias razões possíveis; e, ainda, outros *scripts* precisam ser redefinidos. Nesta perspectiva, processos de transição na vida podem ser compreendidos através do exame das alterações no desempenho de papéis críticos para o autoconceito (Super, 1983). Sabe-se que a percepção da perda de *status* e papel traz a experiência de danificação no sistema pessoal, como pode acontecer com mulheres trabalhadoras que precisam sacrificar sua carreira profissional para se dedicar aos cuidados do filho e do lar.

Louis (1980) focalizou a experiência de entrar em um novo contexto de vida. As pessoas que se movem para novas situações (novo casamento, parentalidade, divórcio, emprego ou ambiente educacional) têm um mesmo conjunto de tarefas e necessidades. No início de um processo de transição, os indivíduos devem familiarizar-se com as novas rotinas, regulamentos, relacionamentos e expectativas do novo cenário e seus respectivos papéis. Louis (1980) sugeriu que desajustamentos podem ser minimizados através da atenção sistemática no momento inicial da transição. Da mesma forma, candidatos à transição da conjugalidade para a parentalidade devem ser orientados sobre as características de seus novos papéis, recursos disponíveis e estratégias de busca de informação. Portanto, a autora considera que problemas de ajustamento estão relacionados às expectativas irrealistas e não realizadas que os sujeitos trazem e que não são trabalhadas a tempo.

De acordo com Louis (1980), as diferenças encontradas entre os antigos e novos papéis, orientações de papel e cenários, podem ser de três tipos: mudanças, contrastes e surpresas. As mudanças referem-se aos aspectos objetivos e verificáveis que distinguem a nova situação da anterior. Os contrastes constituem os produtos perceptivos da experiência individual e refletem a importância particular atribuída pelo sujeito a determinados aspectos das situações em foco. E as diferenças entre antecipações e experiências são denominadas surpresas, que tipicamente desencadeiam reações cognitivas e afetivas. As surpresas diferem dos contrastes, pois os últimos são apreciações subjetivas de diferenças entre aspectos objetivos do mundo externo, enquanto que as surpresas refletem a descontinuidade ou interrupção entre antecipações e experiências subsequentes do *self* inserido no novo papel e cenário.

Por outro lado, o trabalho de Ebaugh (1988) concentrou-se no processo do abandono de um papel. Ela descreveu essa experiência com um processo de desengajamento de um papel que é central para a identidade pessoal e o restabelecimento de uma identidade em um novo papel que leva em consideração o anterior. Este processo inicia com dúvidas, reavaliações pessoais e resulta na busca de alternativas. Ebaugh (1988)

identificou um estágio intermediário entre o abandono do velho e a assunção do novo papel, denominado de “estágio de vácuo”, descrito como um período de ansiedade, indeterminação e falta de normas. Este período é gradualmente superado no processo de aceitação pelo sujeito do status de “ex” e com o movimento para a criação de um novo papel. Abandonar um papel é um processo ao longo do tempo e o novo contexto de vida será construído sobre a identidade anterior. Neste sentido, a autora introduziu a idéia de identidade remanescente (*hang over identity*) que o papel anterior traz para a nova condição. Esta expressão poderia ser traduzida para o português talvez como “identidade sobrevivente”.

As qualidades ou comportamentos que conferem *status* são decididos de modo consensual em determinada cultura. Deste modo, o *status* pode estar ou não associado ao dinheiro, à inteligência, à beleza, ao caráter, ao sexo, etc., conforme o que a cultura do grupo valoriza. E, sabendo-se que os sujeitos podem participar de diferentes subculturas em sua comunidade (meio profissional, igreja, família, clubes, etc.), podem receber *status* de diversas fontes de acordo com distintos critérios. Neste sentido, pode-se argumentar que, quanto maior o número de afiliações sociais valorizadas o sujeito possuir, mais condições terá para enfrentar a perda de uma determinada posição de papel. E, por outro lado, transições que envolvem a perda de *status* em um contexto cultural podem significar ascensão em outro como, por exemplo, quando um homem de negócios abdica de seu *status* profissional para ascender em sua vida espiritual. Sobre este aspecto, pesquisas têm referido o conceito de *complexidade do self* como um moderador dos efeitos da experiência de fracasso, como pode ser categorizada a perda de *status*. Um *self* complexo é representado cognitivamente como possuindo atributos diferentes em papéis e situações diferentes. Ele abriga uma multiplicidade de relacionamentos, traços, metas e comprometermentos. Em contraste, um *self* relativamente simples é representado como possuindo os mesmos atributos numa variedade de situações (Gilbert, 1990).

O modelo sobre processos de transição na vida adulta mais influente na literatura psicológica foi proposto por William Bridges, nas inúmeras edições de seu livro *Transitions: Making sense of life's changes*. Bridges (1999) considerou que as diversas transições da vida apresentam três fases básicas: o término de uma situação (1), seguido de (2) um período de confusão e vazio que conduz a (3) um novo começo.

Assim, todas as transições começam com um término. Para o autor, antes de dedicar-se ao novo, é necessário desligar-se do que é velho ou passado. O término é

difícil mesmo quando a transição é desejada ou vista como positiva, pois significa a perda dos meios habituais de autodefinição. Ou seja, o sujeito é levado a romper com uma determinada estruturação de seu espaço vital, constituído pelos papéis e respectivos cenários sociais que, até então, pré estabeleciam os seus comportamentos e forjavam suas atitudes e crenças. Esta etapa é composta por processos de desengajamento, desidentificação, desencanto e desorientação. O desengajamento significa a separação, o afastamento, o rompimento com o sistema de contingências ambientais que reforçavam papéis e padronizavam o comportamento. Somente quando este sistema, por alguma razão, perder sua função ou se desorganizar é que o indivíduo poderá vislumbrar alternativas de vida. A desidentificação significa a citada perda dos meios habituais de autodefinição que, metaforicamente, pode ser descrita como a perda de um espelho. É a experiência de não saber exatamente quem realmente se é. Bridges (1999) considera que a desidentificação pode ser vista como o aspecto interno do desengajamento. O terceiro processo citado pelo autor na fase de término foi o desencanto. Esta é uma experiência que freqüentemente desencadeia processos de transição, mas, assim como os demais processos desta etapa, o significado da mesma emerge ao longo do tempo. O desencanto significa descobrir que uma parte significativa de nossa realidade não estava no mundo lá fora, mas existia somente em nossas fantasias, crenças e pressuposições que acabaram de ruir. Portanto, o acreditar em algo, seja na amizade fiel, no amor sincero ou mesmo na integridade e coerência da própria personalidade, é o precursor necessário da possibilidade de desencanto. Este sentimento sinaliza uma oportunidade para dar-se conta que a realidade tem muitas camadas e que devemos olhar abaixo da superfície de nossas suposições. De acordo com o autor, o indivíduo deve compreender que a visão antiga foi útil e inteligente no passado, mas, agora, tornou-se insuficiente. De outra forma, uma desilusão o paralisará e, provavelmente, ele voltará ao velho *script* em busca do “amigo leal” ou do “amor verdadeiro”. E, finalmente, a desorientação é o processo resultante de descobrir-se sem metas e planos, e, portanto, sem motivação. A maneira habitual de dar sentido aos eventos cotidianos se perde e acentua-se um sentimento de vazio e alienação que poderá ser superado apenas com a esperança.

O desencanto e a desorientação são o vestíbulo da segunda fase de todo processo de transição, a chamada zona neutra. Recebe este nome por ser uma espécie de moratória em relação às atividades convencionais de existência individual. Bridges (1999) a descreveu como um período de vazio, como estar suspenso no tempo, entre a vida passada e a futura. A primeira função da zona neutra é a *rendição*: o indivíduo deve

aceitar o sentimento de vazio inevitável à condição de quem ainda não sabe qual caminho seguir, ao invés de lutar para destruí-lo. Este vazio é a consequência natural do processo de término e sinaliza que o terreno está pronto para a emergência do novo. Bridges (1999) citou três razões para a existência da zona neutra. Primeiro, o processo de transformação é essencialmente uma morte e um renascimento e não uma modificação mecânica na qual uma peça é reparada ou trocada. Segundo o autor, somente com o retorno ao caos e ao vazio é que um processo de renovação genuína poderá ocorrer. E por fim, essa experiência traz a possibilidade de acesso a um ângulo de visão que não poderia ser obtido de outra maneira. A zona neutra permite perceber com transparência a não substancialidade do mundo cotidiano. E mesmo que não seja possível permanecer nesta perspectiva durante muito tempo, ela traz uma nova consciência para os futuros engajamentos e identificações.

A terceira e última fase é o novo início. O novo início é um processo interno e depende do quanto foram bem sucedidas as etapas anteriores. Depois de concluídos os termos, destruídos velhos cenários e papéis e a zona neutra tenha levado o sujeito à confusão, ao vazio, mas, também, a energia da criatividade, este poderá lançar-se a uma nova fase de vida, afirma Bridges (1999). O novo começo necessita da compreensão dos valores emergentes, de novos critérios e planos de vida que passam a dar forma a uma nova identidade e a visão de futuro e os preparativos para alcançá-la devem dar lugar à ação e ao foco no processo de aprender e construir o novo.

1.7. A transição da conjugalidade para a parentalidade

O interesse por esse momento do ciclo vital familiar surge em 1957, quando LeMasters afirmou que 83% dos novos casais passavam por uma severa crise na passagem da condição de casal para a de pais. Essas idéias foram inicialmente refutadas, porém, em seguida, debatidas com intensidade pelos acadêmicos. Então, muitas pesquisas foram realizadas, embora os conhecimentos produzidos nessa época fossem completamente baseados nos resultados de estudos retrospectivos.

Somente no início dos anos 1980, começaram a surgir os estudos longitudinais e a confirmação das idéias defendidas por LeMasters (Belsky & Pensky, 1988; Cowan & Cowan, 1988). Os achados de estudos longitudinais têm sido, notavelmente, mais consistentes. Depois da realização de mais de uma dezena de estudos desse tipo, passou

a ser aceita, em geral, a idéia de que a transição para parentalidade é um período de grande estresse para o casal e, também, um momento potencialmente ameaçador para o desenvolvimento do bebê, devido à possibilidade de diminuição da qualidade conjugal e da interação pais-criança (Cowan & Cowan, 1995).

Nos anos seguintes, foram publicados quatro livros marcantes (Belsky & Kelly, 1994; Cowan & Cowan, 1992; Lewis, 1989; Michaels & Goldberg, 1988) que resumiram as pesquisas longitudinais realizadas na transição para a parentalidade até o início dos anos 90. Foram analisados aproximadamente 15 estudos longitudinais e alguns transversais. Os autores, em geral, concluíram que, para a maioria dos casais essa transição pode ser extremamente estressante e extremamente apazível. Certamente, para 40 a 70% dos casais há uma queda na qualidade matrimonial. O conflito conjugal cresce devido aos seguintes fatores: as pessoas ficam vulneráveis à depressão; há uma queda precipitada na qualidade do relacionamento no período de um ano após o nascimento do primeiro filho; as pessoas retornam aos papéis estereotipados de gênero; as pessoas ficam subjugadas pela quantidade de trabalho doméstico e cuidados com a criança; os pais (homens) se refugiam no trabalho; há diminuição na comunicação e no sexo. Por outro lado, pode haver aumento em alegria e prazer com o bebê, mas que implica necessariamente em reorganização surgindo, desta forma, uma oportunidade para o desenvolvimento e mudança individuais.

A transição para a parentalidade tem sido definida como uma etapa do ciclo familiar em que o investimento orientado para a organização da relação marido-mulher é transferido para as relações pais-filho. Segundo Carter e McGoldrick (2001), após o nascimento do primeiro filho, o jovem casal ascende na hierarquia geracional, tornando-se prestador de cuidados e protetor da geração mais nova. Para tanto, organiza-se, criando e negociando a definição de seus novos papéis e de suas novas funções. O casal assume a função parental, maternal e paternal, que é um conjunto de elementos biológicos, psicológicos, jurídicos, éticos, econômicos e culturais, a partir de seus modelos parentais. O componente sócio-cultural tem uma influência importante sobre como as funções maternas e paternas são exercidas. Nas últimas décadas, observa-se uma evolução progressiva de transformação dos papéis parentais. No desenvolvimento da sociedade ocidental, a função parental tem assumido um valor diferente das rígidas definições anteriores, mudança na definição de papéis e nos estatutos sexuais. Se, anteriormente, apresentavam definições de papéis parentais significativamente distintas para homens e mulheres, essa distinção tem sido esbatida, progressivamente, e uma

nova complementaridade entre as funções maternas e paternas emergiu. Ou seja, a partir da libertação das limitações biológicas o casal tem se desvinculado da rigidez dos papéis parentais anteriores.

É evidente que a transição para a parentalidade exige do casal uma mudança de papéis sociais, ou seja, dos papéis de homem e mulher, dos papéis de marido e mulher e dos papéis de pai e mãe. Isso implica em adaptação nas identidades dos indivíduos e do casal. Essas mudanças têm sido incrementadas por transformações ocorridas, nas últimas décadas, nos próprios Papéis Sexuais, isto é, na idéia do que é ser homem e do que é ser mulher e, conseqüentemente, nos relacionamentos entre os sexos. No atual contexto de aceleradas mudanças, concorrem valores tradicionais e contemporâneos que se refletem em expectativas e experiências múltiplas e diversificadas sobre o que é família e o que é ser homem e mulher. Tudo isso torna mais complexa ainda essa transição, acrescentam Brasileiro e colegas (2002, p. 294):

A questão que se levanta, no entanto, é que ao invés da substituição de modelos tradicionais, o que houve foi o acréscimo de valores de forma que padrões tradicionais e modernos passaram a coexistir tanto na cultura quanto dentro de um mesmo sujeito.

Complementando, Brasileiro e colegas (2002) entendem que, frente às expectativas de mulheres e homens por relacionamentos cada vez mais igualitários, fica evidente a dificuldade da assunção dos velhos papéis prescritos para a chegada do primeiro filho: mães se envolvendo integralmente na vida diária do bebê enquanto pais se envolvendo de forma opcional ou complementar. Estes autores esclarecem ... (p. 292),

... entendemos por relacionamento igualitário aquele onde os cônjuges buscam uma participação equilibrada tanto no trabalho doméstico e familiar quanto na contribuição econômica para a subsistência da família. Isto não significa uma divisão de 50% para cada cônjuge e sim uma divisão onde haja, além de equivalência na participação de cada um, consciências e concordâncias mútuas.

Refletindo sobre a perspectiva igualitária, Lang (2000) comenta que o casal de duplos provedores poderia ser o modelo de casamento ideal do novo milênio. Porém, para a grande maioria dos casais, esta estratégia para gerenciar trabalho e demandas familiares cria, na realidade, uma variante da tradicional divisão sexual do provedor e da dona-de-casa. O que muda, na nova versão, é que há duas carreiras, mas apenas uma

se “rala no *front*”. Este modelo “neotradicional” tenta ajudar os casais em seus esforços para construir uma vida nova num mundo velho em que a organização do trabalho e das carreiras não contempla as responsabilidades familiares – e, ainda, a carreira do marido é a que tem prioridade.

Os casais de trabalhadores têm poucas opções, afirmam Moen e Yu (2000), por causa do atraso das políticas e práticas de emprego que são baseadas em padrões restritos de carreira estabelecidos no início do século 20. Surpreendidos num círculo vicioso, os casais tendem a reforçar esse modelo, com as esposas retrocedendo no mundo do trabalho em face das demandas familiares de casal. Porém, essa estratégia, facilitadora a curto prazo, pode ter conseqüências negativas, em longo prazo, na segurança no emprego, na qualidade da velhice, nas oportunidades de remuneração e ascensão profissional das mulheres.

Moen e Yu (2000) analisaram dados de 324 homens e 844 mulheres em arranjos familiares de duplos provedores e chegaram a conclusão que os casais contemporâneos típicos têm valores igualitários, mas descobrem a si mesmos desempenhando papéis mais tradicionais. No entanto, diferentes dos papéis dos casais de classe média dos anos 1950, os Papéis Sexuais atuais estão diferenciados não pelo que fazem fora de casa, mas pela quantidade de trabalho que fazem. Sem dúvida, isso não reflete o desejo dos casais atuais, mas sim a ausência de opções realísticas para construir uma vida de divisão de trabalho e de divisão de responsabilidades familiares. Embora a maioria dos trabalhadores seja casada com trabalhadores, o caminho das carreiras profissionais presume apenas uma carreira por casal. Os autores concluíram que os melhores casamentos do novo milênio serão aqueles nos quais ambos os esposos alocam a mesma quantia de tempo em seus empregos e nenhum dos dois trabalha muitas horas.

Enquanto o efeito da parentalidade sobre o trabalho das mulheres tem sido bem documentado, pouca atenção tem sido dada para o vínculo potencialmente importante entre trabalho e parentalidade para os homens. De acordo com Kaufman e Uhlenberg (2000), os dois modelos concorrentes de paternidade sugerem efeitos opostos da chegada da criança sobre as atividades laborais. O modelo do “bom provedor” prevê que pais trabalharão mais do que não pais, enquanto o modelo de pais envolvidos prevê que paternidade poderia encorajar os homens a trabalhar menos. Os investigadores usaram os dados da *National Survey of Families and Households* de 1992-93 para examinar o efeito da parentalidade sobre os empregos e as horas de trabalho de homens

e mulheres casados. Os resultados indicaram evidências para ambos os modelos de parentalidade.

Apesar das mudanças nos Papéis Sexuais desde os anos 60, os dados dos anos 90 sugerem que diferenças entre gêneros tradicionais, no efeito da parentalidade sobre o trabalho, persistem. As mães desta amostra foram menos prováveis de trabalharem fora de casa do que mulheres sem filhos e mães empregadas trabalhavam menos horas do que mulheres sem filhos empregadas. Para homens, a associação entre paternidade e trabalho tende a ser o contrário. Pais empregados e trabalhando mais horas foram mais freqüentes do que homens que não tinham filhos. Estes resultados são consistentes com estudos anteriores que têm encontrado homens trabalhando mais quando se tornam pais, afirmam Kaufman e Uhlenberg (2000). Contudo, apesar da persistência das diferenças de gênero de fazerem previsões com base nos papéis tradicionais de mães e pais, há evidência que alguns pais mais jovens têm trilhado caminhos diferentes. Com o crescimento de mulheres casadas na divisão do papel de provedor com seus maridos e o crescimento da proporção de homens que mostram o desejo de dividir o papel de cuidador com suas esposas, a concorrência entre o papel de trabalhador e pai pode se tornar mais saliente.

O conhecimento crítico, gerado da pesquisa científica em transição para a parentalidade tem, geralmente, colocado os seguintes fatores como determinantes importantes das mudanças no Ajustamento Conjugal dos novos pais:

- Quanto mais mães e pais são capazes de controlar seus impulsos e quanto mais afiliativos e brincalhões (divertidos) são com os seus filhos, mais satisfeitos estão com os seus casamentos (Levy-Shiff, 1994);
- Quanto mais os homens são envolvidos no cuidado com os filhos, mais Ajustamento Conjugal as mulheres experimentam (Belsky & Rovine, 1990);
- Os pais que estão insatisfeitos com seus casamentos são menos prováveis de se envolverem no cuidado com suas filhas do que com seus filhos (Dickie, 1987);
- Maior Satisfação Conjugal pré-natal tem sido associada a maior Satisfação Conjugal pós-parto (Cowan & Cowan, 1995; Knauth, 2000);
- A maioria dos casais mostrou mais companheirismo e menos romantismo após o nascimento do primeiro filho, gerando menos Satisfação no casamento (Belsky & Pensky, 1988);

- A maneira como os novos pais foram tratados por seus pais e como seus pais interagiram um com o outro prediz como serão os novos pais com os seus próprios filhos (Belsky & Isabella, 1985);
- Desequilíbrios na divisão de trabalho, incluindo cuidados com a criança e tarefas domésticas, são fontes significativas de conflito conjugal para os novos pais (Belsky, Lang & Rovine, 1985; Cowan & Cowan, 1995);
- As mudanças conjugais mal adaptadas podem estar associadas com o desenvolvimento negativo da criança (Levy-Shiff, 1994);
- Quando pais não dirigem seus conflitos para dentro do seu próprio relacionamento, com frequência, projetam suas ansiedades na criança, o que pode interferir no seu desenvolvimento (Knauth, 2001);
- Quando os pais, num ambiente calmo e respeitoso, são atenciosos com o seu relacionamento conjugal e conectados com a criança, provavelmente, construirão filhos mais responsáveis (Knauth, 2001).

1.8 O Declínio do Ajustamento Conjugal

Nyström e Öhrling (2003) descreveram as experiências de parentalidade de mães e pais durante o primeiro ano de seus filhos através de uma extensa revisão da literatura especializada no assunto. Os autores revisaram o período de 1992-2000 em banco de dados indexadores, tais como, *Medline*, *Cinahl*, *PsycLit* e *Academic Search Databases*. Os termos empregados na busca foram parentalidade, primeiro ano, infância e experiência. Foram selecionados 33 artigos relatando pesquisas quantitativas e qualitativas. Os dados foram analisados através de Análise de Conteúdo. Nos resultados, o tema unificador das vivências sobre a parentalidade entre mães e pais foi “viver num mundo novo e devastador”. Isto significa que mães e pais experienciaram mudanças devastadoras em suas vidas durante o primeiro ano da criança.

Descobertas considerando padrões de mudança na Satisfação Conjugal têm estimulado a exploração das causas disso ao longo do tempo. Por exemplo, nos anos 80, pesquisadores focalizaram-se sobre as transições da família para explicar por que Satisfação Conjugal declina com o tempo. A transição para a parentalidade foi central nestas pesquisas (Belsky, Lang & Huston, 1986; Cowan, Cowan, Heming, Garret,

Coysh, Curtis-Boles & Boles, 1985; Ruble, Fleming, Hackel & Stangor, 1988). Após o nascimento do primeiro filho, os pais relataram declínio na Satisfação Conjugal, nas interações positivas e no amor romântico, enquanto também relataram crescimento dos conflitos conjugais e dos problemas de relacionamento. Em suma, quase tudo de positivo no relacionamento dos parceiros é esperado diminuir após o nascimento do primeiro filho, por outro lado, quase tudo de negativo é esperado aumentar.

Relvas (1996) comentou que o nascimento do primeiro filho do casal pode trazer um decréscimo na intimidade, Ajustamento e Satisfação Conjugal. A parentalidade, também, pode significar um tempo de alegria e de enriquecimento individual e familiar, necessário para a realização do ser humano.

Sem dúvida que os livros e artigos escritos para pais grávidos alertam para as mudanças esperadas em seus casamentos. Estas mudanças podem resultar num ambiente positivo, mas principalmente estes trabalhos buscam ajudar na educação dos futuros pais sobre as dificuldades que o nascimento de uma criança traz, com freqüência, nos seus relacionamentos (Clements, Cordova, Markman & Laurenceau, 1997).

No entanto, mais de 90% dos casais americanos têm, no mínimo, uma criança. Se crianças causam problemas no casamento, por que os casais continuam repetindo esse erro? A resposta, talvez, resida no fato que tão comum quanto à idéia da criança como destruidor de casamento, é a idéia da criança como pacote de alegria ou evento divino. Infelizmente, ter uma criança “para salvar o casamento” é uma estratégia amplamente aceita por alguns casais infelizes e imprudentes, observam Clements e colegas (1997).

Recentemente, Salomone (2005) produziu uma reportagem para a Revista Veja abordando o tema da chegada do primeiro filho e da possibilidade disso se tornar catastrófico para o relacionamento do casal. A jornalista (p.107) registrou o depoimento de um casal que é um exemplo bastante ilustrativo das dificuldades de enfrentamento da transição para a parentalidade. Interessante observar o que comentou o homem de 29 anos:

Depois que I. nasceu não conseguimos segurar a onda mesmo. Éramos muito novos e acho que não estávamos preparados para as responsabilidades que chegaram junto com a nossa filha. Não tínhamos estrutura emocional para suportar tantas mudanças em nossa vida. Também fiquei muito incomodado ao ver a C. dividindo com o bebê a atenção que antes era só para mim. Quando ela teve depressão pós-parto, tudo ficou ainda mais complicado porque tive de me virar sozinho para cuidar da I. Não agüentei tanta pressão de uma vez só e

resolvi me separar. O nascimento da nossa filha foi como um *tsunami*. Foi devastador para o nosso casamento.

Em seguida, a mulher, ex-parceira, de 28 anos deu a sua versão dos fatos (Salomone, 2005, p. 107).

A gravidez de I. não foi planejada, mas em nenhum momento pensei que a chegada dela pudesse acabar com um relacionamento de tanto tempo. Logo que descobri que estava grávida, eu e o pai dela fomos morar juntos. Namorávamos havia seis anos, mas, à medida que a minha barriga ia crescendo, ele ia mudando radicalmente comigo. Deixou de ser carinhoso, atencioso e ficou extremamente impaciente com tudo. Quando nossa filha nasceu, vivemos um período de muita felicidade, mas que só durou dois meses. Um dia, ele disse que não me amava mais e que ia embora. Fiquei arrasada e comecei a fazer terapia. Hoje, superei o trauma, me casei de novo há dois anos, mas não penso em ter outro filho logo. Morro de medo quando penso que essa história pode se repetir.

No estudo de Belsky, Spanier e Rovine (1983), com o intuito de avaliar a mudança conjugal em função do nascimento do primeiro filho e/ou dos subseqüentes, 72 casais voluntários participaram de uma pesquisa longitudinal do último trimestre da gravidez até o nono mês do pós-parto. Os casais foram entrevistados juntos; os questionários foram respondidos individualmente; e, foram observados os comportamentos, nas residências. Análises dos escores médios revelaram pequena, mas nítida mudança no Ajustamento Conjugal (avaliado pela DAS), no funcionamento conjugal (atividades de lazer conjunto, na percepção do relacionamento como romântico, amigável e companheiro) e na interação conjugal observada. Os resultados indicaram que a transição para a parentalidade levou a uma modesta, porém significativa mudança no relacionamento conjugal. Provavelmente o mais representativo dos dados foi o declínio linear no Ajustamento Conjugal geral do último trimestre de gravidez para os três meses e, após, para os nove meses pós-parto, conforme revelado pela média dos escores totais da DAS em cada uma das três mensurações. Consideração de específicas subescalas da DAS revelam as prováveis causas deste declínio geral auto-relatado de qualidade conjugal. Com respeito a subescala Expressão de Afeto, um declínio significativo apareceu entre as duas primeiras mensurações, e apenas um leve declínio na terceira mensuração. Este padrão de resultados indicou que, em geral, o nascimento do bebê exerce um impacto maior nos momentos iniciais da experiência do casal com o novo filho.

Por outro lado, Miller e Sollie (1980) relataram que a mudança mais marcante foi do primeiro para o oitavo mês do pós-parto e não do sexto mês de gravidez para o primeiro mês do pós-parto. Estes autores interpretaram seus dados em termos de um período inicial de “lua de mel” com o bebê, no qual um eventual efeito estressante é amortecido pela reação inicial positiva da chegada da criança. Belsky e colegas (1983) entenderam que os dados de ambas as pesquisas são complementares. A interpretação integradora é que as interações positivas relacionadas com o bebê e o envolvimento conjugal geral entre os esposos declinaram significativamente do primeiro para o terceiro mês do pós-parto.

No caso específico da subescala Coesão Diádica, Belsky e colegas (1983) relataram que uma mudança significativa apareceu do último trimestre de gravidez para o terceiro mês do pós-parto, apenas para as mulheres. Enquanto os maridos consideraram seus relacionamentos conjugais como menos coesivos do que suas esposas durante o último trimestre de gravidez, aos três meses tais diferenças não existiram. Tudo isso devido ao declínio dramático na avaliação das esposas dos seus casamentos e da estabilidade da avaliação dos maridos. Esses dados claramente sugerem que, em alguns aspectos, o Ajustamento Conjugal das esposas foi mais sensível aos efeitos da chegada de um bebê à família do que foi o Ajustamento Conjugal dos maridos, pelo menos no que tange às avaliações da Coesão Diádica. Considerando que peso maior foi sempre colocado sobre as mães no ajuste de suas vidas ao nascimento do bebê, esse achado não surpreende. Além de tudo, maridos não alteraram sua contribuição para a divisão de trabalho doméstico que tem sido tradicional responsabilidade das esposas (isto é, cozinhar, lavar, etc). Assim, são as esposas que principalmente aumentaram seus “fardos” domésticos por tornarem-se responsáveis pelo cuidado do bebê. Esposas relataram significativamente mais Ajustamento Conjugal geral do que maridos e em todas subescalas de Ajustamento Conjugal, exceto Consenso Diádico.

Ramos e colegas (2005) relataram, em estudo realizado com 61 homens na transição para a paternidade, que os níveis de Satisfação Conjugal declinaram significativamente do momento imediato do pós-parto (medida 1) para os 6 meses de idade do bebê (medida 2). Isso confirma a maioria das investigações sobre o assunto, no entanto, os autores registraram, que todos aqueles homens que anteriormente avaliaram de forma mais positiva a relação conjugal, apresentaram significativa melhor adaptação à transição.

Twenge, Campbell e Foster (2003) realizaram uma meta-análise e encontraram pais com Satisfação Conjugal mais baixa na comparação com casais sem filhos. Houve uma correlação negativa significativa entre Satisfação Conjugal e número de filhos. A diferença em Satisfação Conjugal é mais pronunciada entre mães de crianças (38% das mães de crianças tem Satisfação Conjugal mais elevada comparadas com 62% de mulheres sem filhos). Para homens, o efeito permanece similar ao longo das idades das crianças. O efeito da parentalidade sobre a Satisfação Conjugal é mais negativo entre grupos sócio-econômicos altos, mais jovens e em anos mais recentes. Os dados sugerem que a Satisfação Conjugal declina após o nascimento de uma criança devido ao papel do conflito e à restrição da liberdade. Os autores buscaram por artigos usando três fontes: (a) o *PsycLIT* no período de 1974-2000 e *Sociofile* (1974-2000) usando as palavras chave: crianças e Satisfação Conjugal; (b) secções de referência de todos os periódicos e (c) resumos de dissertações e teses. Assim, a amostra de dados incluiu periódicos, teses e dissertações. As medidas padronizadas (*The Locke-Wallace, The Global Distress Scale e a Dyadic Adjustment Scale*) mostraram tamanho de efeito significativamente maior quando comparadas com medidas de item único e medidas não padronizadas.

Dessen e Braz (2005b) incluíram o medo do marido de perder o afeto da esposa, por ciúme do bebê, e o medo da esposa em função da alteração em sua aparência física, como fatores importantes que concorrem para o declínio da Satisfação Conjugal na transição para a parentalidade.

O delineamento de muitas pesquisas da transição para a parentalidade assume que os fatores determinantes da Satisfação Conjugal têm o mesmo efeito antes e após o nascimento do primeiro filho para novos pais e para casais sem filhos. Guttman (2004) testou a hipótese que pais pela primeira vez atribuiriam pesos diferentes a vários determinantes da Satisfação Conjugal dos pesos atribuídos por casais sem filhos. Se esses pesos relativos fossem levados em conta, algumas diferenças de Satisfação Conjugal relatadas entre os dois grupos seriam reduzidas. O autor examinou 60 novos pais e 60 casais sem filhos que responderam sobre o grau de suas satisfações com diversos aspectos de seus casamentos e avaliaram em que grau cada aspecto afetou suas Satisfações Conjugais. Estas duas medidas foram transformadas em uma única medida ponderada de Satisfação Conjugal. Os resultados mostraram uma diferença geral nos pesos atribuídos a vários fatores da Satisfação Conjugal. Também apareceu que novos pais estavam mais satisfeitos com seus casamentos do que o grupo dos casais sem filhos, nas medidas padrão e ponderada.

O estudo de Ahlborg, Dahlöf e Hallberg (2005) buscou descrever a qualidade do relacionamento íntimo entre pais seis meses após o nascimento de seu primeiro filho. A DAS modificada foi usada em 820 novos pais, dos quais 768 eram casados. Os resultados revelaram que a maioria dos pais era feliz em seu relacionamento, mas pais e mães estavam descontentes com seus relacionamentos sexuais. “Estar cansado(a) para relação sexual” foi um problema, especialmente para mães, e a frequência mais comum de relação sexual por mês foi de uma ou duas vezes. Os resultados não apoiaram a assunção de que os casais compensariam a lacuna da sexualidade com sensualidade. Boa comunicação dentro do casal foi associada com níveis mais elevados de diversas dimensões do relacionamento íntimo, especialmente Consenso e Satisfação Diádicas. Assim, uma maneira de estabilizar e fortalecer um relacionamento quando a atividade sexual está baixa seria enfatizar a comunicação diádica e a atividade sensual. Os autores entenderam atividade sensual, neste estudo, como abraçar, beijar e acariciar e atividade sexual, o toque genital.

1.9 A Divisão de Trabalho Dentro e Fora de Casa.

Brasileiro e colegas (2002) sustentaram que a transição para a parentalidade se constitui numa das mais impactantes mudanças do ciclo vital familiar, mesmo quando existe um intenso envolvimento de ambos os membros do casal na etapa da gravidez. O período que antecede ao parto, em geral, costuma se caracterizar pelo romantismo e predomínio de expectativas idealizadas e fantasiosas, não gerando condições realísticas mais próximas às do impacto real provocado pelo nascimento do bebê e das demandas que seguem. Isso explica, em parte, a abruptalidade como se processa a transição para a parentalidade e a dificuldade do casal para desenvolver uma preparação gradual para a chegada do bebê.

As expectativas pré-natais das mulheres com relação à participação dos maridos nas tarefas domésticas e nos cuidados com o bebê tendem a ser irreais e, com frequência, não são concretizadas no pós-natal (Leifer, 1980; Ruble e cols., 1988). Em geral, a frustração destas expectativas tem um impacto negativo na percepção das mulheres sobre seus maridos no pós-natal (Belsky, 1985; Belsky, Ward & Rovine, 1986).

No estudo longitudinal de Hackel e Ruble (1992), foram examinados 50 casais durante a transição para a parentalidade. Os autores investigaram como falhas na

confirmação de expectativas relativas à divisão dos cuidados com a criança e das responsabilidades domésticas influenciaram nos relatos sobre a Satisfação Conjugal. Como previsto, a desconfirmação das mais fortes e importantes expectativas levaram a relatos mais negativos sobre o casamento.

Assim, um grau mais elevado de envolvimento paterno pós-natal pode diminuir a frustração das expectativas das mulheres e os sentimentos de iniquidade, amenizando as tensões e depressões que podem refletir sobre o Ajustamento Conjugal (Hatfield, Utne & Traupman, 1979). Os pesquisadores chegaram a conclusão que, aparentemente, não é apenas a quantidade de carga de trabalho, por si, que é importante, mas também aspectos que as mulheres consideram investimentos importantes, como, por exemplo, o compartilhamento de sentimentos e a proximidade, entre outros. Assim, o envolvimento dos homens com as crianças pode ser percebido pelas mulheres como um ato de amor e carinho para com elas próprias e isso pode produzir um efeito positivo sobre o relacionamento conjugal.

A relação entre expectativas pré-natal dos indivíduos sobre a parentalidade e suas experiências pós-natal de parentalidade foi examinado por Delmore-Ko, Pancer, Hunsberger e Pratt (2000). Setenta e três casais primíparos foram entrevistados durante o terceiro trimestre de gravidez e, por meio de questões abertas e fechadas, questionados sobre suas expectativas. Uma Análise de Conteúdo destas expectativas identificou diversos temas. Uma Análise de Conglomerados, usando os temas como variáveis, identificou três grupos de mulheres: preparadas, medrosas e complacentes. Foram encontrados quatro grupos para homens: preparados, medrosos, complacentes e mistos. Comparações no pós-natal indicaram que mulheres e homens do grupo preparados, em geral, demonstraram Ajustamento melhor do que indivíduos dos outros grupos.

O estudo de Cook (2003) examinou alguns dos fatores que influenciam no envolvimento paterno de pais pela primeira vez. Essas variáveis incluíram: atitudes gerais ou culturais de envolvimento paterno, expectativas pessoais para o envolvimento paterno e satisfação com o casamento. O segundo objetivo da investigação foi examinar fatores que associados com a transição para a parentalidade amenizam o declínio da Satisfação Conjugal. O autor propôs que a Satisfação Conjugal estaria associada com ter expectativas similares para o envolvimento paterno. Os resultados indicaram que envolvimento pós-natal foi predito pelo nível de Satisfação Conjugal e também pela expectativa pessoal que os cônjuges têm do envolvimento paterno. Como esperado, a Satisfação Conjugal pós-natal para ambos os cônjuges foi fortemente relacionada com o

envolvimento paterno. Embora Satisfação Conjugal revelou-se levemente relacionada com a similaridade das expectativas dos cônjuges para envolvimento paterno, a análise exploratória mostrou que os cônjuges com expectativas pessoais mais altas para envolvimento paterno (durante a fase pré-natal) tenderam a experimentar níveis mais elevados de Satisfação Conjugal no pós-natal, independente da similaridade de expectativas entre cônjuges. Houve uma tendência da Satisfação Conjugal pós-natal ser mais alta quando o envolvimento paterno encontra ou excede às expectativas pessoais e mais baixa quando envolvimento paterno não corresponde às expectativas pessoais. A exceção é quando expectativas foram altas; cônjuges com expectativas altas tenderam a relatar níveis elevados de Satisfação Conjugal pós-natal, independente do envolvimento paterno encontrar, superar ou não corresponder às expectativas.

Cappuccini e Cochrane (2000) relataram que, antes do nascimento de seu primeiro filho, a amostra de classe sócio-econômica alta, jovem e bem educada tendeu a acreditar que o trabalho doméstico e o cuidado com a criança seriam igualmente divididos. Os sujeitos também acreditavam que as mulheres combinariam com sucesso os papéis de esposa, mãe e trabalhadora de tempo integral. Após o nascimento, ainda estavam de acordo com essas idéias, apesar de que a maioria dos casais tinha incorporado, no mínimo, algum elemento tradicional em suas vidas. Embora as atitudes dos homens, em média, não tivessem mudado após o nascimento, as das mulheres tornaram-se levemente mais tradicionais. Mesmo que tenha sido uma mudança pequena, corrobora os achados que mulheres são mais esperançosas e menos realistas do que os homens quando prevêm a divisão de papéis no pós-natal. Foram raras as responsabilidades divididas em linhas não tradicionais, por exemplo, a mulher sendo a principal provedora e o homem sendo encarregado do trabalho doméstico. Ambos, homens e mulheres puderam manter a identidade de gênero pela sustentação da responsabilidade geral por aquelas áreas tradicionais referentes aos seus próprios gêneros, mesmo quando fizeram contribuições substanciais na área de seus parceiros. O fato das responsabilidades permanecerem, geralmente, repartidas de forma tradicional, apesar da divisão de muitas tarefas individuais, reforçou os padrões tradicionais mais do que os não tradicionais.

O estudo de Goldberg e Perry-Jenkins (2004) examinou a capacidade preditora da divisão de tarefas domésticas e cuidados com a criança em relação ao bem estar das mulheres trabalhadoras durante a transição para a parentalidade. As mulheres completaram questionários sobre a divisão de trabalho e bem estar antes do nascimento de seus primeiros filhos e sobre o retorno ao trabalho. Os resultados mostraram que as

expectativas violadas relativas à divisão de cuidados com a criança foram associadas com aumento de sofrimento no pós-natal e houve alguma evidência que isso se relaciona com a ideologia de gênero. As mulheres tradicionais, cujos maridos tiveram mais cuidados com a criança do que elas esperavam, apresentaram mais sofrimento. Em suma, os resultados sugeriram que a divisão dos cuidados da criança foi um preditor mais forte do que a divisão do trabalho doméstico do sofrimento das mulheres trabalhadoras.

Cook, Jones, Dick e Singh (2005), usando os relatos das expectativas pessoais de mães e pais (medida pré-natal), examinaram a probabilidade destas influenciarem o envolvimento dos novos pais (medida pós-natal) em atividades instrumentais (alimentação, banho e higiene) e afetivas (brincadeiras e conversas com o bebê) de cuidados com a criança. O estudo empregou um desenho longitudinal com 68 casais participando no pré-natal (três meses antes do nascimento) e pós-natal (entre três e seis meses após o nascimento). Os resultados indicaram que as expectativas de ambos os pais são preditoras substanciais do envolvimento instrumental dos maridos e que as expectativas dos homens são mais fortes do que as expectativas das mulheres para a predição do envolvimento afetivo.

O nascimento de uma criança traz um aumento dramático na responsabilidade pelas atividades domésticas. Para Dessen e Braz (2005a), a disfuncionalidade mais comum na etapa da transição para a parentalidade é o conflito conjugal devido às discordâncias com relação ao cuidado com a criança e à divisão das tarefas domésticas. Segundo as autoras, nesse momento, entre o primeiro e o quinto ano após o nascimento do primeiro filho, acontece o maior número de separações.

Esta fase do ciclo familiar introduz dois tipos de estressores objetivos na vida individual: pressão econômica e a pressão associada com o cuidado do bebê. Em geral, parece que as mulheres estão mais expostas a ambos os tipos de pressão do que os homens. Isto é, as mães fazem a maioria do trabalho com o cuidado do bebê (em média, as mulheres fazem 76% do cuidado infantil enquanto os homens fazem 34%) e têm condição econômica mais baixa, o que explicaria os níveis mais altos de raiva encontrados na pesquisa de Ross e Van Willigen (1996). Os autores relataram que as mães exibiram os maiores níveis de raiva de qualquer outro grupo investigado e duas vezes maior do que o nível dos pais.

O objetivo de Gjerdingen e Center (2005) foi investigar no pós-parto, em pais pela primeira vez, mudanças nas responsabilidades do trabalho e identificar preditores de

satisfação parental com a divisão de trabalho doméstico. Uma amostra de 128 casais esperando seus primeiros filhos respondeu sobre suas responsabilidades com o trabalho durante a gravidez e seis meses após o parto. Os resultados mostraram que o tempo dedicado às responsabilidades com o trabalho aumentaram 64% para mães e 37% para pais após o nascimento. Mães versus pais relataram um aumento significativamente maior em cuidado com a criança, com trabalho total e maior decréscimo em trabalho fora de casa. Os casais perceberam menos divisão de trabalho doméstico e menos satisfação com a divisão de trabalho doméstico após o nascimento do bebê. A satisfação pós-parto das mães com a divisão de trabalho doméstico se mostrou associada com a satisfação com o parceiro, cuidado com a criança e menos envolvimento em trabalho doméstico. Os autores concluíram que o nascimento de um primeiro filho produz substancial aumento na carga de trabalho dos pais e que as mães assumem o grosso da responsabilidade pelo trabalho doméstico.

Anteriormente, Belsky, Lang e Huston (1986) relataram que a maioria das mulheres sobrecarregadas pelo aumento do trabalho doméstico diário experimentou mudanças negativas na qualidade do relacionamento conjugal. Assim, a desproporcional divisão do trabalho doméstico que algumas esposas assumem pode criar um terreno fértil para o conflito e a insatisfação conjugal. Ao contrário, um aumento no grau de envolvimento do marido pode aumentar o consenso do casal, a concordância mútua sobre o funcionamento familiar, a distribuição de responsabilidades (Goldberg e cols., 1985; Leventhal-Belfer, Cowan & Cowan, 1992) e, conseqüentemente, a Satisfação Conjugal.

Por outro lado, homens e mulheres podem, também, experimentar um decréscimo no Ajustamento e na Satisfação conjugais devido ao gasto extra de tempo e das energias destinadas as atividades conjugais pelas esposas. Na verdade, graus mais elevados de envolvimento materno com o cuidado do bebê têm sido relacionados com o declínio da Satisfação Conjugal dos homens. É possível que, quando as mães estão altamente envolvidas com os bebês, formam uma díade fechada mãe-bebê, e os pais possam sentir-se excluídos. Por outro lado, maior envolvimento paterno com o bebê pode reduzir a sobrecarga das mulheres e liberá-las para participar mais das atividades conjugais. O envolvimento paterno pode aumentar a empatia e o entendimento dos homens sobre as dificuldades das mulheres com o bebê e aumentar a sua tolerância acerca da redução do tempo de atividades conjugais e, também, reduzir seu sentimento de exclusão (Levy-Shiff, 1994).

A pesquisa de Grote e Clark (2001) testou um modelo sugerindo que aflição conjugal conduz os indivíduos para escrutinar o que é dado e recebido no relacionamento. Este escrutínio elicia percepções de injustiça que mantêm ou exacerbam a aflição conjugal. Nesse estudo longitudinal seguindo casais durante a transição para a parentalidade, esposas e maridos relataram conflito conjugal e, esposas, insatisfação conjugal, na primeira medida; alocação de tarefas domésticas predisse positivamente a percepção de injustiça, na segunda medida. Além disso, houve evidência de injustiça percebida na divisão de trabalho, na segunda medida, predizendo conflito conjugal e insatisfação conjugal para esposas, na terceira medida.

Consistente com descobertas anteriores, na investigação de Kluwer, Heesink e Van de Vliert (2002) os casais relataram que a divisão de trabalho tornou-se mais tradicional durante a transição para a parentalidade, com esposas aumentando sua parte do trabalho da família. E apesar dos cônjuges perceberem a divisão de trabalho com injusta para as esposas, os níveis de percepções de justiça foram ainda bastante altos. Isto está de acordo com achados anteriores, que revelaram que embora as esposas contribuam com uma parte maior desproporcional do trabalho da família, tendem a relatar níveis relativamente altos de justiça.

Os padrões de interação no conflito também mudaram para novos pais quando eles encararam os esforços físicos e emocionais da transição para a parentalidade. Os cônjuges relataram mais evitação de interação e menos voz durante conflitos sobre a divisão de trabalho. Os novos pais tendem a relatar menos comportamentos positivos, mais comportamentos negativos e aumento da evitação da interação. Novos pais têm menos tempo e energia para gastar na resolução de conflitos e, geralmente, têm menos sentimentos positivos sobre o relacionamento (Kluwer e cols., 2002).

Idalgo e Menéndez (2003) realizaram um estudo longitudinal com 96 mulheres e homens durante a transição para a parentalidade. Os resultados mostraram, em geral, uma certa deterioração da relação conjugal após a chegada do bebê e, ao mesmo tempo, existiu uma importante variabilidade entre os processos experimentados por uns casais e outros. O apoio emocional recebido do cônjuge, o envolvimento paterno nas tarefas de cuidado com o bebê e a satisfação com a divisão das tarefas domésticas parecem ser os fatores que explicam – em graus diversos para homens e mulheres – as diferenças existentes na evolução das relações conjugais durante a transição para a parentalidade, concluíram os autores.

O estudo de Goldberg e Perry-Jenkins (2004) examinou o grau no qual a divisão de tarefas domésticas e cuidados com a criança prevê o bem estar de mulheres trabalhadoras durante a transição para a parentalidade. As mulheres completaram questionários sobre a divisão de trabalho e seu bem estar antes do nascimento de seus primeiros filhos e no retorno ao emprego. Os resultados mostraram que as expectativas violadas relativas à divisão do cuidado com a criança foram associadas com aumento de *distress* pós-natal e houve alguma evidência de que esta relação foi moderada pela ideologia de gênero. Mulheres mais tradicionais, cujos maridos tiveram mais cuidados com a criança do que elas esperavam, apresentaram mais *distress*. O *status* do trabalho também moderou a relação entre expectativas violadas e *distress*. Os resultados sugeriram que a divisão de cuidados com a criança foi mais saliente na predição de *distress* do que a divisão das tarefas domésticas para mulheres trabalhadoras.

1.10 As Características Individuais dos Novos Pais

Embora sempre ocorram reajustamentos após o nascimento do primeiro filho, as pesquisas sugeriram que existem diferenças individuais marcantes em como é experienciada esta transição (Cutrona & Suhr, 1991). Diversas variáveis têm sido identificadas como preditoras do nível de facilidade ou dificuldade em que essa passagem será realizada. Em geral, mulheres experimentam níveis maiores de estresse do que os homens, o que pode ser explicado pelo fato da mulher assumir uma responsabilidade muito maior pelo cuidado da criança do que o homem. Entre os preditores da crise percebida como pequena estão: maior tempo de casamento, os altos investimentos, a gravidez planejada, o treinamento ou experiência anterior com crianças, as expectativas realísticas relativas à paternidade/maternidade, a atribuição de alta prioridade ao papel de pai/mãe, a boa saúde da mãe e do bebê, o temperamento fácil do bebê e o equilíbrio entre as preferências da mãe e a situação real, isto é, retornar ao trabalho ou ficar em casa.

Processos de família, subjacentes à mudança conjugal durante a transição para a parentalidade, estão relacionados com características individuais dos pais e da criança, com o relacionamento dentro da família nuclear e multigeracional e com a divisão do trabalho dentro e fora de casa. As características de personalidade de homens e mulheres, incluindo o controle de impulsos, autonomia e seus valores, atitudes e

percepções relativas com a paternidade/maternidade, estão associadas com as mudanças conjugais durante a transição para a parentalidade. Quanto mais os pais, homens e mulheres, são capazes de controlar os impulsos, mais apresentam comportamentos afiliativos e divertidos com seus filhos e menos experimentam declínio na Satisfação Conjugal (Levy-Shiff, 1994).

Os maridos foram mais envolvidos no cuidado com a criança quando as suas esposas perceberam a si próprias como mais autônomas e permitiram a eles mais espaço para interagir com o filho (Belsky & Rovine, 1990). Além disso, homens e mulheres que tiveram atitudes positivas frente à paternidade, ou seja, estavam confortáveis com as responsabilidades, os controles e os compromissos associados com o papel parental, foram mais envolvidos com seus filhos e experimentaram menor declínio na Satisfação Conjugal. Quando as mulheres vivenciaram dificuldades no enfrentamento das tarefas adicionais e das responsabilidades da maternidade, seus sofrimentos foram, em geral, refletidos em seus casamentos. Quando os homens foram mais envolvidos no cuidado com seus filhos e perceberam a si próprios como educadores, afetivos e protetores, experimentaram menor declínio no Ajustamento e Satisfação conjugal (Belsky, Lang & Rovine, 1985). Todavia, quando as mulheres superinvestiram tempo no cuidado do filho, em detrimento do tempo dispensado aos maridos, estes experimentaram menos Satisfação Conjugal (Levy-Shiff, 1994). Para manter o relacionamento conjugal em equilíbrio, durante a transição, o investimento de tempo e energia precisa ser equilibrado entre o filho e o relacionamento conjugal.

As pesquisas têm sugerido que um fator que afeta o bem estar individual e conjugal entre novos pais é a congruência de papel. Cast (2004) realizou um exercício teórico sobre o relacionamento entre congruência de papel e bem estar usando como referencial a teoria de identidade. Conforme a autora, na perspectiva da teoria da identidade, a congruência de papel é problemática porque reflete o grau no qual os indivíduos podem verificar suas próprias identidades. Quando, no ambiente social, os significados são inconsistentes com os significados da identidade, os processos de verificação de identidade são rompidos e os indivíduos avaliam a si mesmos e os seus relacionamentos como menos positivos. Por isso, novos pais que são incapazes de verificar suas identidades parentais seriam mais prováveis de experimentar um declínio no bem estar individual e conjugal. Cast (2004) sustentou que estes resultados são consistentes com a idéia que a habilidade para verificar autoconcepções como pais é importante para o entendimento do bem estar individual e conjugal na transição para a parentalidade.

Fein (1976) entrevistou 30 homens e suas esposas, participantes de um curso de preparação para o parto, antes e depois do nascimento do bebê. Os dados sugeriram que o desenvolvimento de algum papel coerente foi mais importante para o Ajustamento dos homens na vida pós-parto da família do que o desenvolvimento de qualquer papel específico de envolvimento, alto ou baixo, em tarefas domésticas. A maioria dos 19 homens que pareciam se ajustar com menor dificuldade à vida pós-parto adotou o papel de “provedor” ou o papel de “pai não tradicional”.

Os homens no papel de “provedor” (n = 10) tenderam a se autoperceber como responsáveis pela provisão financeira de suas famílias enquanto suas esposas ficaram em casa para cuidar de suas crianças. Depois do nascimento, geralmente, “os provedores” estavam orgulhosos das suas esposas e bebês, interessados em suas responsabilidades como suportes financeiros de suas famílias, ligeiramente envolvidos no cuidado diário de seus bebês e esperando poder compartilhar interesses e atividades com suas crianças. Importante para o ajustamento desses homens foi o apoio de suas esposas, quase todas pareciam gostar de ser mãe em tempo integral. Homens no papel de “provedor” estabeleceram com suas esposas divisão de trabalhos diferente que pareceu satisfatória para ambos.

De outra maneira, homens no papel de “pai não tradicional” (n = 9) se viram profundamente envolvidos no cuidado diário de seus bebês e dividiram a maioria das tarefas domésticas com suas esposas. Grande parte desses homens conseguiu organizar seus horários, antes do parto, de forma que puderam ficar mais tempo em casa nas semanas posteriores. As suas esposas procuraram combinar, em graus diversos, maternidade e trabalho profissional (fora de casa) após o parto. Comum para os homens de papel de “pai não-tradicional” foi o reconhecimento de que a gravidez, o parto e a criação das crianças são experiências de duas pessoas, homens e mulheres. Além disso, análises quantitativa e qualitativa dos dados sugeriram que melhorou a qualidade de vida dos homens (reduções em ansiedade e aumento da satisfação expressada) com envolvimento ativo no cuidado infantil.

Os homens restantes (n = 11), do estudo de Fein (1976), tiveram mais dificuldades do que os pais “provedores” e do que os pais “não-tradicionais” de se ajustar à vida com suas esposas e seus bebês (embora nenhum dos homens estivesse sofrendo angústia emocional que indicasse intervenção clínica). Contudo, esses homens, geralmente, pareciam inseguros acerca do envolvimento como pai “não-tradicional” e do quanto queriam adotar o papel de pai “provedor” com suas crianças. Frequentemente suas

esposas pareciam compartilhar dessa insegurança, quando tentavam ser cuidadoras principais e de tempo integral de seus bebês e, por outro lado, tentavam compartilhar completamente o cuidado da criança com os seus maridos.

O estudo de Woollett e Parr (1997), desenhado para dados longitudinais da transição para a parentalidade, identificou quatro tarefas psicológicas para mulheres e homens no pós-parto: resgatar e/ou tomar consciência do nascimento da criança, dos sentimentos sobre/relações com a criança, dos sentimentos sobre si mesmo e das mudanças nos relacionamentos. Foi usado um misto de questionários e entrevistas. As respostas das mulheres e a formas de *coping* com essas quatro tarefas revelaram variedade, complexidade de sentimentos e experiências maior (positivas e negativas) do que se esperava. Em vários aspectos, os sentimentos e as experiências das mulheres foram semelhantes as dos seus parceiros homens. Mas também houve evidências de que as experiências do pós-parto foram permeadas pelo sexo. Essas diferenças sexuais pareceram relacionadas com a construção social da maternidade e da paternidade, a despeito das noções de equidade e da divisão do cuidado com a criança, com diferentes impactos sobre a vida de homens e mulheres.

As mulheres e homens deste estudo (Woollett & Parr, 1997) consideraram que estavam bem ajustados para a parentalidade e classificaram os relacionamentos com seus parceiros como excelentes ou bons (mulheres e homens, 93% a 2-3 semanas pós-parto). Aos seis meses pós-parto, eles consideraram que as decisões eram tomadas igualmente (82% mulheres, 71% homens) e estavam também satisfeitos com a maneira de dividir o trabalho doméstico e o papel de cuidado com a criança. A divisão foi tradicionalmente sexualizada, a maioria dos homens era de trabalhadores (92%) e retornaram para o trabalho nas primeiras semanas após o nascimento do bebê.

Mulheres e homens estavam moderadamente satisfeitos com o nível de conflito e desacordo em seus relacionamentos, com o manejo das diferenças de opinião, com a divisão de sentimentos e com a comunicação com os parceiros. As mulheres foram menos positivas do que os homens sobre a quantidade de conflito, desacordo e como lidaram com as diferenças de opinião. Isso sugeriu que as mulheres tinham uma perspectiva diferente sobre o relacionamento de casal do que a dos homens. Para as medidas que foram feitas na gravidez e nos seis meses pós-parto, há um leve, mas consistente declínio no nível de Satisfação para mulheres e homens (quantidade de conflito e discordância na lida com as diferenças). Igualmente, há uma pequena, mas consistente redução entre 2-3 semanas pós-parto e seis meses pós-parto no número de

mulheres e homens dizendo que seus relacionamentos eram excelentes (mulheres 50% para 32%; homens de 60% para 29%) e um aumento no número de mulheres e homens relatando estresse e problemas generalizados (mulheres 69% para 78%; homens 54% para 72%).

A impressão de tensões no relacionamento do casal é ilustrada nas observações das mulheres sobre a falta de participação dos homens nos cuidados com a criança, como segue: “Eu não tenho apoio em geral, não tenho família aqui. Eu tenho um longo dia para lidar com o bebê, tudo sozinha. Quando ele volta do trabalho para casa, está cansado e não pode me ajudar” (Woollett & Parr, 1997, p.169).

A transição para a parentalidade é uma experiência complexa, multifacetada e contraditória. É uma experiência e um evento de vida importante para o indivíduo, mulher e homem, mas também está imersa num contexto social, cultural e ideológico que precisa ser considerado. O nascimento de uma criança marca o começo de um novo relacionamento, mas, também, traz mudanças em outros relacionamentos e, especialmente, na relação conjugal. Enquanto muitos aspectos da transição foram parecidos para homens e mulheres, os sentimentos e as experiências dos homens foram significativamente diferentes das mulheres em vários outros aspectos. Isso parece relacionar-se com o impacto diferente do nascimento da criança e da parentalidade sobre as vidas de mulheres e de homens e sobre a construção social da maternidade e da paternidade. Por isso, as mudanças trazidas pela parentalidade são de várias maneiras menos abruptas para os homens, que podem (se quiserem assumir o papel de provedor) manter a paternidade separada de seus outros papéis e identidades. As ideologias sobre a paternidade e os papéis dos homens são menos claramente definidas do que as ideologias sobre a maternidade e os papéis das mulheres e, enquanto se espera que cada vez mais os homens se envolvam, suas participações ainda são voluntárias. O envolvimento menor dos homens com o cuidado com as crianças no dia a dia pode explicar os seus sentimentos mais positivos e menos ambíguos no tornar-se pai, afirmaram Woollett e Parr (1997).

Belsky e colegas (1986) examinaram a proposição de que esposas que descrevem sua personalidade de maneira diversa dos estereótipos sexuais se tornarão menos positivas e mais negativas sobre seu casamento após a transição para a parentalidade, particularmente quando esta é acompanhada por um aumento de papéis conjugais tradicionais.

Os traços de personalidade autopercebidos foram também identificados como preditores de mudança conjugal em ambos os cônjuges. Os homens que se autoperceberam como educadores, cuidadores e protetores experimentaram menor diminuição em Satisfação Conjugal, provavelmente porque podem reconhecer as necessidades de suas esposas e crianças. Esses também têm atitudes mais positivas com relação à parentalidade. Pais com elevados graus de afiliação foram mais envolvidos nos cuidados com o bebê (Levy-Shiff & Israelashvili, 1988). Tudo isso apoiou a visão de que papéis conjugais e parentais são altamente vinculados, especialmente para homens, e que há um complexo efeito interativo entre casamento, parentalidade e característica individual. Para mulheres, porém, foi encontrada uma diminuição em Ajustamento Conjugal associada com a falta de controle do impulso e da habilidade percebida para se organizar e enfrentar as demandas. Além disso, mulheres desapegadas e livres de restrições e obrigações experimentaram declínio em Ajustamento Conjugal. Aparentemente estas mulheres têm particular dificuldade no enfrentamento de tarefas adicionais, da responsabilidade, do compromisso e da adaptação às tarefas associadas com a transição para a parentalidade. Isto é consistente com a maioria das suposições gerais que transições são particularmente estressantes para indivíduos em que os novos comportamentos associados a papéis são incoerentes com suas orientações pessoais (Antonucci & Mikus, 1988).

Continuando na mesma linha de estudo, Fedele, Golding, Grossman & Pollack (1988) descobriram que mulheres mais autônomas tendem a ter maridos que são mais envolvidos nos cuidados infantis. Essas mulheres, provavelmente, deixam mais espaços aos homens para interagirem com a criança. Nesta perspectiva, mulheres que colocam alta prioridade no trabalho experimentam uma diminuição em Ajustamento Conjugal. Estas mulheres, provavelmente, têm pouco interesse em tarefas tradicionais de cuidado infantil, mas são, ainda, obrigadas a fazê-las. Possivelmente, se vêm em comportamentos que não são coerentes com suas auto-imagens. Porém, é também possível que homens se “retirem” quando suas mulheres estão muito envolvidas com o bebê, ou, inversamente, que esposas se “intrometam” quando seus maridos se “retiram”.

Para investigar como os objetivos pessoais de mulheres e homens mudam durante a transição para a parentalidade, os autores Salmela-Aro, Nurmi, Saisto e Halmesmaeki (2000) estudaram 348 mulheres (152 primíparas e 196 múltíparas) e 277 de seus parceiros em 3 tempos: primeiro na gravidez, 1 mês antes do nascimento e 3 meses após. Em cada mensuração, os participantes completaram o *Personal Project Analysis*

Questionnaire. Os resultados mostraram que, durante a gravidez, as mulheres tornaram-se mais interessadas em questões relacionadas com o nascimento da criança, a saúde da criança, a maternidade, e menos interessadas em questões relacionadas com realização. Após o nascimento, as mulheres estavam mais interessadas em questões familiares e relacionadas com a saúde. Estas mudanças foram mais substanciais entre as mães primíparas do que entre as múltiparas. Embora os objetivos pessoais dos homens tenham mudado durante a transição para a parentalidade, essas mudanças foram menos substanciais do que aquelas encontradas entre as mulheres.

1.11 As Características Individuais da Criança

As características individuais da criança também influenciarão na adaptação parental, indiretamente relacionada com a Satisfação Conjugal. Cada criança vem ao mundo com um temperamento diferente. Pais de crianças com mais dificuldades comportamentais são menos envolvidos em comportamento afiliativos e divertidos. Por sua vez, pais menos envolvidos estão mais relacionados com o declínio da satisfação das mães com o casamento. Além disso, há interação entre relações conjugais e características individuais de pais e crianças com dificuldades comportamentais. Pais com menos atitudes e percepções positivas da parentalidade e que têm crianças problemáticas experimentam declínio mais severo na Satisfação Conjugal do que os que têm crianças sem problemas. Também mães que percebem a si próprias como altamente impulsivas e que têm crianças com problemas experimentam um declínio maior na Satisfação Conjugal do que as que se percebem menos impulsivas (Levy-Shiff, 1994).

O sexo da criança também pode afetar o relacionamento familiar. Por exemplo, a Satisfação Conjugal dos pais prediz boa qualidade de relacionamento entre pais e filhas pré-escolares, mas não com filhos. Os pais mostram menos afeição para as suas filhas quando estão insatisfeitos com o casamento (Dickie, 1987). Em geral, pais com filhos são mais prováveis de participar dos cuidados com a criança do que pais com filhas.

Lewis, Owen e Cox (1988) encontraram relação entre o sexo do bebê e o investimento das mães e dos pais na parentalidade. Mães de meninos investiram mais na parentalidade do que mães de meninas. O entusiasmo dos pais foi maior pelos meninos do que pelas meninas.

Os resultados de Cox, Paley, Burchinal e Payne (1999) indicaram que o sexo do recém nascido estava relacionado com padrões de Satisfação e Interação Conjugal na transição para a parentalidade. O nascimento de uma criança do sexo feminino foi associado com decréscimo maior, ao longo do tempo, em Satisfação e Interação Conjugal positiva para maridos e esposas. Pais de filhas de gravidez não planejada foram, particularmente, considerados de risco para aumentar a Interação Conjugal negativa durante o primeiro ano do bebê. No entanto, pais de crianças do sexo masculino de gravidez planejada ou não e pais de crianças do sexo feminino de gravidez planejada não mostraram esses aumentos em Interações Conjugais negativas. Tais resultados sugerem que o nascimento de filho do sexo masculino ameniza, ao menos inicialmente, os efeitos negativos da transição, em geral, e de uma gravidez não planejada, porém o nascimento de uma menina não tem o mesmo poder.

O objetivo da pesquisa de Elek, Hudson e Bouffard (2003) foi examinar o efeito do sexo da criança sobre as mudanças e as diferenças entre os relatos de auto-eficácia de cuidados infantis, da parentalidade e da Satisfação Conjugal dos pais aos 4 e 12 meses após o nascimento de seus primeiros filhos. Os casais completaram um questionário demográfico, o *Infant Care Survey*, o *What Being the Parent of a New Baby is Like – Revised Questionnaire* e a *Dyadic Adjustment Scale*. Houve um aumento de auto-eficácia de cuidado infantil, mas não de Satisfação; as mães relataram mais alta auto-eficácia de cuidado infantil e Satisfação do que os pais em ambas às vezes. Pais de meninos relataram maior Satisfação e auto-eficácia de cuidado infantil aos 12 meses do que pais de meninas. A Satisfação Conjugal declinou de 4 a 12 meses para pais e mães. Houve relações significativas entre auto-eficácia de cuidado infantil, satisfação parental e Satisfação Conjugal em ambas as medidas, aos quatro e 12 meses pós-parto.

1.12 Os Relacionamentos na Família Nuclear e Fatores Pré-Natal:

Os estudos longitudinais têm descoberto, em geral, ligações fortes entre o sistema conjugal pré-natal (particularmente, realçando as habilidades do casal na resolução de conflitos e um senso de dupla), o sistema de pais-criança e o subsequente desenvolvimento emocional/social e cognitivo do bebê. O estudo de Lewis (1989), marco na área, definiu “competências” conjugais pré-natais muito específicas que provêm ligações com o desenvolvimento da criança através da parentalidade.

Os fatores interpessoais também são importantes determinantes do Ajustamento na transição para a parentalidade. O relacionamento com marido tem se apresentado como o mais potente determinante do Ajustamento a parentalidade. A qualidade do relacionamento (incluindo o apoio) tem sido encontrada, consistentemente, como preditora do nível de Ajustamento entre pais de primeiro filho. Algumas variáveis que determinam a severidade do estresse imposto pelo nascimento de uma criança foram identificadas. A qualidade do relacionamento conjugal e a extensão na qual o cônjuge é percebido como provedor de apoio social, emergem como determinantes poderosos do Ajustamento a parentalidade. Contudo, um dos mais consistentes achados na literatura é a significativa insatisfação conjugal que segue o nascimento do primeiro filho. Assim, as mulheres são confrontadas com o dilema de precisar de apoio de um indivíduo que lhes inspira crescentes sentimentos de insatisfação (Cutrona & Suhr, 1991).

O estudo longitudinal de Shapiro, Gottman e Carrére (2000) identificou fatores de amizade conjugal em casais nos meses iniciais do casamento que previram estabilidade versus declínio na Satisfação Conjugal ao longo da transição para a parentalidade. Casais recém-casados foram acompanhados por seis anos. Quarenta e três casais tornaram-se pais e 39 casais sem filhos serviram como grupo de controle. Os casais foram entrevistados sobre a história e filosofia de seus relacionamentos como recém-casados. Segundo os autores, o que previu a estabilidade ou aumento da Satisfação Conjugal das mães foi a expressão de afeto dos maridos, a consciência dos maridos pela esposa e pelo relacionamento e a consciência delas próprias com relação ao marido e ao relacionamento. Em contraste, o que previu o declínio em Satisfação Conjugal das mães foi a negatividade dos maridos com as esposas, o desapontamento dos maridos com o casamento ou o marido ou a esposa terem descrito suas vidas como caóticas.

Bost, Cox, Burchinal e Payne (2002), prospectivamente, examinaram os padrões de mudança em família de casais e rede de amigos e de apoio durante a transição para a parentalidade, assim como estabilidade em diferenças individuais ao longo do tempo. Ademais, ajustamento parental e depressão foram examinados com respeito a mudanças no sistema social dos casais. Foram recrutados 137 casais antes do nascimento de seus primeiros filhos em clínicas na região rural de Carolina do Norte (EUA). Os casais foram entrevistados sobre sua rede social e de apoio em quatro diferentes períodos de tempo: no pré-natal, aos três, aos 12 e aos 24 meses pós-parto. Os casais responderam a medidas de depressão e de ajustamento em cada um dos períodos de tempo. Correlações computadas para rede social, apoio e funcionamento parental, ao longo do tempo,

revelaram que houve considerável estabilidade dos maridos e esposas do pré-natal até os 24 meses pós-parto, documentando continuidade na rede parental no contexto de mudança. Contudo, análise da curva de crescimento revelou mudanças dinâmicas no sistema social de mães e pais durante esta transição e que muitas destas mudanças foram relacionadas com ajustamento parental e depressão.

Simpson, Rholes, Campbell, Tran e Wilson (2003), testando o modelo sugerido por Bowlby, investigaram como vulnerabilidade pessoal (apego ambivalente) interage com percepções de apoio conjugal deficiente antes e durante o principal estressor do ciclo vital (a transição para a parentalidade) para prever aumento de sintomas depressivos do pré para o pós-natal. Mulheres ambivalentes em graus mais elevados, que entraram na parentalidade, percebendo menos apoio ou grande raiva de seus maridos experimentaram do pré para pós-parto aumento em sintomas depressivos. Todas essas associações foram mediadas pelas percepções de declínio do apoio conjugal durante o período de transição. Além disso, para mulheres altamente ambivalentes, a associação entre escores de depressão pré e pós-natal foi mediada por percepções da quantidade de apoio avaliado de seus maridos.

A investigação de Porter e Hsu (2003) examinou associações entre relatos pré e pós-natal de depressão, ansiedade e qualidade conjugal e relatos pós-natal do temperamento da criança e de mudanças em sentimentos de eficácia em novas mães. A eficácia maternal medida foi associada com medidas concorrentes de depressão, ansiedade, conflito conjugal e níveis de experiência prévia com cuidado de criança. A percepção das mães do temperamento da criança no pós-natal contou para uma proporção significativa de variância nos relatos de eficácia materna no pós-natal. No entanto, diferenças individuais em sentimentos de eficácia de mulheres foram completamente estáveis, e aumentos significativos em eficácia maternal foram também observados ao longo do tempo. As descobertas sugerem que as crenças das novas mães sobre suas habilidades para desempenhar rotinas de cuidadoras podem mudar de um senso global de autocompetência para percepções mais diferenciadas de eficácia no cuidado.

Oliveira e colegas (2005), comparando mães primíparas e múltíparas, descobriram que as primeiras apresentavam níveis significativamente maiores de estresse. As autoras acreditam que isso é congruente com a idéia de que o nascimento do primeiro filho desencadeia um processo de adaptação mais exigente e que a experiência prévia de maternidade surge como fator de aprendizagem e proteção para novas experiências.

Ahmad e Najam (2001) avaliaram em 100 casais a percepção de bem estar global, incluindo saúde física e mental e o Ajustamento Conjugal durante a transição para a parentalidade. Os dados foram coletados do primeiro trimestre de gravidez até os seis meses pós-parto, com intervalos de três meses cada coleta. Os dados dos novos pais foram comparados com 100 casais casados não grávidos. Todos os sujeitos estavam casados há cinco anos e foram recrutados em clínicas de Ginecologia e Obstetrícia. Os casais responderam a DAS e a uma entrevista semi-estruturada relativa a mudanças na saúde física e mental após seus casamentos. Os resultados indicaram que casais não grávidos tinham significativamente Ajustamento Conjugal médio mais elevado e foram melhores em perfis de saúde física e mental quando comparados com os casais de primeira parentalidade. Os casais passando pela primeira parentalidade com baixos escores em Ajustamento Conjugal tinham frequência mais alta de vários sintomas físicos e psicopatológicos quando comparados com os casais não grávidos com baixos escores em Ajustamento Conjugal. O estudo teve suas implicações para o casamento e políticas de saúde mental e da família.

O objetivo do estudo de Ahlborg e Strandmark (2001) foi descrever o fenômeno relacionamento íntimo de novos pais, focando em sua saúde mental. Dez pais suecos (cinco casais) foram entrevistados em duas ocasiões: quando o primeiro bebê tinha seis meses e, novamente, aos dezoito meses de idade. Os autores usaram um método de pesquisa fenomenológico descritivo. As descobertas mostraram que a essência do fenômeno é “o bebê era o foco da atenção”. Isto teve diferentes significados para os casais, os quais foram classificados em duas categorias. Na primeira categoria, a essência foi que o bebê era o foco de consenso mútuo, o que implicou em promoção do relacionamento. O esforço da parentalidade, nesta categoria, era tranquilo. Na segunda categoria, o bebê foi focado à custa do pai, que se sentiu rejeitado emocionalmente. Isto desequilibrou o relacionamento e a parentalidade envolveu um severo esforço. A maneira dos esposos se comunicarem diferiu entre as duas categorias. Este estudo mostrou que a saúde mental pode ser afetada, especialmente entre os novos pais (homens), e pode comprometer o relacionamento e a saúde da família.

Os estudos têm observado a importância potencial do senso de oportunidade da parentalidade (Cox e cols., 1999) para a transição do casal ao papel parental. Aqui, a expressão senso de oportunidade se refere ao fato de como o nascimento de uma criança é percebido pelos pais, se foi um evento planejado ou não planejado. Como visto antes, eventos não esperados podem ser estressantes. Se a gravidez não foi planejada, é mais

provável que resulte numa transição de mais estresse. Embora diversos pesquisadores tenham previamente considerado do Tipo de Gravidez (planejada ou não planejada) sobre o relacionamento conjugal, as descobertas têm sido contraditórias, talvez porque esse impacto não seja uniforme.

Planejar ou não planejar a gravidez talvez tenha impacto apenas quando existam outros fatores que aumentem o risco – por exemplo, quando a esposa é também deprimida. A maioria dos dados sobre o senso de oportunidade da gravidez tem focado sobre mulheres e as conseqüências para suas vidas. Pouca consideração tem sido dada às conseqüências do senso de oportunidade para os homens (Cox e cols., 1999).

No estudo de Cox e colegas (1999), os indivíduos de gravidez não planejada mostraram decréscimos em Satisfação Conjugal comparados aos indivíduos de gravidez planejada, maridos e esposas. O aumento da insatisfação, ao longo do tempo, associado com gravidez não planejada, foi leve, mas estatisticamente significativo. Quando a gravidez não foi planejada, maridos e esposas exibiram níveis mais baixos de Interação Conjugal positiva, comparados com casais que tinham planejado a gravidez. Além disso, para os maridos, a combinação de gravidez não planejada e sintomas depressivos relatados pelos maridos foi associado com menor Interação Conjugal positiva. No entanto, no contexto de gravidez planejada, esposas com mais sintomas depressivos exibiram menos Interações Conjugais positivas do que esposas com poucos sintomas de depressão, embora, em ambos os casos, tenham sido ainda mais positivas do que em mulheres em casais de gravidez não planejada, independente de sintomas de depressão (pouco ou muito).

O estudo de Bouchard (2005) examinou fatores demográficos, individuais e relacionais, que diferenciam casais adultos frente a uma gravidez não planejada levada a termo de casais adultos frente a uma gravidez planejada. Foram examinados 118 casais esperando seus primeiros filhos, que responderam a um questionário demográfico, as medidas de personalidade, estresse percebido, depressão, apego e Ajustamento Conjugal, durante o terceiro trimestre da gravidez das mulheres. Os resultados mostraram que fatores demográficos de risco para nascimentos não planejados incluem idade, nível de educação, renda anual, tempo de relacionamento e *status* conjugal. Além disso, elevado nível de neuroticismo, depressão, estresse percebido e baixo nível de concordância e conscienciosidade foram fatores individuais associados com gravidez não planejada entre mulheres grávidas. Fatores relacionais se associaram com gravidez não planejada, incluindo níveis baixos de apego seguro e níveis altos de apego ansioso-

ambivalente e esquivo em homens e mulheres. Esses achados, claramente, sugeriram que o ambiente psicossocial dos casais com gravidez não planejada é problemático.

Embora a disponibilidade de várias opções de contraceptivos na maioria dos países Ocidentais, grande parte da gravidez não é planejada, afirmam Grussu, Quatraro e Nasta (2005). Estes autores realizaram um estudo longitudinal para avaliar a influência da gravidez planejada e não planejada sobre o bem estar psicológico e a atitude maternal frente a parentalidade no primeiro ano após o nascimento do bebê. Participaram deste estudo 119 mulheres (88 com gravidezes planejadas e 31, não planejadas). Todas as mulheres tiveram gravidez normal, parto normal e bebês saudáveis. As participantes responderam o *Profile of Mood States* (POMS) no nono mês de gravidez e nos primeiro, sexto e décimo segundo meses após o nascimento do bebê. Aos dois anos, as mulheres completaram o *Parental Attitude Research Instrument* (PARI). O POMS avalia distúrbios de humor e o PARI atitudes maternais para com a parentalidade. Os resultados revelaram que mulheres com gravidez não planejada tinham mais distúrbios do humor, na gravidez e no primeiro ano pós-parto. Mas, em torno de dois anos após o nascimento, não houve mais diferenças entre os dois grupos de mulheres em rejeição de papel maternal e em atitudes maternais repressivas e punitivas. Os autores concluíram que em primíparas de nível sócio-econômico médio, a gravidez não planejada é um fator de risco para distúrbios do humor moderados mais do que para papel parental inadequado.

1.13 Os Relacionamentos nas Famílias de Origem

Com o objetivo de explorar o relacionamento entre experiências recolhidas nas famílias de origem e mudanças no casamento após o nascimento de um novo bebê, os dados coletados por Belsky e Isabella (1985), como parte de um estudo maior sobre o desenvolvimento da família e da infância, foram analisados. As Análises de Regressão revelaram que os relatos retrospectivos de como foram recebidos pelos pais e como os pais se comportavam como maridos e esposas nas famílias de origem foram bons preditores de mudanças no casamento do último trimestre de gravidez até o nono mês do pós-parto. Os resultados indicaram que diferenças marido-esposa, na avaliação do Ajustamento Conjugal, aumentaram ao longo do tempo quando os eles lembravam que eram tratados com frieza e rejeição, oposta à maneira quente e apoiativa. Da mesma

forma, quando os indivíduos lembravam seus próprios pais tendo um relacionamento conjugal não harmonioso. Estes achados são discutidos em termos de processos potenciais nos quais experiências na família de origem podem afetar a maneira do ajuste de casais ao nascimento de um novo bebê.

Na pesquisa de Florsheim, Sumida, McCann, Winstanley, Fukui, Seefeldt e Moore (2003), a qualidade da relação pré-natal com a parceira amenizou o impacto sobre o relacionamento conjugal no ajuste do novo pai com a paternidade. A qualidade do relacionamento da nova mãe com seus pais na família de origem foi a melhor preditora do seu ajustamento com a parentalidade. Na mesma perspectiva, mães que relataram grande declínio na qualidade de relação com o parceiro também relataram níveis altos de estresse parental.

Para Monteiro e colegas (2005), a rejeição e superproteção recebida por parte de ambos os pais durante a infância e adolescência na família de origem pareceram estar relacionadas com a adaptação à maternidade das novas mães quando isto é medido através das emoções (felicidade e cólera) e da presença da psicopatologia (depressão). A Satisfação global, com o apoio recebido do companheiro, também surgiu relacionada com as emoções (culpa), psicopatologia e a percepção de realização materna. Este demonstrou ser um fator de proteção, já que as mulheres que perceberam maior satisfação com o apoio que receberam dos seus maridos/companheiros, apresentaram menores índices de culpa, um menor índice geral de sintomas e sentiram-se mais realizadas no seu papel de mãe.

A manutenção conjugal, que envolve engajamento em comportamentos que mantêm a intimidade e são importantes para a sustentação da Satisfação Conjugal, foi examinada em 234 maridos e esposas durante a transição para a parentalidade (Curran, Hazen, Jacobvitz & Feldman, 2005). A avaliação pré-natal das representações de apego de adultos e as memórias de infância dos casamentos de seus pais foram preditoras de percepções de manutenção de seus próprios casamentos no pré-natal e 24 meses pós-parto. Os adultos que desprezaram a importância do apego inicial e da memória dos casamentos de seus pais relataram os níveis mais baixos de manutenção pré-natal. Os adultos que estavam preocupados com seus relacionamentos iniciais com seus pais e tinham memórias negativas dos casamentos de seus pais relataram declínios mais bruscos na manutenção pós-parto.

Talvez indivíduos que lembrem apenas qualidades positivas entre os pais, estejam menos preparados para mudanças que enfrentam com um novo bebê, comentaram

Curran e colegas (2005). Esses indivíduos podem ter falta de modelos de como lidar com o aumento do estresse e conflito conjugal. Ao contrário, indivíduos que se recordam de altos conflitos e baixa afeição ou comunicação no casamento dos pais esperam a ocorrência de problemas conjugais com as transições de vida e estão mais inclinados do que indivíduos com modelos harmoniosos de casamento a evitar tais problemas pelo aumento de manutenção.

CAPÍTULO II

ESTUDO I

PAPÉIS SEXUAIS, AJUSTAMENTO CONJUGAL E EMOCIONAL NA GESTAÇÃO DO PRIMEIRO FILHO

2.1 INTRODUÇÃO

Segundo Rodrigues, López e Brito de la Nuez (2004), há escassa pesquisa que investigue mulheres e homens durante a gravidez e relacione variáveis, tais como, Satisfação Conjugal e outros aspectos da emocionalidade dos cônjuges. Em geral, os trabalhos têm se concentrado em estudar os efeitos da chegada do bebê no período pós-parto, conforme se pode observar na revisão teórica. Contudo, para a maioria dos casais, esta transição começa na gravidez. Em torno de 7 a 12% da população geral de mulheres grávidas tem apresentado taxas de depressão (Durkin e cols., 2001). Considerando que a depressão do pós-natal tem oscilado entre 10 a 15% da população de novas mães, não parece justo que o foco dos estudiosos no assunto esteja tão desequilibradamente alocado neste período.

DeJudicibus e McCabe (2002) investigaram fatores psicológicos e a sexualidade de mulheres grávidas. Estas pesquisadoras encontraram que a Satisfação Conjugal é um fator importante na predição da Satisfação Sexual para as mulheres que esperam seus primeiros filhos. Neste estudo atual, a variável Satisfação Sexual não foi investigada, embora dois itens da DAS (6 e 29) questionem o consenso e a divergência de opinião sobre as relações sexuais do casal.

Öhman, Grunewald e Waldenström (2003) apresentaram a gravidez como um período da vida da mulher caracterizado por mudanças biológicas, psicológicas e sociais. Para estes autores, a primeira gravidez é uma transição, semelhante à menarca e a menopausa, ou seja, passagem de um estágio de desenvolvimento para outro, com implicações na auto-imagem, nos valores, nos comportamentos e nos relacionamentos interpessoais das mulheres. O primeiro trimestre da gravidez é um período de fusão aonde a mãe percebe o feto como uma parte fisicamente integrada de si mesma. No período seguinte, caracterizado pela diferenciação, o feto cresce como um indivíduo separado. A terceira fase é caracterizada pela separação psicológica e pelo crescimento

da curiosidade das mulheres acerca do encontro com o bebê. Além da adaptação ao feto e ao bebê recém-nascido, geralmente, a primeira gravidez traz implicações no relacionamento das mulheres com seus parceiros.

Lamentavelmente, a sociedade tem focalizado a gravidez como uma obra quase que exclusiva das mulheres, o que é um grande equívoco. A importância do envolvimento dos homens na gravidez tem sido constatada pela intensidade do seu efeito sobre a futura família. As pesquisas mostraram que as mulheres sem apoio dos seus parceiros durante a gravidez têm maior probabilidade de complicações gestacionais e os relacionamentos conjugais mais pobres têm sido associados com nascimento de bebês prematuros (Rodríguez, 2005a). Este pesquisador, denunciando a escassez de pesquisas sobre a experiência masculina no estágio pré-natal da transição para a parentalidade, relatou que os homens, durante a gravidez de suas parceiras, podem, também, experimentar aumento na ansiedade, estresse e depressão, enquanto desenvolvem um declínio na avaliação do relacionamento conjugal.

Considerando as questões abordadas acima, os dados obtidos na primeira medida da pesquisa longitudinal deste estudo foram analisados com o objetivo de contribuir para a construção do conhecimento sobre a etapa da gestação. Para isso, foi adotado um delineamento correlacional, tipo transversal, que buscou verificar possíveis relações entre as variáveis Papéis Sexuais, Ajustamento Conjugal e Emocional de homens e mulheres no contexto da primeira gravidez.

No geral, a meta principal deste trabalho foi a verificação de duas teses basilares da Teoria de Esquema de Gênero de Sandra Bem (1981), principalmente a associação da Androginia com a qualidade do relacionamento interpessoal e com a saúde mental. Além disso, foram verificadas as relações destas com outras variáveis demográficas coletadas, tais como, Sexo, Idade, Escolaridade, Tempo de Gestação, Tempo de Relação, e Tipo de Gravidez (Planejada ou não).

2.2 MÉTODO

2.2.1 Participantes:

Foi constituída uma amostra não probabilística, tipo de conveniência, de mulheres gestantes de primeiro filho e seus cônjuges. Foram examinados 184 indivíduos, 135 mulheres primigestas (73,4%) e 49 homens (26,6%), parceiros de algumas destas grávidas.

O número menor de participantes masculinos foi devido a dificuldades para a coleta dos dados, sendo que, em geral, os homens preencheram partes dos instrumentos e, muitas vezes, se recusaram a preenchê-los por falta de tempo ou outro motivo qualquer. Também, muitas mulheres foram às consultas do pré-natal desacompanhadas dos parceiros. De qualquer forma, ficou constatado que, para sujeitos do sexo masculino, a coleta do tipo de dado que requer esta pesquisa é uma tarefa repleta de múltiplos empecilhos. Estas dificuldades encontradas parecem corroborar um dos principais argumentos da pesquisa internacional para justificar a falta de investigações sobre a transição para a paternidade (Jordan, 1996). Sem dúvida, há muito mais pesquisas sobre a transição para a maternidade, pois tem sido menos complicado recrutar as mulheres.

Os participantes foram indivíduos, homens e mulheres, envolvidos na gravidez de seus primeiros filhos. Embora o número de homens tenha ficado reduzido e suas respostas incompletas, ainda foi possível a análise de parte dos dados destes sujeitos.

Os sujeitos foram recrutados entre os clientes dos setores de acompanhamento pré-natal (Ginecologia e Obstetrícia) dos seguintes locais: Hospital de Clínicas de Porto Alegre/UFRGS, Hospital de Gravataí/RS, Hospital Presidente Vargas, Hospital Fêmeina e Posto de Saúde Santa Marta do município de Porto Alegre/RS, todos clientes do Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, alguns sujeitos foram abordados em grupos de casais gestantes no Centro Espírita Bezerra de Menezes (POA/RS).

Os participantes deviam coabitar com seus parceiros, caracterizando a vida conjugal, mas não precisavam ser formalmente casados. O dados sobre a Idade, o Tempo de Relação e de Gestação declarados pelos participantes podem ser apreciados na Tabela 01.

Tabela 01. Médias e Desvios Padrão da Idade e Tempo de Relação e Gestação

Variáveis	Geral				Homens				Mulheres			
	Mín	Máx	M	DP	Mín	Máx	M	DP	Mín	Máx	M	DP
Idade (anos)	15	52	25,7	7,68	18	52	30,5	7,79	15	42	23,9	6,83
Tempo de Relação (meses)	5	179	51,8	44,49	9	179	69,5	46,94	5	179	45,2	41,90
Tempo de Gestação (meses)	2	9	5,0	2,26	2	9	3,8	1,76	2	9	5,4	2,27

A Escolaridade dos sujeitos ficou distribuída da seguinte maneira: fundamental incompleto 30 (16,3%); fundamental completo 11 (6%); médio incompleto 15 (8,2%); médio completo 40 (21,7%); superior incompleto 21 (11,4%); superior completo 22 (12%); e não forneceram este dado 45 (24,5%).

Quanto ao Tipo de Gravidez, os participantes declararam 76 ocorrências de gravidez planejada (41,3%) e 67 de gravidez acidental (36,4%), 41 omitiram este dado (22,3%).

2.2.2 Instrumentos:

Foram utilizados os seguintes instrumentos na coleta dos dados:

1) O *Bem Sex Role Inventory* (BSRI), de Bem (1974), adaptado por Oliveira (1982), readaptado por Hutz e Koller (1992) e revisitado por Hernandez e Hutz (2005b).

Este instrumento de avaliação de Papéis Sexuais é um conjunto de 60 itens de adjetivos que compõem três escalas: masculina, feminina e neutra. Os 20 itens da escala masculina são: 01, 04, 07, 10, 13, 16, 19, 22, 25, 28, 31, 34, 37, 40, 43, 46, 49, 52, 55, 58. Os 20 itens da escala feminina são: 02, 05, 08, 11, 14, 17, 20, 23, 26, 29, 32, 35, 38, 41, 44, 47, 50, 53, 56, 59. Os 20 itens da escala neutra são os restantes (vide Anexo B). Os respondentes utilizaram uma escala tipo Likert de sete pontos (1 que significa que a característica nunca é verdadeira até 7, que significa que a característica é sempre verdadeira) para avaliar a autopercepção dos adjetivos em relação as suas características pessoais.

Para determinar o ponto de corte e classificar os indivíduos nos Papéis Sexuais foi utilizado o cálculo da mediana das médias dos escores dos sujeitos em cada uma das escalas (masculino e feminino). A escala neutra, que teve a função de fornecer contraste para as respostas dos sujeitos, não foi levada em conta para a classificação dos Papéis Sexuais (Bem, 1977).

Os pontos de corte calculados foram: para homens, 4,65 na escala feminina e 4,70 na escala masculina; e, para mulheres, 5,55 na escala feminina e 4,25 na escala masculina. Os participantes que apresentaram escores acima do ponto de corte na escala masculina e abaixo do ponto de corte na escala feminina foram classificados na categoria tipificados masculinos. Os sujeitos que apresentaram escores acima do ponto de corte na escala feminina e abaixo do ponto de corte na escala masculina foram classificados na categoria tipificados femininos. Os sujeitos que pontuaram acima do ponto de corte em ambas as escalas, masculina e feminina, foram classificados na categoria andróginos. Os sujeitos que tiveram seus escores situados abaixo do ponto de corte em ambas as escalas, masculina e feminina, foram classificados na categoria indiferenciados.

Os *Alphas* de Cronbach, calculados por Hernandez e Hutz (2005b) para esta versão brasileira do BSRI, foram 0,90 para a escala feminina, 0,81 para a escala masculina e 0,61 para a escala neutra.

2) A *Dyadic Adjustment Scale* (DAS) criada por Graham Spanier (1976) e, recentemente, verificada por Hernandez e Hutz (2005c), é uma escala de 32 itens que buscam medir as seguintes dimensões:

O Consenso Diádico é representado pelos itens 1, 2, 3, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 15. Esta subescala está endereçada para a avaliação da percepção individual do nível de concordância do casal sobre uma variedade de questões básicas da relação, tais como: financeiras, lazer, religiosas, amizades, convencionalidade, filosofia de vida, negócios com parentes, metas, tempo gasto junto, tomadas de decisão, tarefas domésticas, tempo com lazer e decisões profissionais. Os casais com escores mais elevados neste fator são vistos como tendo Consenso Diádico mais elevado;

A Satisfação Diádica é representada pelos itens, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 31 e 32. Esta subescala busca medir as percepções individuais das questões relativas a discussão do divórcio, a saída de casa após briga, ao arrependimento com o casamento, as querelas, a implicância mútua, ao estar bem, a confiança no cônjuge, o beijo no

cônjuge, ao grau de felicidade e ao compromisso com o futuro do relacionamento. Escores mais elevados neste fator remetem a níveis mais elevados de Satisfação Diádica;

A Coesão Diádica é representada pelos itens 24, 25, 26, 27 e 28. Esta subescala examina o senso de compartilhamento emocional do casal. Estes itens medem as percepções individuais relativas ao engajamento mútuo em interesses externos, à estimulação de idéias, à diversão conjunta, à discussão tranqüila e ao trabalho conjunto em projetos. Casais que compartilham mais essas atividades pontuam mais alto e, conseqüentemente, apresentam maior Coesão Diádica;

Expressão Diádica de Afeto é representada pelos itens 4, 6, 29 e 30. Este fator mede a percepção da concordância dos membros do casal sobre as demonstrações de afeto, as relações sexuais, a falta de amor e as recusas ao sexo;

A DAS é um instrumento que utiliza escalas tipo Likert para aferir Ajustamento Diádico. Porém, em alguns itens são usadas escalas de cinco pontos, em outros, seis pontos e, até, sete pontos. Em geral, os pontos extremos das escalas significando “nunca” e “todo o tempo”, respectivamente. Além disso, os itens 29 e 30 apresentam duas opções, “sim” ou “não” (vide Anexo C para maiores esclarecimentos).

O escore total da escala pode variar de 0 a 151 e é obtido pela soma total dos escores nas quatro subescalas: Consenso Diádico (amplitude dos escores variando de 0 a 65 pontos), satisfação diádica (amplitude dos escores variando de 0 a 50 pontos), Coesão Diádica (amplitude dos escores variando de 0 a 24 pontos) e Expressão de Afeto (amplitude dos escores variando de 0 a 12). Para aumentar a fidedignidade da escala, alguns itens são afirmações positivas, outros são afirmações negativas. Portanto, algumas respostas requerem reversão de escores antes da apuração da pontuação. De acordo com Spanier (1976), os indivíduos que obtiverem 101 pontos ou menos, devem ser classificados como na vivência de um relacionamento de sofrimento ou desajustado. Por outro lado, os sujeitos que alcançarem 102 pontos ou mais estariam vivenciando um relacionamento sem sofrimento ou bem ajustado.

Os *Alphas* de Cronbach, calculados por Hernandez e Hutz (2005c) para esta versão brasileira da DAS, foram: 0,86 para a subescala Consenso Diádico, 0,86 para a subescala Satisfação Diádica, 0,76 para a subescala Coesão Diádica e 0,62 para a subescala Expressão de Afeto.

3) A Escala Fatorial de Neuroticismo, de Hutz e Nunes (2001).

Este instrumento avalia uma dimensão de personalidade chamada de Ajustamento Emocional ou Neuroticismo inspirado no modelo dos Cinco Grandes Fatores (vide Anexo D). A escala possui 82 itens (frases afirmativas) que atendem a quatro fatores:

Vulnerabilidade (itens 52, 14, 01, 42, 37, 34, 75, 72, 22, 03, 30, 55, 07, 24, 20, 68, 11, 28, 60, 46, 09, 58 e 49) que avalia a intensidade com que as pessoas experimentam sofrimento como consequência da aceitação dos outros;

Desajustamento psicossocial (itens 64, 21, 76, 12, 48, 45, 74, 66, 31, 38, 26, 59, 04 e 80) que identifica pessoas que tendem a ser muito agressivas e hostis com os outros, mentindo e manipulando a situação em proveito próprio;

Ansiedade (itens 81, 40, 67, 13, 36, 61, 33, 65, 78, 29, 23, 10, 27, 69, 71, 54, 05, 18, 44, 63, 57, 02, 08, 51 e 16), que identifica pessoas que tendem a ser emocionalmente instáveis;

Depressão (itens 15, 73, 47, 50, 62, 77, 19, 41, 06, 79, 43, 25, 32, 56, 82, 17, 70, 39, 53 e 35) que avalia os padrões usados pelas pessoas para interpretar os eventos que ocorrem em suas vidas.

Todos os itens são medidos através de uma escala tipo Likert de sete pontos (1 significando afirmação completamente inadequada e 7 significando afirmação perfeitamente adequada).

Os autores (Hutz & Nunes, 2001) advertem que os itens 15, 17, 19, 41, 43, 73 e 79 precisam ter seus escores invertidos para obtenção dos escores totais. Além disso, comentam que a maior parte da população deve obter entre 80 e 120 escores padronizados na EFN e que ainda não foi possível determinar um ponto de corte que discrimine normalidade e patologia. Contudo, escores padronizados muito elevados ou muito baixos, possivelmente devem indicar algum tipo de transtorno de personalidade.

Os *Alphas* de Cronbach, encontrados por Hutz e Nunes (2001) para a EFN total, foram: 0,94, para a escala de Vulnerabilidade, 0,89, para a escala Desajustamento Psicossocial, 0,82, para a escala Ansiedade, 0,87 e para a escala Depressão, 0,87.

2.2.3 Procedimentos:

Na primeira medida, homens e mulheres, foram abordados, individualmente, no momento da consulta pré-natal nas instituições de saúde, anteriormente citadas, e convidados a participar da pesquisa. Sempre, no início da abordagem, era feito um

breve *rapport* informando sobre a pesquisa e solicitando o preenchimento e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Informado (Anexo A). Geralmente, os questionários eram preenchidos integralmente nas salas de espera dos hospitais e postos de saúde. Além dos instrumentos, era fornecido aos participantes uma prancheta e caneta. Algumas vezes, as respostas foram dadas em duas etapas, antes e depois da consulta e, até, em dias subseqüentes. Houve, também, a ocorrência de serem respondidos durante curso de preparação de grávidas, nesse caso, diversas gestantes preencheram simultaneamente os instrumentos. No Centro Espírita, os membros dos casais, isolados, responderam aos questionários em uma sala cedida para este fim. Em alguns casos, os dados foram coletados nas residências dos sujeitos mediante anuência e acerto prévio com os mesmos. Nesta etapa da pesquisa, houve a participação, predominante, de pesquisadoras do sexo feminino.

2.2.4 Delineamento e análise dos dados:

Foi realizada uma pesquisa transversal do tipo correlacional. Foram verificadas as relações entre os Papéis Sexuais e os Ajustamentos Conjugal e Emocional. Os escores de cada sujeito foram digitados e processados através do *SPSS*, versão 11.5, utilizando Estatística Descritiva, Teste do Quiquadrado, Análise de Variância e Análise de Regressão Múltipla.

2.3 RESULTADOS

2.3.1 Papéis Sexuais e Ajustamento Conjugal:

Do total de 184 participantes, 68, de ambos os sexos, não responderam ao BSRI e, portanto, não puderam ser classificados quanto aos Papéis Sexuais. Foi executada a classificação de Papéis Sexuais de 116 sujeitos, 101 (87,1%) mulheres e 15 (12,9%) homens, que preencheram o BSRI. Estes foram classificados nos Papéis Sexuais (vide Tabela 02), conforme critérios apresentados na descrição dos instrumentos.

Tabela 02. Frequência de Papéis Sexuais por Sexo

Papéis Sexuais		Mulheres	Homens	Total
Típico Feminino	Observado	19	3	22
	% Sexo	18,8	20,0	19,0
	% Total	16,4	2,6	19,0
Típico Masculino	Observado	18	2	20
	% Sexo	17,8	13,3	17,2
	% Total	15,5	1,7	17,2
Andrógino	Observado	29	4	33
	% Sexo	28,7	26,7	28,4
	% Total	25,0	3,4	28,4
Indiferenciado	Observado	35	6	41
	% Sexo	34,7	40,0	35,3
	% Total	30,2	5,2	35,3

ANOVA para o fator Papéis Sexuais e Ajustamento Conjugal (DAS e suas subescalas) encontrou diferenças estatísticas significativas para as médias da DAS total e da subescala Consenso Diádico entre os grupos de Papéis Sexuais (vide Tabela 03). Para as subescalas Satisfação Diádica, Coesão Diádica e Expressão de Afeto não foram apuradas diferenças estatísticas significativas.

Tabela 03. Médias, Desvios Padrão e ANOVA de Papéis Sexuais por Ajustamento Conjugal

Subescalas	Papéis Sexuais	n	M	DP	Erro Padrão	F	p <
Consenso	Típico Feminino	20	3,6	,51	,11	3.409	0,02
	Típico Masculino	20	3,6	,86	,19		
	Andrógino	33	3,9	,63	,11		
	Indiferenciado	40 ^a	3,4	,92	,15		
Satisfação	Típico Feminino	20	3,8	,39	,09	1.640	ns
	Típico Masculino	20	3,6	,78	,17		
	Andrógino	33	3,9	,50	,09		
	Indiferenciado	40 ^a	3,7	,68	,11		
Coesão	Típico Feminino	20	3,4	,79	,18	2.098	ns
	Típico Masculino	20	3,6	,80	,18		
	Andrógino	33	3,8	,75	,13		
	Indiferenciado	40 ^a	3,4	,74	,12		
Expressão de Afeto	Típico Feminino	20	2,5	,50	,11	362	ns
	Típico Masculino	20	2,5	,41	,09		
	Andrógino	33	2,5	,46	,08		
	Indiferenciado	40 ^a	2,4	,60	,10		
DAS Total	Típico Feminino	20	3,5	,31	,07	3.101	0,03
	Típico Masculino	20	3,5	,66	,15		
	Andrógino	33	3,7	,49	,09		
	Indiferenciado	40 ^a	3,3	,66	,10		

^a Dos 41 indivíduos classificados como Indiferenciados houve um que não respondeu a DAS

O teste de *post hoc* de Scheffé identificou, em ambos os casos, que as médias dos escores dos Andróginos foi significativamente maior do que as médias dos Indiferenciados. O teste não apurou nenhuma outra diferença estatística significativa entre os tipos de Papéis Sexuais.

2.3.2 Papéis Sexuais e Ajustamento/Desajustamento Conjugal:

De acordo com o critério estabelecido por Spanier (1976) para os escores totais na DAS, os sujeitos foram separados em dois grupos: Ajustados e Desajustados. Ficaram classificados como Desajustados, 32 pessoas (17,4%), e como Ajustados, 149 pessoas (81%). Além disso, 3 pessoas omitiram esses dados (1,6%). Portanto, nesta classificação foi criada uma nova variável, qualitativa, que recebeu o nome de Ajustamento/Desajustamento Conjugal.

Embora pudesse ser uma idéia produtiva para o presente estudo, a distribuição de frequência de Papéis Sexuais por Ajustamento/Desajustamento Conjugal (Ajustado e

Desajustado) não foi analisada através da técnica estatística Teste do Quiquadrado. Os dados não preencheram os requisitos mínimos para sua execução. Algumas células da tabela de contingência ficaram com um número excessivamente reduzido de sujeitos.

2.3.3 Papéis Sexuais e Ajustamento Emocional:

ANOVA para o fator Papéis Sexuais e Ajustamento Emocional (EFN total e suas escalas) não revelou diferenças estatísticas significativas ($p < 0,05$) entre as médias dos tipos de Papéis Sexuais.

2.3.4 Papéis Sexuais e Tipo de Gravidez:

O Teste do Quiquadrado não revelou diferenças estatísticas significativas ($p < 0,05$) nas frequências de Tipo de Gravidez (Planejada e Acidental) por tipos de Papéis Sexuais.

2.3.5 Sexo e Ajustamento Conjugal:

Ainda que Papéis Sexuais tenha sido a principal variável independente desta pesquisa, foi considerado, também, o Sexo. Análise de Variância para o fator Sexo e variáveis dependentes DAS e suas subescalas (Consenso Diádico, Satisfação Diádica, Coesão Diádica e Expressão de Afeto) apurou diferenças estatísticas significativas entre as médias dos grupos. As médias da DAS total e das subescalas Consenso Diádico e Satisfação Diádica foram significativamente maiores para homens do que para as mulheres. Os dados podem ser apreciados na Tabela 04. Para as variáveis dependentes subescalas Coesão Diádica e Expressão de Afeto não houve diferença estatística significativa ($p < 0,05$).

Tabela 04. Médias, Desvios Padrão e ANOVA de Sexo por Ajustamento Conjugal

Subescalas	Sexo	n	M	DP	Erro Padrão	F	p <
Consenso	Feminino	132	3,6	,80	,07	14.484	0,01
	Masculino	49	4,1	,47	,07		
Satisfação	Feminino	132	3,8	,60	,05	9.406	0,01
	Masculino	49	4,1	,39	,06		
Coesão	Feminino	132	3,5	,79	,07	1.282	ns
	Masculino	49	3,7	,75	,11		
Expressão de Afeto	Feminino	132	2,5	,52	,04	3.752	ns
	Masculino	49	2,6	,36	,05		
DAS Total	Feminino	132	3,5	,58	,05	12.771	0,01
	Masculino	49	3,9	,36	,05		

2.3.6 Sexo e Ajustamento/Desajustamento Conjugal:

A distribuição de frequência da variável Ajustamento/Desajustamento Conjugal (Ajustado e Desajustado) por Sexo dos sujeitos foi analisada através da técnica estatística Teste do Quiquadrado. Os resultados apontaram diferenças estatísticas significativas entre os sexos ($\chi^2 = 6.166$; gl = 1; p < 0,01), sugerindo uma relação de dependência entre as variáveis Sexo e Ajustamento/Desajustamento Conjugal. Análise dos resíduos padronizados ajustados revelaram que os homens mostraram uma frequência significativamente menor do que a esperada na categoria Desajustado; enquanto que, as mulheres apresentaram frequência significativamente maior do que a esperada na categoria Desajustado (Tabela 05).

Tabela 05. Distribuição de Frequência Observada, Esperada e Resíduos Padrão Ajustados de Sexo por Ajustamento/Desajustamento Conjugal

Sexo		Ajustamento/Desajustamento	
		Desajustado	Ajustado
Feminino	Observado	29,0	103,0
	Esperado	23,3	108,7
	Resíduo Padrão Ajustado	2,5	- 2,5
Masculino	Observado	3,0	46,0
	Esperado	8,7	40,3
	Resíduo Padrão Ajustado	- 2,5	2,5

2.3.7 Sexo e Ajustamento Emocional:

ANOVA para o fator Sexo dos sujeitos e Ajustamento Emocional (EFN total e suas escalas) revelou diferença estatística significativa entre as médias de mulheres e homens na escala Ansiedade. Conforme pode ser visto na Tabela 06, os escores médios dos homens foram menores do que os escores médios das mulheres.

Para EFN e as escalas Vulnerabilidade, Desajustamento Psicossocial e Depressão não foram apuradas diferenças significativas ($p < 0,05$) entre os grupos.

Tabela 06. Médias, Desvios Padrão e ANOVA de Sexo por Ajustamento Emocional

Escalas	Sexo	n	M	DP	Erro Padrão	F	p <
Vulnerabilidade	Feminino	95	2,8	,90	,09	1.421	ns
	Masculino	15	2,5	,86	,22		
Desajustamento Psicossocial	Feminino	95	1,8	,72	,07	.016	ns
	Masculino	15	1,8	,83	,21		
Ansiedade	Feminino	95	3,0	,92	,09	9.835	0,01
	Masculino	15	2,2	,69	,18		
Depressão	Feminino	95	2,1	,92	,09	1.333	ns
	Masculino	15	1,8	,70	,18		
EFN Total	Feminino	95	2,5	,74	,08	3.722	ns
	Masculino	15	2,1	,66	,17		

2.3.8 Ajustamento/Desajustamento Conjugal e Ajustamento Emocional

ANOVA para o fator Ajustamento/Desajustamento Conjugal e Ajustamento Emocional (EFN total e suas escalas) encontrou diferenças estatísticas significativas entre os grupos nas médias de todas as variáveis dependentes. Conforme pode ser observado na Tabela 07, os escores médios dos sujeitos Desajustados foram significativamente maiores do que os escores médios dos sujeitos Ajustados na EFN total e suas escalas (Vulnerabilidade, Ajustamento Psicossocial, Ansiedade e Depressão). Ou seja, os indivíduos Desajustados Conjugais apresentaram piores condições de Ajustamento Emocional do que os indivíduos Ajustados Conjugais.

Tabela 07. Médias, Desvios Padrão, Erros Padrão e ANOVA de Ajustamento/Desajustamento Conjugal por Ajustamento Emocional

Escalas da EFN	Ajustamento/ Desajustamento	Média	DP	Erro Padrão	N	F	p
Vulnerabilidade	Desajustados	3,2	,88	,17	26	7.988	0,01
	Ajustados	2,7	,86	,09	84		
Desajustamento Psicossocial	Desajustados	2,2	,85	,16	26	15.593	0,01
	Ajustados	1,6	,63	,06	84		
Ansiedade	Desajustados	3,5	,95	,18	26	19.372	0,01
	Ajustados	2,6	,83	,09	84		
Depressão	Desajustados	2,8	1,03	,20	26	28.053	0,01
	Ajustados	1,8	,71	,07	84		
EFN total	Desajustados	3,0	,72	,14	26	24.427	0,01
	Ajustados	2,3	,65	,07	84		

2.3.9 Tipo de Gravidez e o Ajustamento Conjugal:

ANOVA para o fator Tipo de Gravidez (Planejada e não Planejada/Acidental) e as variáveis DAS e suas subescalas (Consenso Diádico, Satisfação Diádica, Coesão Diádica e Expressão de Afeto) não apurou diferenças estatísticas significativas ($p < 0,05$) entre os grupos.

2.3.10 Tipo de Gravidez e Ajustamento/Desajustamento Conjugal:

O Teste do Quiquadrado não apurou diferenças estatísticas significativas ($p < 0,05$) nas frequências de Ajustamento/Desajustamento Conjugal entre os grupos de Tipo de Gravidez (Planejada e não Planejada/Acidental).

2.3.11 Tipo de Gravidez e o Ajustamento Emocional:

ANOVA para o fator Tipo de Gravidez (Planejada e não Planejada/Acidental) e Ajustamento Emocional (EFN total e suas escalas) encontrou diferenças estatísticas significativas entre os grupos nas médias de todas as variáveis dependentes, exceto a variável Depressão. Conforme a Tabela 08, em todas as escalas de Ajustamento

Emocional as médias do grupo Gravidez não Planejada/Acidental foram maiores do que as médias do grupo Gravidez Planejada. Isto é, os indivíduos com Gravidez não Planejada/Acidental apresentaram Ajustamento Emocional pior do que os de Gravidez Planejada.

Tabela 08. Médias, Desvios Padrão, Erros Padrão e ANOVA de Tipo de Gravidez por Ajustamento Emocional

Escalas da EFN	Tipo de Gravidez	Média	DP	Erro Padrão	n	F	p
Vulnerabilidade	Acidental	3,0	,85	,11	55	6.256	0,01
	Planejada	2,6	,90	,12	53		
Desajustamento Psicossocial	Acidental	1,9	,83	,11	55	4.299	0,04
	Planejada	1,6	,61	,08	53		
Ansiedade	Acidental	3,1	,85	,11	55	6.508	0,01
	Planejada	2,7	,98	,13	53		
Depressão	Acidental	2,2	,95	,13	55	1.896	ns
	Planejada	2,0	,84	,12	53		
EFN total	Acidental	2,7	,72	,10	55	6.425	0,01
	Planejada	2,3	,73	,10	53		

2.3.12 Preditores do Ajustamento Conjugal:

Foi executada uma série de Análises de Regressão, método *Stepwise*, para cada uma das variáveis dependentes DAS total e suas subescalas (Consenso Diádico, Satisfação Diádica, Coesão Diádica e Expressão de Afeto) tendo como variáveis independentes Sexo, Idade, Tempo de Relação, Tipo de Gravidez, Tempo de Gestação, escalas feminina e masculina do BSRI e a EFN total e suas escalas (Vulnerabilidade, Desajustamento Psicossocial, Ansiedade e Depressão) com o objetivo de explorar as possíveis relações entre as mesmas.

Para a variável dependente Consenso Diádico foram ajustados cinco modelos que juntos explicaram 28% da variância. A melhor variável preditora da subescala Consenso da DAS foi a escala Ansiedade da EFN, responsável por 14% da variância explicada, numa correlação inversa. Os fatores Tempo de Gestação, Masculinidade, Feminilidade e Sexo tiveram uma participação menor, conforme pode ser observado na Tabela 09.

Tabela 09. Resumo dos Modelos da Análise de Regressão, Método *Stepwise*, Variável Dependente Consenso Diádico do Ajustamento Conjugal

Modelo	Preditores	R	R ²	Beta	<i>t</i>	p
1	Ansiedade	,37	,14	-,37	-5.526	0,01
2	Ansiedade	,45	,20	-,35	-5.400	0,01
	Tempo de Gestação			-,24	-3.716	0,01
3	Ansiedade	,49	,24	-,35	-5.390	0,01
	Tempo de Gestação			-,21	-3.294	0,01
	Masculinidade			,20	3.105	0,01
4	Ansiedade	,51	,26	-,34	-5.317	0,01
	Tempo de Gestação			-,22	-3.384	0,01
	Masculinidade			,17	2.616	0,01
	Feminilidade			,13	2.011	0,01
5	Ansiedade	,53	,28	-,31	-4.867	0,01
	Tempo de Gestação			-,16	-2.525	0,01
	Masculinidade			,14	2.255	0,01
	Feminilidade			,17	2.665	0,01
	Sexo			,18	2.627	0,01

Para a variável dependente Satisfação Diádica foram ajustados quatro modelos que juntos explicaram 31% da variância. A melhor variável preditora da subescala Satisfação da DAS foi a EFN total, responsável por 21% da variância explicada, numa correlação inversa. Os fatores Vulnerabilidade, Sexo e Feminilidade e tiveram uma participação menor, conforme pode ser observado na Tabela 10.

Tabela 10. Resumo dos Modelos da Análise de Regressão, Método *Stepwise*, Variável Dependente Satisfação Diádica do Ajustamento Conjugal

Modelo	Preditores	R	R ²	Beta	<i>t</i>	p <
1	EFN total	0,46	0,21	-0,46	- 7.120	0,01
2	EFN total	0,52	0,27	-0,88	- 6.960	0,01
	Vulnerabilidade			0,48	3.800	0,01
3	EFN total	0,54	0,30	-0,85	- 6.770	0,01
	Vulnerabilidade			0,46	3.714	0,01
	Sexo			0,16	2.566	0,01
4	EFN total	0,56	0,31	-0,79	- 6.209	0,01
	Vulnerabilidade			0,42	3.384	0,01
	Sexo			0,19	3.045	0,01
	Feminilidade			0,14	2.187	0,01

Para a variável dependente Coesão Diádica foram ajustados três modelos que juntos explicaram 9% da variância. A melhor variável preditora da subescala Coesão da DAS foi a escala Depressão da EFN, responsável por 5% da variância explicada, numa correlação inversa. Os fatores Idade e Masculinidade tiveram uma participação menor, conforme pode ser observado na Tabela 11.

Tabela 11. Resumo dos Modelos da Análise de Regressão, Método *Stepwise*, Variável Dependente Coesão Diádica do Ajustamento Conjugal

Modelo	Preditores	R	R ²	Beta	<i>t</i>	p <
1	Depressão	0,22	0,05	- 0,22	- 3.175	0,01
2	Depressão	0,27	0,07	- 0,27	- 3.661	0,01
	Idade			- 0,16	- 2.160	0,01
3	Depressão	0,31	0,09	- 0,23	- 3.040	0,01
	Idade			- 0,18	- 2.443	0,02
	Masculinidade			0,15	2.047	0,05

Para a variável dependente Expressão de Afeto foi ajustado um único modelo que explicou 6% da variância. A variável preditora da subescala Expressão de Afeto da DAS foi a escala Depressão da EFN, numa correlação inversa, conforme pode ser observado na Tabela 12.

Tabela 12. Resumo dos Modelos da Análise de Regressão, Método *Stepwise*, Variável Dependente Expressão de Afeto do Ajustamento Conjugal

Modelo	Preditores	R	R ²	Beta	<i>t</i>	p <
1	Depressão	0,25	0,06	- 0,25	- 3.478	0,01

Para a variável dependente DAS total foram ajustados quatro modelos que juntos explicaram 30% da variância. A melhor variável preditora da DAS total foi a EFN total, responsável por 18% da variância explicada, numa correlação inversa. Os fatores Vulnerabilidade, Sexo e Feminilidade tiveram uma participação menor, conforme pode ser observado na Tabela 13.

Tabela 13. Resumo dos Modelos da Análise de Regressão, Método *Stepwise*, Variável Dependente DAS Total ou Ajustamento Conjugal

Modelo	Preditores	R	R ²	Beta	<i>t</i>	p <
1	EFN total	0,42	0,18	- 0,42	- 6.394	0,01
2	EFN total	0,48	0,23	- 0,82	- 6.304	0,01
	Vulnerabilidade			0,45	3.496	0,01
3	EFN total	0,52	0,27	- 0,78	- 6.105	0,01
	Vulnerabilidade			0,43	3.405	0,01
	Sexo			0,20	3.145	0,01
4	EFN total	0,55	0,30	- 0,70	- 5.475	0,01
	Vulnerabilidade			0,38	3.016	0,01
	Sexo			0,24	3.776	0,01
	Feminilidade			0,18	2.763	0,01

2.3.13 Preditores do Ajustamento Emocional:

Foi executada uma série de Análises de Regressão, método *Stepwise*, para cada uma das variáveis dependentes EFN total e suas escalas (Vulnerabilidade, Desajustamento Psicossocial, Ansiedade e Depressão) tendo como variáveis independentes Sexo,

Idade, Tempo de Relação, Tipo de Gravidez, Tempo de Gestação e Ajustamento/Desajustamento Conjugal.

Para a variável dependente Vulnerabilidade da EFN foram ajustados dois modelos que juntos explicaram 10% da variância. A melhor variável preditora da Vulnerabilidade foi a Idade, responsável por 7% da variância explicada, numa correlação inversa. O fator Ajustamento/Desajustamento Conjugal teve uma participação menor, conforme pode ser observado na Tabela 14.

Tabela 14. Resumo dos Modelos da Análise de Regressão, Método *Stepwise*, Variável Dependente Vulnerabilidade do Ajustamento Emocional

Modelo	Preditores	R	R ²	Beta	t	p <
1	Idade	0,27	0,07	- 0,27	- 3.825	0,01
2	Idade	0,32	0,10	- 0,23	- 3.305	0,01
	Ajustamento/Desajustamento Conjugal			- 0,18	- 2.524	0,02

Para a variável dependente Desajustamento Psicossocial da EFN foram ajustados três modelos que juntos explicaram 16% da variância. A melhor variável preditora do Desajustamento Psicossocial foi a Ajustamento/Desajustamento Conjugal, responsável por 9% da variância explicada, numa correlação inversa. Os fatores Feminilidade e Tempo de Relação tiveram uma participação menor, conforme pode ser observado na Tabela 15.

Tabela 15. Resumo dos Modelos da Análise de Regressão, Método *Stepwise*, Variável Dependente Desajustamento Psicossocial do Ajustamento Emocional

Modelo	Preditores	R	R ²	Beta	t	p <
1	Ajustamento/Desajustamento Conjugal	0,30	0,09	- 0,30	- 4.373	0,01
2	Ajustamento/Desajustamento Conjugal	0,35	0,12	- 0,27	- 3.890	0,01
	Feminilidade			- 0,17	- 2.531	0,02
3	Ajustamento/Desajustamento Conjugal	0,40	0,16	- 0,22	- 3.133	0,01
	Feminilidade			- 0,19	- 2.775	0,01
	Tempo de Relação			- 0,19	- 2.703	0,01

Para a variável dependente Ansiedade da EFN foram ajustados dois modelos que juntos explicaram 16% da variância. A melhor variável preditora da Ansiedade foi Ajustamento/Desajustamento Conjugal, responsável por 11% da variância explicada, numa correlação inversa. O fator Idade teve uma participação menor, conforme pode ser observado na Tabela 16.

Tabela 16. Resumo dos Modelos da Análise de Regressão, Método *Stepwise*, Variável Dependente Ansiedade do Ajustamento Emocional

Modelo	Preditores	R	R ²	Beta	t	p <
1	Ajustamento/Desajustamento Conjugal	0,33	0,11	- 0,33	- 4.854	0,01
2	Ajustamento/Desajustamento Conjugal Idade	0,40	0,16	- 0,29 - 0,22	- 4.235 - 3.282	0,01 0,01

Para a variável dependente Depressão da EFN foram ajustados três modelos que juntos explicaram 22% da variância. A melhor variável preditora da Depressão foi Ajustamento/Desajustamento Conjugal, responsável por 15% da variância explicada, numa correlação inversa. Os fatores Masculinidade e Idade tiveram uma participação menor, conforme pode ser observado na Tabela 17.

Tabela 17. Resumo dos Modelos da Análise de Regressão, Método *Stepwise*, Variável Dependente Depressão do Ajustamento Emocional

Modelo	Preditores	R	R ²	Beta	t	p <
1	Ajustamento/Desajustamento Conjugal	0,39	0,15	- 0,39	- 5.787	0,01
2	Ajustamento/Desajustamento Conjugal Masculinidade	0,44	0,20	- 0,34 - 0,22	- 5.046 - 3.220	0,01 0,01
3	Ajustamento/Desajustamento Conjugal Masculinidade Idade	0,47	0,22	- 0,31 - 0,19 - 0,16	- 4.672 - 2.813 - 2.354	0,01 0,01 0,02

Para a variável dependente EFN total foram ajustados dois modelos que juntos explicaram 19% da variância. A melhor variável preditora da EFN total foi a

Ajustamento/Desajustamento Conjugal, responsável por 13% da variância explicada, numa correlação inversa. O fator Idade teve uma participação menor, conforme pode ser observado na Tabela 18.

Tabela 18. Resumo dos Modelos da Análise de Regressão, Método *Stepwise*, Variável Dependente EFN Total ou Ajustamento Emocional

Modelo	Preditores	R	R ²	Beta	<i>t</i>	p <
1	Ajustamento/Desajustamento Conjugal	0,37	0,13	- 0,37	- 5.421	0,01
2	Ajustamento/Desajustamento Conjugal	0,44	0,19	- 0,32	- 4.775	0,01
	Idade			- 0,24	- 3.587	0,01

2.4 DISCUSSÃO

Muitas evidências têm mostrado que Papéis Sexuais estão relacionados com habilidades, repertório de papéis e complexidade de autoconceito, construtos que são centrais para a competência interpessoal.

A Análise de Variância *One-Way* apurou diferenças estatísticas significativas entre as médias dos Andróginos e Indiferenciados na DAS total e na subescala Consenso Diádico. Em ambos os casos, os Andróginos obtiveram escores médios superiores aos dos Indiferenciados em Ajustamento Conjugal durante a fase pré-natal da transição para a parentalidade.

O resultado encontrado já é consolidado nessa linha de pesquisa. Pesquisadores, nos mais variados contextos, têm encontrado escores mais elevados para os Andróginos em Ajustamento Conjugal do que em outro tipo de Papéis Sexuais (Agarwal & Srivastava, 1989; Alain & Lussier, 1988; Antill, 1983; Baucom & Aiken, 1984; Burchardt & Serbin, 1982; Davidson & Sollie, 1987; Handal & Salit, 1988; Hernandez & Hutz, 2005a; Isaac & Shah, 2004; Juni & Grimm, 1994; Kurdek & Schmitt, 1986; Lamke, 1989; Murstein & Williams, 1983; Zammichieli, Gilroy & Sherman, 1988). Ao mesmo tempo, outros estudos (Davidson & Sollie, 1987; Peterson, Baucom, Elliott & Farr, 1989) mostraram que indivíduos Indiferenciados são mais dispostos ao desajustamento.

Conforme visto, para a maioria dos membros do casal a etapa da gravidez da transição para a parentalidade é um período de dramáticas mudanças biológicas, psicológicas e sociais. Como uma consequência destas mudanças e processos de adaptação, a gravidez é, com frequência, associada com aumento da sensibilidade, labilidade e ansiedade (Öhman e cols., 2003).

Durkin, Morse e Buist (2001) avaliaram o funcionamento psicológico e psicossocial de casais experimentando suas primeiras gestações. Os resultados mostraram que o estresse, vinculado ao papel de gênero, teve uma forte associação com as emoções durante a gravidez média. Tornar-se pais produz um aumento das diferenças biológicas entre homens e mulheres e aumenta a consciência dos papéis de gênero tradicionais associados com a parentalidade. Os autores acreditam que os casais grávidos podem sentir pressão para se conformar aos papéis tradicionais devido às suas auto-expectativas, às expectativas dos parentes, dos pares e das normas sociais. Isso pode

envolver uma ampla modificação na autopercepção capaz de resultar em estresse e baixa do humor em certos indivíduos mais vulneráveis.

Através da Análise de Regressão, pode-se constatar que a Ansiedade medida pela EFN foi responsável por 14% da variância de Consenso Diádico, sugerindo que os participantes experimentavam um ambiente, pelo menos em parte, semelhante ao descrito por Durkin e colegas (2001) e Öhman e colegas (2003). Além disso, reforçando a relação dos Papéis Sexuais com o Consenso Diádico, antes mostrada pela ANOVA, as escalas Masculinas e Femininas do BSRI concorreram na responsabilidade pela variância com mais 6%. Assim, a interação Ansiedade e características vinculadas aos sexos esteve consideravelmente associada ao Consenso Diádico.

Os níveis mais baixos de Ajustamento Conjugal associados aos Indiferenciados sugerem que essas pessoas têm um número limitado de papéis e habilidades de adaptação, apresentando mais dificuldades para lidar com as inúmeras demandas situacionais da conjugalidade no contexto de mudanças, como, por exemplo, com a demanda de Ansiedade identificada neste caso.

Berthiaume, David, Saucier e Borgeat (1996) relataram que os Andróginos, comparados com os Indiferenciados, mostraram-se significativamente mais satisfeitos com o apoio fornecido pela rede social durante a gravidez. Os autores explicaram que a Androginia está relacionada com características disposicionais que promovem o desenvolvimento e manutenção de trocas interpessoais mais satisfatórias.

A Androginia tem sido definida como a disposição para envolver-se em comportamentos interpessoais instrumentais (masculino) e expressivos (feminino). As pessoas andróginas têm sido relatadas como sendo mais adaptativas (Bem, 1975; Bem e cols., 1976) e mais flexíveis (Spence e cols., 1975). Ajustamento Conjugal durante a gravidez do primeiro filho, requer um grau significativo de adaptabilidade e flexibilidade. Para ser uma pessoa bem ajustada à conjugalidade pode ser necessário possuir características instrumentais tais como assertividade e disposição para o risco e, também, características expressivas tais como sensibilidade e compreensão. As pessoas Andróginas têm atributos instrumentais e expressivos e, por isso, é compreensível que tenham um Ajustamento Conjugal significativamente melhor do que os Indiferenciados.

Certamente, a teoria da flexibilidade de papel sexual e o uso de estratégias de *coping* pode fornecer uma explicação, pelo menos em parte, da diferença encontrada entre Andróginos e Indiferenciados em Ajustamento Conjugal nesta pesquisa atual. A noção de flexibilidade de papel sexual, como uma característica dos Andróginos, tem sido

proposta há mais de três décadas (Bem, 1974). A flexibilidade de papel sexual tem sido definida como uma qualidade adaptativa relativa à apresentação de comportamentos flexíveis às situações. Recentemente, Cheng (2005) examinou a flexibilidade dos Papéis Sexuais durante uma variedade de eventos estressantes semelhantes à transição para a parentalidade. A pesquisadora constatou que, em diversas situações estressantes, os Andróginos demonstraram mais sensibilidade para discriminar sutis diferenças entre os diversos eventos, como pode ser notado nas habilidades para distribuir diferentes estratégias situacionais efetivas de *coping*. O papel chave da flexibilidade de Papel Sexual – denominado pela autora de “pensamento prático hábil” – é estimular uma integração estável da personalidade e das características do ambiente de forma adaptativa.

Embora o objetivo principal desta pesquisa seja a verificação das relações entre Papéis Sexuais e Ajustamento Conjugal e Emocional, não foi possível deixar de analisar os dados sob a perspectiva do Sexo. Os participantes do sexo masculino apresentaram escores médios significativamente maiores do que os do sexo feminino na DAS total e nas subescalas Consenso Diádico e Satisfação Diádica, conforme Análise de Variância *One-Way*. Ao mesmo tempo, o Teste do Quiquadrado revelou que os homens tiveram significativamente menor frequência esperada na categoria Desajustados Conjugais do que as mulheres, reforçando o resultado anterior.

Os resultados sugerem que os homens, no período pré-natal, apresentavam melhor Ajustamento Conjugal do que as mulheres, o que, surpreendentemente, contraria pesquisas anteriores. Tem sido uma evidência já bastante consolidada o fato de mulheres primigestas apresentarem níveis mais elevados de Ajustamento Conjugal do que seus parceiros durante a gravidez (Belsky e cols., 1983; Belsky e cols., 1985; Jordan, 1996; Levy-Shiff, 1994).

A estranheza frente aos resultados “invertidos” levou a um reexame dos dados e à constatação de que as medidas dos homens foram coletadas em média aos 3,8 meses de gravidez enquanto que as mulheres foram examinadas em média aos 5,4 meses de gravidez, numa defasagem média de quase dois meses. Isso, seguramente, produziu dois grupos heterogêneos com relação ao tempo de coleta dos dados. ANOVA comparando estas médias revelou diferenças estatísticas significativas entre estas médias de homens e mulheres. O tempo médio decorrido entre as coletas pode se constituir num espaço suficiente para que muitas transformações, tanto físicas quanto psicológicas, possam

ocorrer e, provavelmente, refletir nas respostas de Ajustamento Conjugal dos participantes.

A aparente superioridade do grupo masculino em Ajustamento Conjugal pode, portanto, ser explicada pelo momento em que os homens responderam a DAS, quando suas parceiras ainda pouco evidenciavam as transformações físicas da gravidez e, da mesma forma, o relacionamento conjugal estava pouco alterado. Por outro lado, as mulheres responderam a DAS quase ao final do segundo trimestre de gravidez, momento em que já são evidentes as transformações físicas e psicológicas e, possivelmente, já ocorrendo mudanças na qualidade do relacionamento. Importante registrar que, ANOVA comparando os tempos de médios de coleta de dados entre os Papéis Sexuais não revelou diferenças estatísticas significativas entre os mesmos. Desta forma, os resultados da relação entre Papéis Sexuais e Ajustamento Conjugal não sofreram o efeito do viés temporal da coleta de dados.

O viés produzido pela defasagem temporal da coleta de dados foi motivado pelas mudanças necessárias introduzidas no estudo a partir das discussões geradas pela banca de qualificação. Naquela ocasião, muitos dados já tinham sido coletados. Frente à dificuldade de obtê-los, os mesmos não puderam ser descartados.

Independente dos problemas metodológicos relatados é importante registrar que, na pesquisa em Ajustamento Conjugal na gravidez do primeiro filho as diferenças sexuais têm resultados controversos. Algumas investigações têm encontrado diferenças entre homens e mulheres (Belsky & cols., 1983; Belsky & cols., 1985; Jordan, 1996; Levy-Shiff, 1994), outras, não (White, Wilson, Elander, Sci & Persson, 1999)

Também houve diferenças significativas entre os sexos em Ajustamento Emocional, mais especificamente, na escala Ansiedade da EFN, na qual as mulheres apresentaram níveis significativamente mais elevados do que os homens. Vários estudos anteriores encontraram o mesmo resultado (Deater-Deckard, Pickering, Dunn & Golding, 1998; Dulude, Bélanger, Wright & Sabourin, 2002; Lovestone & Kumar, 1993; Rodrigues & cols., 2004; Zelowitz & Milet, 1996). Ao contrário, Condon, Boyce e Corkindale (2003) concluíram que na gravidez ocorre maior ansiedade para os homens. Destarte, a controvérsia dos resultados das pesquisas com relação às diferenças sexuais no Ajustamento Emocional, durante a gravidez, prefere-se interpretar o resultado atual como produto do viés produzido na coleta de dados.

Todos os sujeitos classificados como Desajustados Conjugais, assim como os Ajustados Conjugais, obtiveram escores padrão na EFN entre 80 e 120, que os situou

dentro da faixa esperada para a “normalidade” do Ajustamento Emocional (Hutz & Nunes, 2001). Portanto, embora existissem, no pré-natal, diferenças significativas entre os escores totais médios dos Ajustados e Desajustados Conjugais, não significa que estes últimos possuíssem uma estrutura psicopatológica, mas que, provavelmente, vivenciassem uma situação de Desajuste Conjugal e, conseqüente, sofrimento psicológico. Conforme Spanier e Cole (1975) e Spanier (1976), Ajustamento Diádico é um processo em movimento, em contínua mudança, consiste de eventos, circunstâncias e interações que movem um casal para frente e para trás em termos de proximidade com bom ou pobre ajustamento. É provável que os indivíduos desta amostra estivessem sofrendo o efeito de um estado (enfrentamento da situação de gestação do primeiro filho) mais do que de um traço ou disposição psicológica. Além disso, a transição para a parentalidade tem sido classificada como uma “crise normal”, ou seja, tornar-se pai e mãe, embora possa ser estressante, em geral, é um aspecto normal da vida adulta e, indubitavelmente, tem seus aspectos positivos (Jordan, 1996).

Os participantes de ambos os sexos, que declararam experimentar Gravidez não Planejada/Acidental, apresentaram médias significativamente maiores em Ajustamento Emocional do que os que declararam Gravidez Planejada, exceto na escala Depressão, aonde não foi apurada diferença. Os dados sugerem que os participantes com Gravidez Planejada apresentavam melhor Ajustamento Emocional no momento em que os dados foram coletados.

Da mesma forma, os resultados de Bouchard (2005) mostraram que, comparadas com mulheres com Gravidez Planejada, mulheres com Gravidez não Planejada/Acidental mostraram escores significativamente mais altos em neuroticismo, depressão e estresse percebido. Além disso, Rodriguez (2005a) relatou que o grupo de Gravidez não Planejada/Acidental apresentou Ansiedade mais elevada do que o grupo de Gravidez Planejada em uma amostra de homens que esperava o primeiro filho. Grussu, Quatraro e Nasta (2005) examinaram suas gestantes aos nove meses de gravidez. Naquele momento, as mulheres com Gravidez não Planejada/Acidental apresentaram níveis maiores de ansiedade, depressão, irritabilidade, fadiga e confusão (medidos pelo *Profile Mood States-POMS*) do que as mulheres com Gravidez Planejada.

Segundo Hutz e Nunes (2001), níveis mais elevados de Ajustamento Emocional/Neuroticismo estão associados a pessoas com tendência a experimentar, de forma mais intensa, sofrimento emocional, idéias dissociadas da realidade, ansiedade

excessiva, dificuldade de tolerância à frustração e respostas de *coping* mal adaptadas. Níveis elevados na escala Vulnerabilidade podem indicar sofrimento relacionado com a aceitação dos outros, baixa auto-estima, medo de perder os amigos devido a erros cometidos, comportamentos incongruentes para satisfazer os outros, insegurança e dependência das pessoas próximas. Níveis elevados na escala Desajustamento Psicossocial podem identificar pessoas que tendem a agressividade, hostilidade, mentiras, manipulação de situações com proveito próprio, consumo de álcool, comportamentos sexuais de alto risco, insensibilidade com o sofrimento dos outros e desobediência das normas sociais. Níveis elevados na escala Ansiedade podem revelar sujeitos que tendem a instabilidade emocional, variação de humor, irritabilidade, medo de perder o controle da situação, atitudes inesperadas, fuga de idéias, sensações de vertigem, tonturas, transtornos do sono e sintomas de pânico.

Muitas vezes, a descoberta da Gravidez Acidental pode levar, compulsoriamente, pessoas jovens (adolescentes) a um relacionamento conjugal (coabitação e outros aspectos que caracterizam a conjugalidade). Durante a coleta de dados desta pesquisa, pode-se constatar esse fenômeno várias vezes. Além disso, observou-se que o grupo da Gravidez não Planejada/Acidental foi, predominantemente, composto pelas pessoas de menor Idade da amostra e, conseqüentemente, de menos Tempo de Relação.

A relação entre Idade e Gravidez não Planejada/Acidental foi relatada por Grussu e colegas (2005). Estes investigadores afirmaram que, a despeito das várias opções de contraceptivos disponíveis, ainda ocorrem muitas Gravidezes não Planejadas/Acidentais. Deve-se considerar que esta pesquisa foi realizada na Itália, País do primeiro mundo. Antes, Henshaw (1998), publicou que 49% da gravidez de 1994, nos EUA, não foi planejada e 54% desta acabou em aborto provocado. Também nesse caso, a Gravidez não Planejada/Acidental apresentou taxas mais elevadas entre mulheres mais jovens, na faixa dos 18 a 25 anos de idade.

Lamentavelmente, mulheres com Gravidez não Planejada/Acidental são mais prováveis de apresentar comportamentos que podem aumentar o risco de crianças de baixo peso, tais como o uso de fumo e álcool durante a gravidez. Para a psiquiatria pré-natal, indivíduos e casais que tiveram uma Gravidez não Planejada/Acidental podem ter um risco mais elevado de cuidados inadequados no pré-natal, morbidade pré-natal e problemas psicológicos no pós-natal. Crianças de Gravidez não Planejada/Acidental são de alto risco para futuros desempenhos escolares pobres, descuidos e abusos. (Grussu e cols., 2005). Além disso, pais (maridos) de Gravidez não Planejada/Acidental têm sido

mais estressados e aos 24 meses pós-parto, maridos e esposas, têm exibido os mais baixos níveis de interação conjugal.

Embora todos os sujeitos que participaram desta pesquisa estejam dentro dos parâmetros da normalidade com relação aos aspectos medidos pela Escala Fatorial de Ajustamento Emocional/Neuroticismo, os que relataram Gravidez não Planejada/Acidental tiveram os maiores escores médios nesta variável. Possivelmente, este efeito deva ser creditado ao impacto da transição para a parentalidade em interação com a Gravidez Acidental. Portanto, deve ser interpretado mais como uma influência de aspectos situacionais em interação com aspectos disposicionais, dentro de uma faixa normal e, portanto, não patológica. De qualquer forma, são indicativos de risco para a saúde das pessoas que, certamente, devem merecer cuidado e ações preventivas.

Na investigação atual não foram encontradas, no período de gestação, relações entre Ajustamento Emocional, Ajustamento Conjugal e Tipo de Gravidez, no entanto, Cox, Paley, Burchinal e Payne (1999) e Bouchard (2005) encontraram relação entre essas variáveis.

Nas Análises de Regressão foi revelado que a EFN total e suas escalas Ansiedade e Depressão foram os melhores preditores para o Ajustamento Conjugal e suas subescalas Consenso, Satisfação, Coesão e Expressão de Afeto com responsabilidade sobre uma parte importante da variância (de 21% a 5%). Confirmando o resultado anterior, a Análise de Regressão apontou como melhor preditora de Ajustamento Emocional (EFN total e de suas escalas Desajustamento Psicossocial, Ansiedade e Depressão) a variável dicotômica Ajustamento/Desajustamento Conjugal. Embora a variância explicada pelo Desajustamento/Ajustamento Conjugal, em geral, foi de 7 a 15%, ainda é uma influência que merece atenção, considerando que, no contexto da gravidez, os efeitos são produzidos pela interação de diversas variáveis intra e interpessoais.

Embora num contexto diferente da transição para a parentalidade, Bouchard, Lussier e Sabourin (1999), usando o modelo dos cinco grandes fatores de personalidade, investigaram a contribuição de características de personalidade para o Ajustamento Conjugal. Os casais completaram o *NEO Five-Factor Inventory*, o qual mediu as características de personalidade, e a DAS. Os resultados indicaram que as características de personalidade autorelatadas foram preditoras significativas de Ajustamento Conjugal para ambos os sexos.

A EFN é uma escala baseada no fator N (neuroticismo) do modelo dos cinco grandes fatores de personalidade e foi criado recentemente (Hutz & Nunes, 2001),

portanto, ainda pouco experimentado na pesquisa psicológica. A relação encontrada aqui acrescenta mais uma evidência para a consolidação da competência psicométrica da escala.

2.5 CONCLUSÃO

No presente trabalho, houve uma confirmação parcial das expectativas com relação ao desempenho dos Papéis Sexuais nas variáveis Ajustamento Conjugal e Ajustamento Emocional. A tese de Bem (1981), no seu aspecto relacionamento interpessoal, aqui especificamente representado pela qualidade da relação conjugal, foi totalmente apoiada, visto que, a diferença clássica entre Andróginos e Indiferenciados confirmou empiricamente a teoria. No entanto, no aspecto saúde mental, representado pelo Ajustamento Emocional, a Teoria de Esquema de Gênero não foi confirmada pelos dados da amostra atual. Novamente, a expectativa era de que os Andróginos apresentassem os melhores escores em Ajustamento Emocional, mas isso não ocorreu.

Por outro lado, aparentemente contrariando a ideologia de gênero, houve diferenças sexuais significativas em Ajustamento Conjugal e Emocional no período pré-natal da transição para a parentalidade. Embora as diferenças sexuais sejam freqüentes, nesta linha de pesquisa, acredita-se que o viés provocado pela coleta da amostra masculina seja o principal responsável por esse efeito na amostra atual.

Mais uma vez, constata-se a dificuldade de se obter dados neste tipo de pesquisa, principalmente dados masculinos. Obviamente, quando os dados não são adequados as repercussões disso são automaticamente projetadas nos resultados. Isso reafirma a importância da coleta de dados no processo da pesquisa. Nem sempre as condições para a execução de uma pesquisa razoavelmente complexa e extensa como esta são as mais propícias, principalmente no Brasil. Contudo, há evidências de que este tipo de investigação tem sido difícil também em países de primeiro mundo.

Por outro lado, o viés produzido pela amostra masculina não só prejudicou parte do estudo, como também aguçou a curiosidade sobre a evolução do Ajustamento Conjugal masculino ao longo do período de gravidez que, sem dúvida, merece uma investida da pesquisa no futuro.

Embora, a princípio, não tenha o foco central desta pesquisa, os dados que emergiram da análise dos dados da variável Tipo de Gravidez (Planejada ou não) foram interessantes e mereceram participar deste relato. A Gravidez não Planejada/Acidental tem sido bastante citada na literatura como uma condição adversa ao Ajustamento Conjugal e Emocional na transição para a parentalidade. Conforme visto antes, uma transição não prevista é mais provável, em geral, de ser mais difícil. Não pareceu lógico a falta de associação entre Tipo de Gravidez e Ajustamento Conjugal encontrada. Ao

mesmo tempo, pareceu lógico a associação encontrada entre Tipo de Gravidez e Ajustamento Emocional. Mais importante, contudo, foram as evidências do potencial da Gravidez não Planejada para interagir com outras variáveis e produzir efeitos importantes, geralmente negativos, sobre a transição para a parentalidade. São impactantes os dados que revelam índices elevadíssimos de Gravidez não Planejada/Acidental, em pleno século 21 e em países desenvolvidos. Durante a coleta de dados, constatou-se a enorme incidência de Gravidez não Planejada, principalmente entre as adolescentes. A alta incidência desta faixa etária em situação de gravidez, inclusive, levou os Hospitais a criarem serviços e horários especiais de atendimento. Em termos gerais, foi mais raro encontrar grávidas adultas de seus primeiros filhos do que adolescentes. É possível, que este fato esteja associado à rede pública de saúde, com uma população de baixa renda. Em decorrência disso, fica a sugestão para que futuras investigações possam se concentrar na gravidez de adolescentes.

Concluindo, pode-se afirmar que, parcialmente, os propósitos iniciais deste primeiro estudo foram atingidos. Alguns novos problemas surgiram, o que estimula a continuidade e o aprofundamento da investigação sobre o período pré-natal da transição para a parentalidade.

CAPÍTULO III

ESTUDO II

O EFEITO DO PRIMEIRO FILHO: PAPEL SEXUAL, AJUSTAMENTO CONJUGAL E EMOCIONAL

3.1 INTRODUÇÃO

Após o nascimento do primeiro filho, os novos pais têm relatado declínio no Ajustamento/Satisfação/Qualidade Conjugal e crescimento dos conflitos conjugais e dos problemas de relacionamento (Belsky, 1985; Belsky & Isabella, 1985; Belsky e cols., 1985; Belsky & Rovine, 1990; Belsky e cols., 1983; Cowan e cols., 1985; Crohan, 1996; Feeney e cols., 2001; Knauth, 2001; Levy-Shiff, 1994; Lewis, 1988; Ruble e cols., 1988; Shapiro e cols., 2000; Peitz e cols., 2002; Wallace & Gotlib, 1990; Wilkinson, 1995). Em suma, muitos dos aspectos positivos no relacionamento dos parceiros conjugais tendem a diminuir, ao contrário, os aspectos negativos tendem a aumentar na transição para a parentalidade. Este declínio do Ajustamento Conjugal na transição para a parentalidade, para ambos os sexos, é uma das questões que este estudo procurou testar.

Características de masculinidade e feminilidade têm sido, com frequência, associadas com as mudanças pessoais e relacionais experimentadas na transição para a parentalidade (Bassoff, 1984; Belsky e cols., 1986; Brasileiro e cols., 2002; Cappuccini & Cochrane, 2000; Dimitrovsky e cols., 2000; Hackel & Ruble, 1992; Hock e cols., 1995; Kalicki e cols., 1999; MacDermid e cols., 1990; McGovern & Meyers, 2002; Sanchez & Thomson, 1997; Waldron & Routh, 1981).

Bem (1975) e Bem e colegas (1976), usando o BSRI, investigaram a responsividade de homens e mulheres frente a um filhote de gato e a uma criança. Tal responsividade foi considerado um comportamento feminino estereotipado e pessoas com altos escores na escala feminina do BSRI seriam as mais responsivas frente ao gatinho e à criança. Como esperado, os homens com altos escores em ambas as escalas, feminina e masculina (Andróginos), foram significativamente mais responsivos nessas tarefas femininas estereotipificadas do que foram os homens com altos escores apenas na escala

masculina. De qualquer forma, mulheres com altos escores somente na escala feminina foram significativamente menos responsivas do que as mulheres com escores altos em ambas as escalas, femininas e masculinas (Andróginas). Visto que os homens Andróginos e Tipificados Femininos e as mulheres Andróginas foram mais responsivos frente ao gatinho e à criança nestes estudos, poderia se supor que os casais, nos quais um ou ambos os cônjuges são Andróginos ou Tipificados femininos, apresentassem menos esforços para suas adaptações aos casamentos na transição para a parentalidade devido ao comportamento responsivo e, assim, experimentassem menos decréscimo no Ajustamento Conjugal. Ao contrário, maridos Tipificados Masculinos teriam mais esforços para suas adaptações ao casamento e, assim, experimentariam um declínio maior em Ajustamento Conjugal após o nascimento de seus primeiros filhos. Neste estudo, foram testadas as relações entre os Papéis Sexuais e o Ajustamento Conjugal dos indivíduos somente com a amostra de mulheres, pois os homens não forneceram estes dados.

Outras variáveis têm sido apontadas como relacionadas com o declínio do Ajustamento Conjugal na transição para a parentalidade como o Tipo de Gravidez e o Sexo do Bebê (Cox e cols., 1999; Elek e cols., 2003).

Assim, este segundo estudo investigou as relações das mesmas variáveis avaliadas no estudo anterior com as variações de Ajustamento Conjugal e Emocional através de um delineamento longitudinal, com duas medidas, antes e depois do nascimento do primeiro filho.

3.2 MÉTODO

3.2.1 Participantes:

Foi constituída uma amostra não probabilística, tipo de conveniência, de mulheres gestantes de primeiro filho e seus parceiros. O estudo realizado foi do tipo longitudinal, os dados foram coletados em dois momentos (antes e depois do nascimento do primeiro filho) nos mesmos sujeitos. No pré-teste, foram examinados 184 sujeitos, 135 mulheres primigestas e 49 homens, parceiros de algumas destas grávidas. A amostra foi recrutada entre os clientes dos setores de acompanhamento pré-natal (Ginecologia e Obstetrícia) dos seguintes locais: Hospital de Clínicas de Porto Alegre/UFRGS, Hospital de Gravataí/RS, Hospital Presidente Vargas, Hospital Fêmeina, Posto de Saúde Santa Marta do município de Porto Alegre/RS, todos participantes do Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, alguns sujeitos foram recrutados no Centro Espírita Bezerra de Menezes, POA/RS.

Optou-se por incluir na amostra deste segundo estudo, apenas mulheres de, no mínimo, 16 anos de idade, apesar de, entre as primigestas, verificar-se indivíduos com idades inferiores e esta. Tal decisão se relacionou com a conjugalidade, condição que, com maior probabilidade, não estaria sendo vivenciada por mulheres mais jovens (em geral, estas adolescentes engravidam acidentalmente e, quase sempre nem, coabitam com os pais dos bebês). Por outro lado, as dificuldades de se obter sujeitos em número razoável e com o perfil adequado para esta pesquisa, pressionaram para o estabelecimento do limite mínimo de 16 anos. Contudo, as mulheres deveriam coabitar com seus parceiros, caracterizando a vida conjugal, mas não precisavam ser formalmente casadas.

Dos 49 homens que responderam ao pré-teste, apenas 10 puderam ser reavaliados parcialmente no pós-teste. Mais precisamente, na medida de Ajustamento Conjugal estes 10 sujeitos do sexo masculino responderam integralmente ao instrumento, antes e depois do nascimento do bebê. Embora estes dados estejam enviesados, como já abordado no estudo anterior, optou-se por incluí-los neste segundo estudo para, pelo menos, serem comparados em suas medidas repetidas no exame do declínio da variável Ajustamento Conjugal.

Houve perda e exclusão de sujeitos (73 mulheres e 39 homens) do pré-teste para o pós-teste por diversos motivos, tais como: idade mínima 16 anos, simples recusa dos participantes, instrumentos respondidos parcialmente, não localização dos participantes (telefone não atende ou mudança de número, mudança de endereço ou endereço inexistente), óbito de bebês, separação conjugal, etc.

Assim, no final, participaram do estudo 72 sujeitos, 10 (13,9%) homens e 62 (86,1%) mulheres primigestas (no pré-teste) e primíparas (no pós-teste). A idade dos sujeitos variou entre 16 e 41 anos (Média = 23,2 anos e DP = 6,87).

O tempo de relação com o parceiro variou de 6 a 179 meses (aproximadamente, 14 anos e meio; média = 39,5 meses; DP = 37,24). O tempo de gestação, no momento da coleta de dados, variou de 2 a 9 meses. Os participantes declararam 32 ocorrências de gravidez planejada (51,6%) e 30 de gravidez acidental (48,4%).

A escolaridade dos sujeitos (homens e mulheres) ficou assim distribuída: fundamental incompleto, 16 (22,2%); fundamental completo, 6 (8,3%); médio incompleto, 12 (16,7%); médio completo, 19 (26,4%); superior incompleto, 9 (12,5%); superior completo, 9 (12,5%) e omitiu este dado, 1 (1,4%).

Além disso, no pós-teste (depois do nascimento dos bebês) foram registrados os seguintes dados: a idade dos bebês, variou de 2 a 9 meses (média = 5,1 meses e DP = 2,71) e, quanto ao sexo dos bebês, 31 (50%) eram do sexo feminino e 31 (50%), do sexo masculino.

3.2.2 Instrumentos:

Como os instrumentos foram os mesmos utilizados no estudo anterior, não se repetiu a descrição dos mesmos. Contudo, se destacaram algumas ocorrências com cada um deles que devem ser relatadas:

1) O *Bem Sex Role Inventory* (BSRI), de Bem (1974).

Apenas os sujeitos do sexo feminino responderam ao instrumento (pré e pós-natal). Para estas respondentes, seguindo os critérios de Bem (1977), os pontos de corte foram 5,60 e 4,25 (pré-teste), 5,40 e 4,40 (pós-teste) para as escalas feminina e masculina, respectivamente. Mulheres que apresentaram escores acima do ponto de corte na escala masculina e abaixo do ponto de corte na escala feminina foram classificados na

categoria Tipificados Masculinos. Mulheres que apresentaram escores acima do ponto de corte na escala feminina e abaixo do ponto de corte na escala masculina foram classificados na categoria Tipificados Femininos. Mulheres que pontuaram acima do ponto de corte em ambas as escalas, masculina e feminina, foram classificados na categoria Andróginos. Mulheres que tiveram seus escores situados abaixo do ponto de corte em ambas as escalas, masculina e feminina, foram classificados na categoria Indiferenciados.

2) *A Dyadic Adjustment Scale (DAS)* de Graham Spanier (1976).

A DAS foi respondida integralmente pelos homens (n = 10) e mulheres (n = 62), nas duas medidas (pré e pós-natal). Portanto, a DAS foi a única medida que os homens responderam totalmente. Como o Ajustamento Conjugal é uma variável dependente importante para esta pesquisa, resolveu-se incluir os dados deste pequeno grupo de participantes masculinos.

3) A Escala Fatorial de Neuroticismo, de Hutz e Nunes (2001).

Apenas as mulheres responderam a EFN duas vezes (pré e pós-natal).

3.2.3 Procedimentos:

Em geral, os sujeitos foram abordados individualmente no momento da consulta pré-natal, nas instituições de saúde, e convidados a participar da pesquisa. Nesse momento, era feita uma breve explicação sobre a pesquisa e solicitado o preenchimento e assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Informado, conforme já descrito no estudo anterior.

No pós-teste, os sujeitos foram contatados, antes, através de telefonema, e agendado data e horário da visita domiciliar para coleta da segunda medida. Em alguns casos, quando o telefone não funcionou ou simplesmente não havia registro de telefone, o contato com os sujeitos foi feito diretamente nos endereços anotados no pré-teste.

Conforme relatado antes, a maioria dos sujeitos do sexo masculino não pode ser examinada no pré-teste e, no pós-teste, esta situação recrudescerá mais ainda. Também houve grande perda de mulheres do pré para o pós-teste, por motivos diversos já comentados.

Os novos pais responderam duas vezes aos instrumentos: a primeira foi entre o segundo e nono mês de gravidez; a segunda, entre o segundo e nono mês de idade do bebê. O intervalo de tempo médio decorrido entre a primeira e a segunda medida foi de 8,3 meses considerando a amostra total. Como houve variações importantes nos tempos de coletas da primeira e segunda medidas entre homens e mulheres, a Tabela 19 apresenta maiores detalhes.

Tabela 19. Médias, Desvios Padrão dos Tempos (meses) do Pré e Pós-Teste para Amostra Total, Homens e Mulheres

Variáveis	Amostra (N = 72)				Homens (n = 10)				Mulheres (n = 62)			
	Mín	Máx	M	DP	Mín	Máx	M	DP	Mín	Máx	M	DP
Pré-natal (meses)	2	9	5,8	2,14	3	3	3,0	,00	2	9	6,2	1,96
Pós-natal (meses)	2	15	5,1	2,71	4	15	9,3	3,47	2	9	4,5	1,87
Intervalo de Tempo Pré e Pós-natal (meses)	3	21	8,3	3,75	10	21	15,3	3,47	3	12	7,2	2,32

Além das respostas aos instrumentos, no pré-teste foram registrados dados, tais como, Idade, Tempo de Relação, Tipo de Gravidez, Tempo de Gestação; no pós-teste, a Idade e o Sexo do Bebê.

3.2.4 Delineamento e análise dos dados:

Este estudo correlacional adotou uma estratégia de investigação do tipo longitudinal. Foram comparadas as medidas coletadas durante a gravidez (pré-teste) dos indivíduos com as medidas coletadas no mesmo grupo após o nascimento do bebê (pós-teste).

Os escores de cada um dos participantes foram digitados e processados através do SPSS, versão 11.5, utilizando Estatística Descritiva, Análise de Variância, Teste *t* de Student para amostras dependentes, Coeficiente de Correlação de Pearson e Análise de Regressão Múltipla.

3.3 RESULTADOS

3.3.1 O Declínio do Ajustamento Conjugal

Para comparar as médias das medidas pré e pós-natal do Ajustamento Conjugal (DAS e suas subescalas), foi utilizado o Teste *t* de Student para amostras dependentes. A técnica foi utilizada para a amostra toda (N = 72) e para as mulheres (n = 62) e homens (n = 10) separadamente.

Os resultados apontaram para um declínio estatístico significativo em todas as medidas testadas. Ou seja, houve decréscimo do pré para o pós-teste no Ajustamento Conjugal geral (DAS total) e em todas suas subescalas, conforme Tabela 20.

Tabela 20. Médias Desvios Padrão e Teste *t* de Student das Medidas Pré e Pós-Teste de Ajustamento Conjugal para Homens e Mulheres (N = 72)

Pares	Subescalas	Medidas	Média	DP	Erro Padrão	<i>t</i>	p <
1	Consenso	Pré	3,8	,78	,09	2,211	0,03
		Pós	3,6	,82	,10		
2	Satisfação	Pré	3,9	,62	,07	3,588	0,01
		Pós	3,5	,87	,10		
3	Coesão	Pré	3,6	,80	,09	2,779	0,01
		Pós	3,3	,96	,11		
4	Expressão de Afeto	Pré	2,5	,51	,06	2,976	0,01
		Pós	2,3	,66	,08		
5	DAS total	Pré	3,6	,59	,07	3,446	0,01
		Pós	3,4	,71	,08		

Para as mulheres, o resultado do Teste *t* de Student para amostras dependentes revelou diferenças estatísticas significativas entre as médias de todas as variáveis comparadas, exceto para Consenso Diádico. Conforme pode ser visto na Tabela 21, houve um decréscimo entre as médias das medidas de Ajustamento Conjugal do pré para o pós-parto.

Tabela 21. Médias Desvios Padrão e Teste *t* de Student das Medidas Pré e Pós-Teste de Ajustamento Conjugal para Mulheres (n = 62)

Pares	Subescalas	Medidas	Média	DP	Erro Padrão	<i>t</i>	p <
1	Consenso	Pré	3,7	,81	,10	1.283	ns
		Pós	3,6	,80	,10		
2	Satisfação	Pré	3,8	,64	,08	2.900	0,01
		Pós	3,5	,90	,11		
3	Coesão	Pré	3,6	,82	,10	2,198	0,03
		Pós	3,3	,98	,12		
4	Expressão de Afeto	Pré	2,5	,52	,07	2,116	0,03
		Pós	2,3	,66	,08		
5	DAS total	Pré	3,6	,60	,08	2.596	0,01
		Pós	3,4	,71	,09		

Para a amostra masculina, o resultado do Teste *t* de Student para amostras dependentes revelou decréscimo estatístico significativo entre as médias das medidas de Ajustamento Conjugal do pré para pós-parto, exceto para a subescala Coesão Diádica, conforme pode ser visto na Tabela 22.

Tabela 22. Médias Desvios Padrão e Teste *t* de Student das Medidas Pré e Pós-Teste de Ajustamento Conjugal para Homens (n = 10)

Pares	Subescalas	Medidas	Média	DP	Erro Padrão	<i>t</i>	p <
1	Consenso	Pré	4,2	,31	,10	2.527	0,03
		Pós	3,5	,97	,31		
2	Satisfação	Pré	4,3	,29	,09	2,976	0,01
		Pós	3,7	,67	,21		
3	Coesão	Pré	4,2	,49	,15	1.856	ns
		Pós	3,5	,89	,28		
4	Expressão de Afeto	Pré	2,8	,35	,11	3,280	0,01
		Pós	2,2	,69	,22		
5	DAS total	Pré	4,0	,23	,07	2.729	0,02
		Pós	3,4	,76	,24		

3.3.2 Preditores do Declínio do Ajustamento Conjugal

Considerando a amostra de mulheres, foi executada uma série de Análises de Regressão Múltipla, método *Stepwise*. Como variáveis dependentes, foram adotadas as

Diferenças entre as Médias das Medidas Pré e Pós-Teste de Ajustamento Conjugal (DAS total e suas subescalas). Como variáveis independentes, foram incluídas Idade, Tempo de Relação, Tipo de Gravidez, Idade do Bebê, Sexo do Bebê, primeira medida da Escala Feminina do BSRI, primeira medida da Escala Masculina do BSRI e as primeiras medidas da EFN e suas escalas.

Para a variável dependente Satisfação Diádica foi ajustado um único modelo que explicou 8% da variância. A melhor variável preditora da subescala Satisfação da DAS foi a escala Desajustamento Psicossocial da EFN do pré-natal, numa correlação inversa, conforme pode ser observado na Tabela 23.

Tabela 23. Resumo da Análise de Regressão, Método *Stepwise* para a Variável Dependente Diferenças entre as Médias das Medidas Pré e Pós-Teste de Satisfação Diádica

Modelo	Preditores	R	R ²	Beta	t	p <
1	Desajustamento Psicossocial	0,28	0,08	- 0,28	- 2.276	0,02

Para a variável dependente Coesão Diádica foi ajustado um único modelo que explicou 8% da variância. A melhor variável preditora da subescala Satisfação da DAS foi a escala Depressão da EFN do pré-natal, numa correlação inversa, conforme pode ser observado na Tabela 24.

Tabela 24. Resumo da Análise de Regressão, Método *Stepwise*, para a Variável Dependente Diferenças entre as Médias das Medidas Pré e Pós-Teste de Coesão Diádica

Modelo	Preditores	R	R ²	Beta	t	p <
1	Depressão	0,28	0,08	- 0,28	- 2.284	0,02

Para a variável dependente Diferença das Médias Pré e Pós-Teste da DAS total e das subescalas Consenso Diádico e Expressão de Afeto não foi ajustado nenhum modelo explicativo da variância dentre os fatores incluídos na Análise de Regressão.

3.3.3 Os Papéis Sexuais e o Declínio do Ajustamento Conjugal

A distribuição de Papéis Sexuais para a amostra feminina ($n = 62$), considerando os escores da medida pré-natal, pode ser observada na Tabela 25. Importante lembrar que os homens não responderam ao BSRI.

Tabela 25. Distribuição de Papéis Sexuais

Papéis Sexuais	Frequência	%
Típico Feminino	12	19,4
Típico Masculino	12	19,4
Andrógino	18	29,0
Indiferenciado	20	32,3

O Teste t de Student comparou as médias pré e pós-natal de Ajustamento Conjugal (DAS e suas subescalas) para mulheres Típicas Femininas. Os resultados mostraram diferenças estatísticas significativas apenas para Satisfação Diádica [$t(31) = 2.462$, $p < 0,03$], ou seja, os níveis desta variável sofreram um declínio entre as medidas pré e pós-natal. Para a DAS total, Consenso Diádico, Coesão Diádica e Expressão de Afeto, não foram apuradas diferenças estatísticas significativas ($p < 0,05$).

O Teste t de Student comparou as médias pré e pós-natal de Ajustamento Conjugal (DAS total e suas subescalas) para mulheres Tipificadas Masculinas, Andróginas e Indiferenciadas. Os resultados não apuraram diferenças estatísticas significativas ($p < 0,05$) para nenhuma das variáveis. Desta forma, em todos os casos, os níveis medidos no pré-natal não diferiram dos níveis medidos no pós-natal.

Além disso, foi produzida uma nova variável denominada Diferença entre o Pré e Pós-Teste dos escores médios da DAS total e suas subescalas. Uma série de ANOVAs para o fator Papéis Sexuais e variáveis dependentes Diferenças entre o Pré e Pós-Teste de Ajustamento Conjugal (DAS total e suas subescalas) não apurou diferenças estatísticas significativas ($p < 0,05$) entre os escores médios dos grupos em nenhum dos casos.

A observação das frequências das medidas pré e pós-natal de Papéis Sexuais mostrou que apenas duas mulheres Tipificadas Masculinas, no pré-natal, mudaram para Indiferenciadas, no pós-natal. Nos outros tipos de Papéis Sexuais não houve nenhuma alteração.

3.3.4 Tipo de Gravidez e o Declínio do Ajustamento Conjugal

O Teste *t* de Student comparou as médias pré e pós-natal (Tabela 26) de Ajustamento Conjugal (DAS total e suas subescalas) para homens e mulheres que declararam Gravidez não Planejada/Acidental. Os resultados mostraram diferenças estatísticas significativas para as médias das variáveis DAS total e Satisfação Diádica, onde os níveis de Ajustamento Conjugal sofreram um declínio estatístico significativo entre as medidas pré e pós-natal.

Tabela 26. Médias, Desvios Padrão e Teste *t* de Student das Medidas Pré e Pós-Teste de Ajustamento Conjugal para Homens e Mulheres com Gravidez não Planejada (n = 34)

Pares	Subescalas	Medidas	Média	DP	Erro Padrão	<i>t</i>	p <
1	Consenso	Pré	3,7	,76	,13	1.734	ns
		Pós	3,4	,69	,12		
2	Satisfação	Pré	3,8	,49	,08	2.296	0,02
		Pós	3,5	,79	,13		
3	Coesão	Pré	3,6	,76	,13	1.788	ns
		Pós	3,3	,94	,16		
4	Expressão de Afeto	Pré	2,4	,51	,09	1.113	ns
		Pós	2,3	,70	,12		
5	DAS total	Pré	3,5	,51	,09	2,451	0,02
		Pós	3,3	,62	,11		

O Teste *t* de Student também comparou as médias pré e pós-natal de Ajustamento Conjugal (DAS total e suas subescalas) para homens e mulheres que declararam Gravidez Planejada (Tabela 27). Os resultados mostraram diferenças estatísticas significativas para as médias das variáveis DAS total, Satisfação Diádica e Expressão de Afeto, já que os níveis de Ajustamento Conjugal sofreram um declínio entre as medidas pré e pós-natal.

Tabela 27. Médias, Desvios Padrão e Teste *t* de Student das Medidas Pré e Pós-teste de Ajustamento Conjugal para Homens e Mulheres com Gravidez Planejada (n = 37)

Pares	Subescalas	Medidas	Média	DP	Erro Padrão	<i>t</i>	p <
1	Consenso	Pré	3,9	,80	,13	1.148	ns
		Pós	3,7	,91	,15		
2	Satisfação	Pré	4,0	,70	,12	2.512	0,01
		Pós	3,6	,94	,15		
3	Coesão	Pré	3,7	,86	,14	1.874	ns
		Pós	3,4	,98	,16		
4	Expressão de Afeto	Pré	2,6	,50	,08	2,942	0,01
		Pós	2,3	,63	,10		
5	DAS total	Pré	3,7	,65	,11	2.187	0,03
		Pós	3,5	,77	,13		

3.3.5 O Sexo do Bebê e o Declínio do Ajustamento Conjugal

O Teste *t* de Student comparou as médias pré e pós-natal de Ajustamento Conjugal (DAS total e suas subescalas) para homens e mulheres com bebê do sexo feminino. Os resultados mostraram diferenças estatísticas significativas para as médias das variáveis DAS total e Expressão de Afeto, ou seja, os níveis de Ajustamento Conjugal sofreram um declínio entre as medidas pré e pós-natal (Tabela 28). Para as subescalas Consenso, Satisfação e Coesão não foram apuradas diferenças significativas.

Tabela 28. Médias, Desvios Padrão e Teste *t* de Student das Medidas Pré e Pós-Teste de Ajustamento Conjugal para Mulheres com Bebê do Sexo Feminino (n = 31)

Pares	Subescalas	Medidas	Média	DP	Erro Padrão	<i>t</i>	p <
1	Consenso	Pré	3,8	,80	,14	1.844	ns
		Pós	3,5	,90	,16		
2	Satisfação	Pré	3,8	,62	,11	1,945	ns
		Pós	3,5	,99	,17		
3	Coesão	Pré	3,6	,76	,13	1,581	ns
		Pós	3,3	1,00	,18		
4	Expressão de Afeto	Pré	2,5	,55	,10	2.379	0,02
		Pós	2,2	,70	,12		
5	DAS total	Pré	3,6	,60	,10	2.363	0,02
		Pós	3,3	,78	,14		

O Teste t de Student comparou as médias pré e pós-natal de Ajustamento Conjugal (DAS total e suas subescalas) para mulheres com bebê do sexo masculino. Os resultados mostraram diferenças estatísticas significativas apenas para as médias de Satisfação Diádica, $t(30) = 2.187$, $p < 0,03$, quando os níveis desta variável sofreram um declínio estatístico significativo entre as medidas pré e pós-natal. Para as variáveis DAS total, Consenso Diádico, Coesão Diádica e Expressão de Afeto, não foram apuradas diferenças estatísticas significativas.

3.3.6 Ajustamento/Desajustamento Conjugal e o Declínio do Ajustamento Conjugal

A classificação da amostra em dois grupos, Ajustados e Desajustados, de acordo com o ponto de corte de Spanier (1976), considerando os escores totais da DAS no pré-teste, produziu os seguintes resultados: no grupo Desajustadas ficaram 11 mulheres e no grupo das Ajustadas ficaram 51 mulheres.

O Teste t de Student para amostras emparelhadas comparou as médias pré e pós-natal de Ajustamento Conjugal (DAS e suas subescalas) para mulheres Ajustadas e Desajustadas Conjugais (no pré-teste).

Para as Desajustadas, os resultados mostraram diferenças estatísticas significativas para as médias de:

- Consenso, $t(10) = 4.868$, $p < 0,01$;
- Expressão de Afeto, $t(10) = 2.776$, $p < 0,02$;
- E, DAS total, $t(10) = 3.346$, $p < 0,01$;

Ou seja, houve um crescimento significativo de Ajustamento Conjugal do pré para o pós-parto no grupo das Desajustadas. As subescalas Satisfação e Coesão permaneceram sem alterações significativas.

Por outro lado, para as Ajustadas houve declínio significativo em:

- Consenso, $t(50) = 3.301$, $p < 0,01$;
- Satisfação, $t(50) = 3.338$, $p < 0,01$;
- Coesão, $t(50) = 3.145$, $p < 0,01$;
- Expressão de Afeto, $t(50) = 3.230$, $p < 0,01$;
- DAS total, $t(50) = 4.227$, $p < 0,01$;

Em suma, o Ajustamento Conjugal total sofreu um decréscimo significativo do pré para o pós-parto.

3.3.7 O Declínio do Ajustamento Emocional

As mesmas séries de análises estatísticas, executadas antes com o Ajustamento Conjugal utilizando o Teste *t de Student* e a Análise de Variância, foram replicadas para a variável dependente Ajustamento Emocional (EFN e suas escalas). Os resultados, em todos os casos, não revelaram diferenças estatísticas significativas ($p < 0,05$).

3.4 DISCUSSÃO

Os resultados confirmaram as expectativas iniciais de que haveria declínio no Ajustamento Conjugal, para ambos os sexos, do pré para o pós-natal. Sem dúvida, este é o resultado mais encontrado nessa linha de pesquisa (Belsky & Kelly, 1994; Belsky e cols., 1983; Carter & McGoldrick, 2001; Cowan & Cowan, 1992; Cutrona & Suhr, 1991; Delmore-Ko & cols., 2000; Dessen & Braz, 2005b; Gjerdingen & Center, 2005; Goldberg e cols., 1985; Hackel & Ruble, 1992; Hatfield e cols., 1979; Idalgo & Menéndez, 2003; Levy-Shiff, 1994; Lewis, 1989; McGovern & Meyers, 2002; Michaels & Goldberg, 1988; Miller & Sollie, 1980; Nyström & Öhrling, 2003; Shapiro e cols., 2000; Tomlinson & Irwin, 1993; Waldron & Routh, 1981).

Assim como em vários trabalhos anteriores, no presente estudo foram encontradas diferenças sexuais no declínio do Ajustamento Conjugal durante a transição para a parentalidade. As comparações mostraram um declínio mais acentuado para os homens. O mais provável é que este resultado tenha sido provocado pelo viés dos dados da amostra masculina e, obviamente, não pode ser considerado como válido. Além disso, na literatura, o resultado mais freqüente aponta um decréscimo em Ajustamento Conjugal do pré para o pós-parto nos escores de ambos os sexos, porém, via de regra, mais acentuado para o sexo feminino. Os autores (Belsky & cols., 1983) consideram que as mulheres, em alguns aspectos, são mais sensíveis aos efeitos da chegada do bebê do que os homens, no mínimo, dado à carga maior colocada sobre as novas mães no ajuste de suas vidas ao nascimento do bebê.

Tomlinson e Irwin (1993), a partir de uma comparação das medidas repetidas da DAS entre os grupos Ajustados e Desajustados (classificados no pré-natal segundo o ponto de corte estabelecido por Spanier, 1976), mostraram diferentes padrões subgrupais. Os escores dos sujeitos do grupo Desajustado apresentaram um declínio estatístico significativo ao longo dos quatro anos, enquanto no grupo Ajustado os sujeitos não experimentaram declínio significativo ao longo do mesmo período, mas um crescimento suave não significativo aos quatro meses. Assim, embora as avaliações dos grupos no pré-natal não tenham sido diferentes, aos quatro meses do pós-parto já apresentavam diferenças significativas entre eles.

No presente estudo, considerando os escores da medida pré-natal da DAS total, os sujeitos foram classificados quanto ao Ajustamento/Desajustamento. Curiosamente,

diferente dos resultados de Tomlinson e Irwin (1993), nesta pesquisa não houve declínio (do pré para o pós-natal) em Ajustamento Conjugal para as mulheres inicialmente Desajustadas, ao contrário, foi verificado um crescimento estatístico significativo na DAS total e nas subescalas Consenso Diádico e Expressão de Afeto. Por outro lado, para os indivíduos inicialmente Ajustados houve declínio estatístico significativo na DAS total e em todas suas subescalas.

A análise descritiva dos escores da DAS total revelaram que sete (63,6%) das onze mulheres Desajustadas no pré-natal, embora tenham aumentado os níveis de Ajustamento, permaneceram Desajustadas, e quatro (36,4%) mudaram para a condição de Ajustadas, no pós-natal. Por outro lado, treze (26,5%) das quarenta e nove mulheres anteriormente Ajustadas, tornaram-se Desajustadas no pós-natal, enquanto 36 mulheres (73,5%), embora tenham diminuído seus níveis de Ajustamento Conjugal, permaneceram Ajustados.

Estes dados confirmam o declínio do Ajustamento Conjugal na transição para a parentalidade e, por outro lado, revelam que a chegada do primeiro bebê também pode promover melhoria no Ajustamento Conjugal. Curiosamente, a melhoria se deu para o grupo dos inicialmente Desajustados. Sem dúvida, as pessoas que estavam mais Desajustadas à conjugalidade têm mais espaço para avançar no Ajustamento do que aquelas que já estão *a priori* bem ajustadas. Não se pode esquecer que, pelo motivo da separação conjugal, alguns participantes foram perdidos do pré para o pós-teste. Nestes casos, é provável que o Desajuste tenha se agravado e o nascimento da criança tenha sido “a gota d’água” para o término da relação. Ainda se poderia cogitar de um período de “lua de mel” prolongado com o bebê, alimentado pelo grupo dos Desajustados. Nada garante que, passado esse período fantasioso, o Desajuste possa se agravar. Somente uma terceira ou quarta medida, num estudo longitudinal mais extenso, poderia acompanhar esta evolução.

Na busca dos fatores responsáveis pelo declínio em Ajustamento Conjugal encontrado nesta amostra feminina, a realização de diversas Análises de Regressão revelou as escalas Desajustamento Psicossocial e Depressão, ambas da EFN, como preditoras de Satisfação e Coesão Diádica, ambas da DAS, respectivamente. Contudo, a magnitude da variância explicada nos dois casos foi pequena. Para as subescalas Consenso Diádico, Expressão de Afeto e DAS total, as análises não conseguiram ajustar nenhum modelo explicativo.

Assim, as poucas evidências apuradas para explicar o declínio do Ajustamento Conjugal ficaram no âmbito das características individuais das participantes. Este resultado confirma a relação verificada no estudo anterior entre as escalas da EFN e o Ajustamento Conjugal. Para Bouchard e colegas (1999), as características de personalidade autorelatadas através da EFN foram preditoras significativas de Ajustamento Conjugal.

A relação entre os Papéis Sexuais e o declínio do Ajustamento Conjugal apresentou, apenas, algumas evidências tênues. Os escores de Ajustamento Conjugal das mulheres Típicas Femininas (e somente na subescala Satisfação Diádica) declinaram na transição para a parentalidade. Pode-se presumir que a divisão do trabalho doméstico, no pós-parto, tenha sido percebida como incongruente para este grupo de mulheres estereotipadas e influenciado em suas avaliações do Ajustamento Conjugal. Contudo, como a percepção da divisão do trabalho pós-natal das participantes não foi verificada nesta pesquisa, não se pode ir além das suposições.

Pesquisadores como Tomlinson e Irwin (1993) comentaram que as novas mães menos tradicionais parecem tratar melhor do relacionamento conjugal do que as mais tradicionais, de acordo com a distribuição dos escores obtidos na DAS. As mulheres que se autotransferiram como tradicionais antes da chegada do primeiro filho, tenderam a apresentar Ajustamento Conjugal, em geral, mais baixo do que aquelas com autopercepção menos tradicional. A explicação encontrada para esse resultado é que a atitude de papel sexual não tradicional durante a transição da conjugalidade para a parentalidade está associada com menos *distress* para as mulheres. Diferente da pesquisa atual, o instrumento usado para medir atitudes vinculadas aos Papéis Sexuais foi a *Role Congruence Scale*. As atitudes de Papéis Sexuais não tradicionais teriam uma função de *coping*. As mulheres não tradicionais, provavelmente, teriam um maior repertório de técnicas de *coping* e mais prontamente encontrariam uma nova complementaridade de papéis com seus parceiros após o nascimento de seus primeiros filhos.

No presente estudo, as mulheres não tradicionais (Andróginas, Típicas Masculinas e Indiferenciadas) não apresentaram declínio significativo no Ajustamento Conjugal. Talvez as mulheres Indiferenciadas pudessem apresentar um declínio amplo e acentuado, já que teoricamente teriam menos recursos de *coping* para o enfrentamento das mudanças provocadas pela parentalidade. O mesmo seria esperado das mulheres Típicas Masculinas que, de acordo com a teoria, teriam problemas para compatibilizar

seus autoconceitos com a maternidade. E as Andróginas? Bem, estas poderiam manter os bons níveis de Ajustamento Conjugal estáveis (aliás, foi o que aconteceu) ou, até, aumentá-los.

Porém, as evidências produzidas nos resultados parecem insuficientes para assegurar a efetividade da relação dos Papéis Sexuais com o declínio do Ajustamento Conjugal neste grupo de mulheres. Além disso, a Análise de Regressão não confirmou entre os preditores as medidas de Masculinidade e Feminilidade do BSRI.

O Ajustamento Conjugal, após o nascimento do primeiro bebê, está relacionado com tarefas tradicionalmente femininas, tais como lavar roupas ou trocar fraldas (mais específicas do contexto), e os itens do BSRI incluem características femininas mais gerais, tais como, dócil, amável, suave e meiga. Nesta perspectiva, uma explicação mais consistente para os resultados atuais é a de que o BSRI não seria adequado para medir a influência dos Papéis Sexuais sobre o Ajustamento Conjugal no contexto da transição para a parentalidade.

Não foi encontrado na revisão bibliográfica, exceto Waldron & Routh (1981), nenhum outro estudo utilizando o BSRI que tenha focado esta relação. Da mesma maneira, para estes autores não houve quaisquer correlações entre características de Papéis Sexuais, medidas pelo BSRI, e Ajustamento Conjugal para maridos e esposas durante a transição para a parentalidade. Os pesquisadores usaram as medidas de masculinidade e feminilidade, obtidas da escalas do BSRI, e não as transformaram em variáveis nominais, ou seja, não procederam a classificação dos sujeitos nos quatro tipos de Papéis Sexuais como foi feito no atual estudo. Apesar dos resultados que obtiveram, os autores consideraram que o BSRI não era adequado e que não poderiam afirmar que as relações investigadas não existissem na realidade. Por outro lado, diversas pesquisas têm encontrado relações entre Papéis Sexuais e Ajustamento Conjugal na transição para a parentalidade, porém, nesses estudos, foram utilizados outros instrumentos para medir Papéis Sexuais. Por exemplo, MacDermid e colegas (1990) encontraram que a congruência entre atitudes de Papéis Sexuais e a divisão de trabalho interno e externo, no pós-natal, parece ser a mais poderosa preditora da avaliação da relação conjugal. Belsky e colegas (1986) estudaram a relação entre a autodescrição da personalidade como desviante ou não de estereótipos sexuais e os sentimentos sobre o casamento de mulheres após tornarem-se mães pela primeira vez. McGovern e Meyers (2002) acharam correlações significativas entre atitudes relativas a Papéis Sexuais e Ajustamento Conjugal para os homens.

A literatura dessa linha de pesquisa tem apresentado como principal redutor do declínio do Ajustamento Conjugal das mulheres na transição para a parentalidade o envolvimento paterno no cuidado do bebê. Para Levy-Shiff (1994), a despeito das aparentes diferenças de gênero relacionadas às mudanças associadas com a chegada do primeiro filho, a mais consistente e preditora variável encontrada foi o envolvimento do novo pai com o bebê. Um nível mais elevado de envolvimento paternal, especialmente no cuidado com a criança, foi associado com menos declínio em Satisfação Conjugal. Na transição para a parentalidade, homens e mulheres precisam trabalhar de maneira a resolver dilemas internos e interpessoais, sendo o cuidado do bebê a questão central de reorganização. Para Idalgo e Menéndez (2003), o apoio emocional recebido do cônjuge, o envolvimento paterno nas tarefas de cuidado do bebê e a satisfação com a divisão das tarefas domésticas, parecem ser fatores que explicam muito do Ajustamento Conjugal.

Na investigação de Levy-Shiff (1994), a mais consistente e poderosa variável preditora de Ajustamento Conjugal foi o envolvimento paterno com o bebê. Assim, um grau mais elevado de envolvimento paterno pós-natal pode diminuir a frustração das expectativas das mulheres e os sentimentos de iniquidade, amenizando as tensões e depressões que podem refletir sobre o Ajustamento Conjugal. Hatfield e colegas (1979) chegaram à conclusão que não é apenas a quantidade da carga de trabalho dividido que é importante, mas, também, aspectos que as mulheres consideram investimentos importantes, como o compartilhamento de sentimentos e a proximidade. Desta forma, o envolvimento dos homens com as crianças pode ser percebido pelas mulheres como um ato de amor e carinho para com elas próprias e isso pode produzir um efeito positivo sobre o relacionamento conjugal.

Na presente pesquisa, não foram registradas informações diretas do envolvimento do pai no cuidado do bebê, no entanto, a variável Sexo do Bebê foi controlada. Diversos estudos (Cox & cols., 1999; Hudson, Elek & Fleck, 2001; Levy-Shiff, 1994; Lewis e cols., 1988; Morgan, Lye & Condran, 1988) têm apresentado resultados sugerindo que o Sexo do Bebê influencia os padrões de interação e o Ajustamento Conjugal durante a transição para a parentalidade. Em geral, estas pesquisas encontraram que, após o nascimento da criança, pais de bebês do sexo masculino apresentavam escores de satisfação parental significativamente mais elevados do que pais de bebês do sexo feminino.

Os resultados da investigação atual revelaram, para as participantes que tiveram uma criança do sexo feminino, um declínio estatístico significativo em Ajustamento

Conjugal, do pré para o pós-natal. O nascimento de uma criança do sexo feminino tem sido associado com declínio mais acentuado do Ajustamento Conjugal na transição para a parentalidade. Além disso, no estudo de Cox e colegas (1999), os pais de filhas não planejadas desenvolveram interações conjugais negativas durante o primeiro ano após o nascimento dos bebês. Por outro lado, pais de filhos planejados e não planejados ou pais de filhas planejadas não desenvolveram interações conjugais negativas.

Para os que tiveram um bebê do sexo masculino, não houve decréscimo estatístico significativo em Ajustamento Conjugal do pré para o pós-natal, exceto para a subescala Satisfação Diádica da DAS. Estes resultados sugerem que o Sexo do Bebê, no caso, masculino, pode ter amenizado o impacto negativo da transição para a parentalidade sobre o Ajustamento Conjugal. A parentalidade traz uma nova base para a estabilidade conjugal e esta base é especialmente forte se os homens estão ativamente envolvidos na paternidade. O envolvimento dos maridos tem sido mais comum quando os filhos são do sexo masculino. Os maridos esperam ser modelos para seus filhos do sexo masculino, então, envolvem-se mais ativamente criando normas para disciplinar e ensinar os meninos. Um exemplo típico disso é a expectativa dos pais para ensinar seus filhos a jogar e apreciar os esportes.

Estes resultados parecem expressar a reprodução da ideologia de gênero construída num sistema de relações sociais de poder desiguais entre os sexos masculinos e femininos. O bebê do sexo masculino é, nitidamente, mais valorizado que o feminino, com poder para amortecer os vigorosos efeitos da transição para a parentalidade sobre o relacionamento conjugal. Segundo Cabral e Diaz (1999), apesar dos inegáveis avanços sociais na direção da igualdade sexual, as pessoas do sexo feminino ainda têm menos *status*, continuam sendo menos remuneradas em quase todas as áreas de trabalho e têm menos acesso às posições de poder.

Tanto o grupo de sujeitos que declarou Gravidez Planejada quanto o grupo que declarou Gravidez não Planejada/Acidental experimentaram um decréscimo estatístico significativo em Ajustamento Conjugal do pré para o pós-natal, no presente estudo. Portanto, neste caso, parece que o Tipo de Gravidez, por si só, não influenciou o Ajustamento Conjugal dos participantes, o que talvez aconteça em interação com outra variável. Cox e colegas (1999) comentaram que os resultados sobre a relação do Tipo de Gravidez e o relacionamento conjugal têm sido variados, provavelmente porque o impacto desta variável não seja uniforme. O Tipo de Gravidez pode ter uma influência

importante somente quando outros fatores aumentarem o risco, por exemplo, quando um dos cônjuges é depressivo.

No estudo de Bouchard (2005), homens e mulheres que declararam Gravidez não Planejada apresentaram Apego menos seguro, mais ansioso-ambivalente e mais esquivo em comparação àqueles que declararam Gravidez Planejada. Porém, semelhante à investigação atual, a autora também não identificou diferenças em Ajustamento Conjugal, medido pela DAS, entre os grupos de Tipo de Gravidez.

Contudo, Cox e colegas (1999) encontraram que maridos e esposas com Gravidez não Planejada/Acidental apresentaram níveis menores de interação conjugal positiva, comparados a casais com Gravidez Planejada. O crescimento da insatisfação ao longo do tempo, associado com a Gravidez não Planejada/Acidental, foi leve, mas significativo.

Na pesquisa atual, o efeito da interação Tipo de Gravidez e Sexo do Bebê sobre o declínio do Ajustamento Conjugal não foi significativo. Além disso, não foi detectado nenhum indicativo de declínio em Ajustamento Emocional.

3.5 CONCLUSÃO

O objetivo central deste trabalho foi investigar as relações entre os Papéis Sexuais e as mudanças em Ajustamento Conjugal e Emocional, acarretadas pelo impacto da transição para a parentalidade. Neste contexto, o interesse era testar a tese de Bem (1981) sobre os Papéis Sexuais e seus desempenhos nos relacionamentos interpessoais, assim como a associação de suas características com a saúde mental.

A confirmação da teoria ficou carecendo de provas mais consistentes neste conjunto de dados. Nos resultados obtidos, a expectativa de que as mulheres Andróginas manteriam estáveis ou aumentariam os níveis de Ajustamento Conjugal e Emocional aparentemente foi atendida, mas a ausência da clássica diferença entre Andróginos e Indiferenciados traz dúvidas sobre a efetividade das relações investigadas. Também não surgiram nos dados evidências que apoiem as prescrições teóricas para as mulheres Típicas Masculinas e Indiferenciadas, pois ambas se mantiveram estáveis. Além do que, o declínio verificado para as mulheres Típicas Femininas, ainda que apoiado por descobertas anteriores, foi muito discreto, envolvendo tão somente a subescala Satisfação Diádica da DAS. Este resultado isolado pode ser devido a vários fatores. Como estes não foram controlados, pouco se pode dizer das causas desse efeito. É claro, algumas explicações foram trazidas à tona na discussão e não deixaram de ter importância, mas, no entanto, ficaram no âmbito das conjecturas. Além disso, outras análises comparativas realizadas não revelaram nenhuma diferença significativa entre os Papéis Sexuais em Ajustamento Conjugal e Emocional.

Destarte pesquisas anteriores terem mostrado a grande influência da divisão do trabalho dentro e fora de casa sobre o Ajustamento Conjugal, apontando este fator como um dos maiores responsáveis pelo declínio na relação, parece consistente a idéia de que essa divisão de trabalho, problema central da parentalidade, está permeada pela orientação dos Papéis Sexuais dos parceiros conjugais. Também é fato que, em outros momentos do relacionamento íntimo, o BSRI tem se mostrado adequado para promover as discriminações teóricas esperadas, o que já aconteceu em pesquisa recente de Hernandez e Hutz (2005c). Por que, então, não produziu o mesmo efeito aqui? A hipótese levantada de que o BSRI não se mostrou um instrumento adequado para o contexto da transição para a parentalidade parece interessante e promissora. Sugere-se que um instrumento especificamente direcionado para medir Papéis Sexuais, dentro do

contexto da transição para a parentalidade, seja construído no futuro. E, posteriormente, novas investidas na transição para a parentalidade poderiam ser realizadas.

Sugere-se, inclusive, que futuras pesquisas, se possível, trabalhem com a unidade casal ao invés de indivíduo e, desta forma, busquem lidar com a combinação de Papéis Sexuais na composição de diversos tipos de pares para, então, observá-los através da transição para a parentalidade e relacioná-los com o Ajustamento Conjugal e Emocional. Mais ainda, que, além da autopercepção, seja adicionada à coleta de dados a heteropercepção de Papéis Sexuais de cada parceiro.

Os resultados das pesquisas na linha das abordadas neste estudo (Belsky e cols., 1983; Hackel & Ruble, 1992; Miller & Sollie, 1980; Shapiro e cols., 2000; Tomlinson & Irwin, 1993; Waldron & Routh, 1981) geralmente têm encontrado o declínio do Ajustamento Conjugal na transição para a parentalidade, o que foi confirmado por este trabalho. Porém, as variáveis coletadas não foram suficientes para indicar relações explicativas acerca do decréscimo do Ajustamento Conjugal. Futuras pesquisas deveriam recolher dados sobre o trabalho externo e interno (incluindo o cuidado com o bebê) dos casais na transição para a parentalidade. Desta forma, poderia ser explorar mais a variável Sexo do Bebê em suas interações com os Papéis Sexuais e a divisão do trabalho dentro e fora de casa.

CAPÍTULO IV

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo apresentou algumas fragilidades que afetaram, em parte, sua validade interna. Porém, aprendeu-se a lição de que recrutar uma amostra com as características requeridas para esta investigação não é uma tarefa fácil, fato observado inclusive em países considerados de primeiro mundo (com consideráveis aportes financeiros investidos nas pesquisas). Há inúmeros relatos na literatura internacional que registram estas dificuldades. Assim, a amostra atual acabou sendo menor do que seria o ideal, pois não se pode contar com uma participação mais efetiva dos homens, excessivamente reduzida e, além disso, enviesada. Com relação à amostra feminina, a experiência foi mais exitosa, primeira e segunda medidas, conferindo boa validade interna aos dados obtidos na pesquisa.

É evidente que os resultados revelados mostram apenas as tendências que os indivíduos deste grupo examinado experimentaram na transição para a parentalidade e, portanto, não podem ser ampliados para a população em geral. Além disso, com todos os problemas, a amostra não probabilística, destarte não confira validade externa ao estudo, trouxe informações interessantes da realidade de um grupo de mulheres da população brasileira. Este é um dado, sem dúvida, importante no campo da pesquisa psicológica, aonde ainda predomina a utilização conveniente das amostras universitárias.

O resultado mais claro deste trabalho foi o clássico declínio no Ajustamento Conjugal para ambos os sexos, confirmando o efeito poderoso da transição para a parentalidade. Para este grupo de homens e mulheres brasileiros, clientes do Serviço Único de Saúde, a inserção do primeiro bebê na família trouxe considerável turbulência nas relações e acarretou profundas transformações e mudanças para os novos pais. Papéis precisaram ser aprendidos, novos relacionamentos desenvolvidos e os já existentes, reordenados.

Embora a variável independente Papéis Sexuais fosse o primeiro interesse desta pesquisa, houve pouca evidência da influência deste fator sobre as variáveis dependentes Ajustamento Conjugal e Emocional. Ainda que neste estudo não tenham sido apuradas diferenças significativas no declínio do Ajustamento Conjugal e

Emocional entre os Papéis Sexuais no enfrentamento da transição para a parentalidade, conforme o esperado, persiste a idéia de que estes possam ter uma influência importante na transição para parentalidade. Possivelmente com uma amostra maior e, principalmente, com um instrumento de medição de Papéis Sexuais mais adequado ao contexto, estas influências possam vir a ser detectadas. De qualquer forma, fica a sugestão ao psicólogo clínico para valorizar os Papéis Sexuais como um aspecto significativo na conceitualização do ajustamento de casais.

Há um interesse clínico nesta pesquisa, principalmente no que se refere aos programas de prevenção, preparatórios de casais grávidos para a parentalidade. Apesar destes cursos já existirem em considerável número em clínicas e hospitais brasileiros, sente-se, contudo, a ausência de temas como relacionamento conjugal e papéis parentais e sexuais nos programas dos mesmos. Em geral, estes concentram-se nos aspectos físicos da gravidez e do parto e nos cuidados posteriores com o bebê. Raramente incluem os homens para refletirem o relacionamento conjugal face à entrada de um novo membro na família. Tudo isso pode ser constatado no acompanhamento de alguns encontros de grupos de gestantes, durante a coleta dos dados desta pesquisa.

Por outro lado, o viés antes mencionado, como tudo, na realidade, dialeticamente revelou a complexidade da evolução do Ajustamento Conjugal durante a gravidez, ou seja, um problema de pesquisa para ser respondido em novas investidas. Além disso, ficou evidenciado, na revisão teórica, que o estudo da gravidez carece de maior atenção dos pesquisadores.

Para finalizar, na mesma perspectiva do pensamento de Scavone (2001) e Brasileiro e colegas (2002), observou-se, em relação à família e à experiência da parentalidade, que se vive um período de transição para a consolidação de um novo modelo de maternidade e paternidade, o qual parece ter como ideal a busca pela equidade na responsabilidade parental, mas cuja efetivação ainda está distante de ser alcançada em todas as suas dimensões, pois pressupõe a relação igualitária entre os sexos. Para a obtenção desta equidade, muitos elementos estão em jogo. Entre eles, identifica-se a emergência de uma nova sensibilidade social, que se efetive em programas sociais objetivos, reformadores do mundo do trabalho, e que possa derrubar a ideologia do determinismo biológico.

REFERÊNCIAS

- Ahlborg, T., Dahlöf, L-G. & Hallberg, L. R-M. (2005). Quality of the intimate and sexual relationship in first-time parents six months after delivery. *The Journal of Sex Research*, 42, 167-174.
- Ahlborg, T.& Strandmark, M. (2001). The baby was the focus of attention – first-time parent’s experiences of their intimate relationship. *Scandinavian Journal Caring Sciences*, 15, 318-325.
- Ahlborg, T., Persson, L-O. & Hallberg, L. R-M. (2005). Assessing the quality of the dyadic relationship in first-time parents: Development of a new instrument. *Journal of Family Nursing*, 11, 19-37.
- Ahmad, G. & Najam, N. (2001). *Marital adjustment of first time parents and their health* (On-line). 13th International Psychiatry Conference of Pakistan Psychiatric Society. Acessado em 30/08/2005. Disponível: <http://www.telmedpak.com/psychiatry/abstracts/Gulzar%20Ahmad.htm>
- Amato, P. R., Johnson, D. R., Booth, A. & Rogers, S. J. (2003). Continuity and change in marital quality between 1980 and 2000. *Journal of Marriage & Family*, 65, 1-22.
- Antill, J. K. (1983). Sex role complementarity versus similarity in married couples. *Journal of Personality and Social Psychology*, 45, 145-155.
- Antonucci, T. C. & Mikus, K. (1988). The power of parenthood: Personality and attitudinal changes during the transition to parenthood. In G. Michaels & W. A. Goldberg (Eds.), *The transition to parenthood: current theory and research* (pp. 62-84). Cambridge, England: Cambridge University Press.
- Aronson, K. M. R. & Buchholz, E. S. (2001). The post-feminist era: Still striving for equality in relationships. *The American Journal of Family Therapy*, 29, 109-124.
- Barberá, E. (1998). *Psicología del Género*. Barcelona: Ariel.
- Bassoff, E. S. (1984). Relationships of sex-role characteristics and psychological adjustment in new mothers. *Journal of Marriage and the Family*, 46, 449-454.
- Bassoff, E. S. & Glass, G.V. (1982). The relationship between sex roles and mental health: a meta-analysis of twenty-six studies. *The Counseling Psychologist*, 10, 105-112.
- Baucom, D. H. & Aiken, P. A. (1984). Sex role identity, marital satisfaction, and response to behavioral marital therapy. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 52, 155-162.

- Belsky, J. (1985). Experimenting with the family in the newborn period. *Child Development, 56*, 407-414.
- Belsky, J. & Isabella, R. A. (1985). Marital and parent-child relationships in family of origin and marital change following the birth of a baby: A retrospective analysis. *Child Development, 56*, 342-349.
- Belsky, J. & Kelly, J. (1994). *The transition to parenthood : How a first child changes a marriage : Why some couples grow closer and others apart*. New York: Delacorte Press.
- Belsky, J., Lang, M. & Huston, T. L. (1986). Sex typing and division of labor as determinants of marital change across the transition to parenthood. *Journal of Personality and Social Psychology, 50*, 517-522.
- Belsky, J., Lang, M. E. & Rovine, M. (1985). Stability and change in marriage across the transition to parenthood: A second study. *Journal of Marriage and the Family, 47*, 865-885.
- Belsky, J. & Rovine, M. (1990). Patterns of marital change across the transition to parenthood: Pregnancy to three years postpartum. *Journal of Marriage and the Family, 52*, 5-19.
- Belsky, J., Spanier, G. B. & Rovine, M. (1983). Stability and change in marriage across the transition to parenthood. *Journal of Marriage and the Family, 45*, 567-577.
- Belsky, J. & Pensky, E. (1988). Marital change across transition to parenthood. In R. Palkovitz & M. B. Sussman (Eds.), *Transitions to parenthood* (pp.133-156). New York: The Haworth Press.
- Belsky, J., Ward, M. & Rovine, M.(1986). Prenatal expectations, postnatal experiences and the transition to parenthood. In R. Ashmore & D. Brodzinsky (Eds.), *Thinking about the family* (pp. 139-145). Hillsdale: Erlbaum.
- Bem, S. L. (1974). The measurement of psychological androgyny. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 42*, 155-162.
- Bem, S. L. (1975). Sex role adaptability: One consequence of psychological androgyny. *Journal of Personality and Social Psychology, 31*, 634-643.
- Bem, S. L. (1977). On the utility of alternative procedures for assessing psychological androgyny. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 45*, 196-205.
- Bem, S. L. (1981). Gender Schema Theory: a cognitive account of sex typing. *Psychological Review, 88*, 354-364.

- Bem, S. L., Martyna, W. & Watson, C. (1976). Further explorations of the expressive domain. *Journal of Personality and Social Psychology*, 34, 1016-1023.
- Berthiaume, M., David, H., Saucier, J. F. & Borgeat, F. (1996). Correlates of gender role orientation during pregnancy and the postpartum. *Sex Roles: A Journal of Research*, 35, 781-800.
- Biaggio, A. M. B. (1989). *Psicologia do Desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes.
- Bost, K. K., Cox, M. J., Burchinal, M. R. & Payne, C. (2002). Structural and supportive changes in couples' family and friendship networks across the transition to parenthood. *Journal of Marriage and Family*, 64, 517-532.
- Bouchard, G., Lussier, Y. & Sabourin, S. (1999). Personality and marital adjustment: Utility of the Five-Factor Model of Personality. *Journal of Marriage and Family*, 61, 651-660.
- Bouchard, G. (2005). Adult couples facing a planned or an unplanned pregnancy. *Journal of Family Issues*, 26, 619-637.
- Bowen, G. L. (1989). Sex-role congruency and marital quality revisited. *Journal of Social Behavior and Personality*, 4, 61-72.
- Brasileiro, R. de F., Jablonski, B. & Féres-Carneiro, T. (2002). Papéis de gênero, transição para a paternidade e a questão da tradicionalização. *Psico*, 33(2), 289-310.
- Bridges, W. (1999). *Transitions: Making sense of life's changes*. New York: Perseus.
- Brotherson, S. (2004). *Preparing for parenthood* (On-line). NDSU Extension Service. North Dakota State University. Acessado em 30/05/2005. Disponível: <http://www.ext.nodak.edu/extpubs/yf/famsci/fs601w.htm>
- Bussey, K. & Bandura, A. (1984). Influence of gender constancy and social power on sex-linked modeling. *Journal of Personality and Social Psychology*, 47, 1292-1302.
- Cabral, F. & Diaz, M. (1999). Relações de Gênero. *Cadernos Afetividade e Sexualidade na Educação* (On-line). Secretária de Educação de Belo Horizonte. Acessado em 15/10/2005. Disponível: http://www.reprolatina.net/website_portugues/html/ref_bibliog/pdf/sexo_genero.pdf
- Cappuccini, G. & Cochrane, R. (2000). Life with the first baby: Women's satisfaction with the division of roles. *Journal of Reproductive and Infant Psychology*, 18, 189-202.
- Carter, E. & McGoldrick, M. (2001). *As mudanças no ciclo de vida familiar*. Porto Alegre: ArtMed.

- Cast, A. D. (2004). Well-being and the transition to parenthood: An identity theory approach. *Sociological Perspectives*, 47, 55-79.
- Cheng, C. (2005). Processes underlying gender-role flexibility do androgynous individuals know more or know how to cope? *Journal of Personality*, 73, 645-673.
- Chodorow, N. (1990). *Psicanálise da maternidade*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Clements, M. L., Cordova, A. D., Markman, H. J. & Laurenceau, J. P. (1997). The erosion of marital satisfaction over time and how to prevent it. In R. J. Sternberg & M. Hojjat (Eds.), *Satisfaction in close relationships* (pp. 335-355). New York: Guilford Press.
- Coltrane, S. (1990). Birth timing and the division of labor in dual-earner families: Exploratory findings and suggestions for future research. *Journal of Family Issues*, 11(2), 157-181.
- Condon, J. T., Boyce, P. & Corkindale, C. J. (2004). The first-time fathers study: A prospective study of the mental health and wellbeing of men during the transition to parenthood. *Australian and New Zealand Journal of Psychiatry*, 38, 56-64.
- Constantinople, A. (1973). Masculinity-femininity: An exception to a famous dictum? *Psychological Bulletin*, 80, 389-407.
- Cook, E. P. (1987). Psychological androgyny: A review of the research. *The Counseling Psychologist*, 15, 471-513.
- Cook, J. L. (2003). The transition to parenthood: predictors of father involvement and marital satisfaction for first-time parents (On-line). *Tese de Doutorado*. Utah State University. Acessado em 14/03/2005. Disponível: <http://wwwlib.umi.com/dissertations/fullcit/3077202>
- Cook, J. L., Jones, R. M., Dick, A. J. & Singh, A. (2005). Revisiting men's role in father involvement the importance of personal expectations. *Fathering*, 3, 165-178.
- Cowan, P. C. & Cowan, P. A. (1988). Who does what when partners become parents: Implications for men, women and marriage. In R. Palkovitz & M. B. Sussman (Eds.), *Transitions to parenthood* (pp.105-1131). New York: The Haworth Press.
- Cowan, C. P. & Cowan, P. A. (1992). *When partners become parents: The big life change for couples*. New York: Harper Collins.
- Cowan, C. P. & Cowan, P. A. (1995). Interventions to ease the transition to parenthood: Why they are needed and what they can do. *Family Relations*, 44, Issue 4, 412-424.

- Cowan, C. P., Cowan, P. A., Heming, G., Garret, E., Coysh, W. S., Curtis-Boles, H. & Boles, A. J. (1985). Transitions to parenthood: His, hers, theirs. *Journal of Family Issues*, 6, 451-481.
- Cox, M. J., Paley, B., Burchinal, M. & Payne, C.C. (1999). Marital perceptions and interactions across the transition to parenthood. *Journal of Marriage and the Family*, 61, 611-625.
- Crohan, S. E. (1996). Marital quality and conflict across the transition to parenthood in African American and white couples. *Journal of Marriage and the Family*, 58, 933-944.
- Curran, M., Hazen, N., Jacobvitz, D. & Feldman, A. (2005). Representations of early family relationships predict marital maintenance during the transition to parenthood. *Journal of Family Psychology*, 19, 189-197.
- Cutrona, C. E. & Suhr, J. A. (1991). The transition to parenthood and the importance of social support. In S. Fisher & C. L. Cooper (Eds.), *On the move: The psychology of change and transition* (pp.134-156). John Wiley & Sons Ltd.
- Davidoff, L. L. (2001). *Introdução à Psicologia*. São Paulo: Makron Books.
- Davidson, B. & Sollie, D. L. (1987). Sex role orientation and marital adjustment. *Social Behavior and Personality*, 15, 59-69.
- De Judicibus, M. A. & McCabe, M. P. (2002). Psychological factors and the sexuality of pregnant and postpartum women. *The Journal of Sex Research*, 39, 94-103.
- Deater-Deckard, K., Pickering, K., Dunn, J. & Golding, J. (1998). Family structure and depressive symptoms in men preceding and following the birth of a child. *American Journal of Psychiatry*, 155, 818-823.
- Delmore-Ko, P., Pancer, S. M., Hunsberger, B. & Pratt, M. (2000). Becoming a parent: The relation between prenatal expectations and postnatal experience. *Journal of Family Psychology*, 14, 625-640.
- Dessen, M. A. & Braz, M. P. (2005a). A família e suas inter-relações com o desenvolvimento humano. In M. A. Dessen & A. L. Costa Jr. (Orgs.), *A Ciência do Desenvolvimento Humano* (pp. 113-131). Porto Alegre: ArtMed.
- Dessen, M. A. & Braz, M. P. (2005b). As relações maritais e sua influência nas relações parentais: implicações para o desenvolvimento da criança. In M. A. Dessen & A. L. Costa Jr. (Orgs.), *A Ciência do Desenvolvimento Humano* (pp. 132-151). Porto Alegre: ArtMed.

- Deutsch, C. J. & Gilbert, L. A. (1976). Sex role stereotypes: effect on perceptions of self and others on personal adjustment. *Journal of Counseling Psychology, 23*, 373-379.
- Dickie, J. R. (1987). Interrelationships within the mother-father-infant triad. In P. W. Berman & F. A. Pedersen (Eds.), *Men's transitions to parenthood: Longitudinal studies of early family experiences* (pp. 113-144). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Dimitrovsky, L., Levy-Shiff, R. & Perl, G. (2000). Effect of gender-role orientation of primiparous mothers on their cognitive appraisals, coping strategies, and mood postpartum. *Sex Roles, 43*, 593-604.
- Dulede, D., Bélanger, C., Wright, J. & Sabourin, S. (2002). High-risk pregnancies, psychological distress, and dyadic adjustment. *Journal of Reproductive and Infant Psychology, 20*, 101-123.
- Durkin, S., Morse, C. & Buist, A. (2001). The factor structure of prenatal psychological and psychosocial functioning in first-time expectant parents. *Journal of Reproductive and Infant Psychology, 19*, 121-134.
- Ebaugh, H. R. F. (1988). *Becoming an ex: The process of role exit*. Chicago: University of Chicago Press.
- Elek, S. M., Hudson, D.B. & Bouffard, C. (2003). Marital and parenting satisfaction and infant care self-efficacy during the transition to parenthood: The effect of infant sex. *Issues in Comprehensive Pediatric Nursing, 26*, 45-57.
- Fast, I. (1993). Aspects of early gender development: A psychodynamic perspective. In A. E. Beall & R. J. Sternberg (Eds.), *The Psychology of Gender* (pp. 173-193). New York: Guilford Press.
- Fedele, N. M., Golding, E. R., Grossman, F. K. & Pollack, W. S. (1988). Psychological issues in adjustment to first parenthood. In G. Y. Michaels & W. A. Goldberg (Eds.), *The transition to parenthood: Current theory and research* (pp. 85-103). New York: Cambridge.
- Feeney, J. A., Hohaus, L., Noller, P. & Alexander, R. P. (2001). *Becoming parents*. Cambridge University Press.
- Fein, R. A. (1976). Men's entrance to parenthood. *Family Coordinator, 25*, Issue 4, p. 341-348.
- Fleming, Alison S., Ruble, Diane N., Flett, Gordon L. & Van Wagner, Vicki (1990). Adjustment in first-time mothers: Changes in mood and mood content during the early postpartum months. *Developmental Psychology, 26*(1), 137-143.

- Florsheim, P., Sumida, E., McCann, C., Winstanley, M., Fukui, R., Seefeldt, T. & Moore, D. (2003). Adjustment to parenthood among young African American and Latino couples: Relational predictors of risk for parental dysfunction. *Journal of Family Psychology, 17*, 65-79.
- Futris, T. G. & McFadyen, J. M. (2002). Couples education: A dialogue between researchers and educators. In F. Adler-Baeder & T. G. Futris (Co-chairs), *Couples education: critical aspects in the bridge between research and practice*. Symposium conducted at the annual meeting of the National Council on Family Relations, Houston, TX.
- Gable, S., Belsky, J. & Crnic, K. (1992). Marriage, parenting, and child development: progress and prospects. *Journal of Family Psychology, 5*, 276-294.
- Gjerdingen, D. K. & Center, B. A. (2005). First-time parents' postpartum changes in employment, childcare, and housework responsibilities. *Social Science Research, 34*, 103-127.
- Gerrig, R. J. & Zimbardo, P. G. (2005). *A Psicologia e a vida*. Porto Alegre: ArtMed.
- Gilbert, L. A. (1985). Measures of psychological masculinity and femininity: A comment on Gaddy, Glass, and Arnkoff. *Journal of Counseling Psychology, 32*, 163-166.
- Gilbert, P. (1990). Changes: Rank, status and mood. In S. Fisher & C. L. Cooper (Eds.), *On the move: The psychology of change and transition* (pp.89-112). New York: Wiley & Sons.
- Goldberg, W. A., Michaels, G. Y. & Lamb, M. E. (1985). Husbands' and wives' adjustment to pregnancy and first parenthood. *Journal of Family Issues, 6*, (4), 483-503.
- Goldberg, A. E. & Perry-Jenkins, M. (2004). Division of labor and working-class women's well-being across the transition to parenthood. *Journal of Family Psychology, 18*, 225-237.
- Goudreau, J. & Duhamel, F. (2003). Interventions in perinatal family care: A participatory study. *Families, Systems & Health, 21*, 165-180.
- Greenstein, T. N. (1996). Gender ideology and perceptions of the fairness of the division of household labor: Effects on marital quality. *Social Forces, 74*, 1029-1042.

- Grote, N. K. & Clark, M. S. (2001). Perceiving unfairness in the family: Cause or consequence of marital distress? *Journal of Personality & Social Psychology*, 80(2), 281-293.
- Grussu, P., Quatraro, R. M. & Nasta, M. T. (2005). Profile of mood states and parental attitudes in motherhood: Comparing women with planned and unplanned pregnancies. *Birth: Issues in Perinatal Care*, 32, 107-115.
- Guttmann, J. (2004). Criteria for marital satisfaction: Does having a child make a difference? *Journal of Reproductive & Infant Psychology*, 22, 147-157.
- Hackel, L. S. & Ruble, D. N. (1992). Changes in the marital relationship after the first baby is born: Predicting the impact of expectancy disconfirmation. *Journal of Personality and Social Psychology*, 62(6), 944-957.
- Halford, W. K., Markman, H. J., Kline, G. H. & Stanley, S. M. (2003). Best practice in couple relationship education. *Journal of Marital and Family Therapy*, 29, 385-406.
- Harris, T. L. & Schwab, R. (1990). Sex-role orientation and personal adjustment. *Journal of Social Behavior and Personality*, 5, 473-479.
- Hatfield, E., Utne, M. K. & Traupmann, J. (1979). Equity theory and intimate relationships. In R. L. Burgess & T. L. Huston (Eds.), *Social exchange in developing relationships* (pp. 76-98). New York: Academic Press.
- Hendrick, S. S. & Hendrick, C. (1997). Love and satisfaction. In R. J. Sternberg & M. Hojjat (Eds.), *Satisfaction in close relationships* (pp. 56-78). New York: Guilford Press.
- Henshaw, S. K. (1998). Unintended pregnancy in the United States. *Family Planning Perspectives*, 30, 24-29.
- Hernandez, J. A. E. & Hutz, C. S. (2005a). Papéis Sexuais e Ajustamento Diádico de indivíduos em relação amorosa heterossexual. *Submetido à publicação*.
- Hernandez, J. A. E. & Hutz, C. S. (2005b). Revisitando o Bem Sex-Role Inventory. *Submetido à publicação*.
- Hernandez, J. A. E. & Hutz, C. S. (2005c). Avaliação estrutural da Dyadic Adjustment Scale. *Submetido à publicação*.
- Hock, E., Schirtzinger, M. B., Lutz, M. B. & Widaman, K. (1995). Maternal depressive symptomatology over the transition to parenthood: Assessing the influence of marital satisfaction and marital sex role traditionalism. *Journal of Family Psychology*, 9(1), 79-88.

- Hoffman, R. M. & Pasley, K. (1998). Thinking about the sexes: The relation between cognitions and gender stereotypes. *American Journal of Family Therapy*, 26, Issue 3, 189-203.
- Holmes, T. H. & Rahe, R. H. (1967). The social readjustment rating scale. *Journal of Psychosomatic Research*, 11, 213-218.
- House, E. A. (1986). Sex role orientation and marital satisfaction in dual- and one-provider couples. *Sex Roles*, 14, 245-259.
- Hudson, D. B., Elek, S. & Fleck, M. (2001). First-time mothers' and fathers' transition to parenthood: Infant care self-efficacy, parenting satisfaction, and infant sex. *Issues in Comprehensive Pediatric Nursing*, 26, 5-6.
- Huffman, K., Vernoy, M. & Vernoy, J. (2003). *Psicologia*. São Paulo: Atlas.
- Hutz, C. & Koller, S. (1992). A mensuração do gênero: Uma readaptação do BSRI. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 5, 15-21.
- Hutz, C. S. & Nunes, C. H. S. S. (2001). *Escala Fatorial de Ajustamento Emocional/Neuroticismo*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Ickes, W. (1993). Traditional gender roles: Do they make, and then break, our relationships? *Journal of Social Issues*, 49, 71-85.
- Idalgo, M. V. & Menéndez, S. (2003). La pareja ante la llegada de los hijos e hijas. Evolución de la relación conyugal durante el proceso de convertirse en padre y madre. *Infancia y Aprendizaje*, 26, 469-483.
- Isaac, R. & Shah, A. (2004). Sex roles and marital adjustment in Indian couples. *International Journal of Social Psychiatry*, 50, 129-141.
- Jordan, W. J. (1996). *Role Transitions: A review of the Literature* (On-line). Acessado em 15/03/2005. Disponível: [HTTP://www.ncoff.gse.upenn.edu](http://www.ncoff.gse.upenn.edu)
- Juni, S. & Grimm, D. W. (1993). Marital satisfaction and sex-roles in a New York metropolitan sample. *Psychological Reports*, 73, 307-314.
- Juni, S. & Grimm, D. W. (1994). Marital satisfaction as a function of dyadic gender-role constellations. *The American Journal of Family Therapy*, 22, 106-112.
- Kalicki, B., Fthenakis, W. E., Peitz, G. & Engfer, A. (1998). Gender-roles at the transition to parenthood. (On-line). *Poster*. XVth Biennial ISSBD Meetings Berne. Acessado em 07/07/2005. Disponível: http://www.ifp-bayern.de/cms/Onlinetexte_Issdb98.pdf
- Kalicki, B., Fthenakis, W. E. & Peitz, G. (1999). The emergence of traditional gender-roles at the transition to parenthood. (On-line). *Poster*. 1999 SRCD Biennial

- Meetings, Albuquerque, NM. Acessado em 07/07/2005. Disponível: <http://www.kreidekreis.mwn.de/Dokumente/srcd99h.pdf>
- Kaufman, G. & Uhlenberg, P. (2000). The influence of parenthood on the work effort of married men and women. *Social Forces*, 78, 931-947.
- Kitamura, T., Aoki, M., Fujino, M., Ura, C., Watanabe, M., Watanabe, K. & Fujihara, S. (1998). Sex differences in marital and social adjustment. *Journal of Social Psychology*, 138, 26-33.
- Knauth, D. G. (2000). Predictors of parental sense of competence for the couple during the transition to parenthood. *Research in Nursing & Health*, 23, 496-509.
- Knauth, D. G. (2001). Marital change during the transition to parenthood. *Pediatric Nursing*, 27, 169-184.
- Kohlberg, L. (1972). Análisis de los conceptos y actitudes infantiles relativos al papel sexual desde el punto de vista del desarrollo cognitivo. In E. E. Maccoby (Ed.), *Desarrollo de las diferencias sexuales* (pp.61-147). Madrid: Ediciones Marova.
- Kluwer, E. S., Heesink, J. A. M. & Van de Vliert, E. (2002). The division of labor across the transition to parenthood: A justice perspective. *Journal of Marriage & Family*, 64, 930-944.
- Koller, S., Hutz, C., Vargas, S. & Conti, L. (1990). Mensuração de gênero: Reavaliação do BSRI. *Ciência e Cultura*, 42, 517-518.
- Kübler-Ross, E. (1969). *On death and dying*. New York: Macmillan.
- Kurdek, L. A. (1993). Nature and prediction of changes in marital quality for first-time parent and nonparent husbands and wives. *Journal of Family Psychology*, 6(3), 255-265.
- Kurdek, L. A. & Schmitt, J. (1986). Interaction of sex-role self-concept with relationship quality and relationship beliefs in married, heterosexual, cohabiting, gay, and lesbian couples. *Journal of Personality and Social Psychology*, 51, 365-370.
- Lang, S. (2000). *CU marriage study: Dual-earner couples tend to reproduce traditional roles* (On-line). Acessado em 30/08/2003. Disponível: <http://www.news.cornell.edu/Chronicle/00/11.9.00/dual-earners.html>
- Langis, J., Sabourin, S., Lussier, Y. & Mathieu, M. (1994). Masculinity, femininity, and marital satisfaction: An examination of theoretical models. *Journal of Personality*, 63, 393-414.
- Lazarus, R. S. & Folkman, S. (1984). *Stress, appraisal, and coping*. New York: Springer Publishing Company.

- Lamke, L. (1989). Marital adjustment among rural couples: The role of expressiveness. *Sex Roles, 21*, 579-590.
- Lamke, L. K., Sollie, D. L., Durbin, R. G. & Fitzpatrick, J. A. (1994). Masculinity, femininity and relationship satisfaction: the mediating role of interpersonal competence. *Journal of Social and Personal Relationships, 11*, 535-554.
- Lenney, E. (1991). Sex Roles: The measurement of masculinity, femininity, and androgyny. In J. P. Robinson, P. R. Shaver & L. S. Wrightman (Eds.), *Measures of Personality and Social Psychological Attitudes* (pp. 573-660). San Diego: Academic Press.
- Leifer, M. (1980). *Psychological effects of motherhood: A study of first pregnancy*. New York: Praeger.
- Le Masters, E. E. (1957). Parenthood as crisis. *Marriage and Family Living, 19*, 352-355.
- Leventhal-Belfer, L., Cowan, P. A. & Cowan, C. P. (1992). Satisfaction with child-care arrangements: Effects on adaptation to parenthood. *American Journal of Orthopsychiatry, 62*(2):165-77.
- Levy-Shiff, R. (1994). Individual and contextual correlates of marital change across the transition to parenthood. *Developmental Psychology, 30* (4), 591-601.
- Levy-Shiff, R. & Israelashvili, R. (1988). Antecedents of fathering: Some further exploration. *Developmental Psychology, 24*, 434-440.
- Lewis, J. M. (1988). The transition to parenthood: II. Stability and change in marital structure. *Family Process, 27*, 273-283.
- Lewis, J. M. (1989). *The birth of a family*. New York: Brunner/Mazel.
- Lewis, J. M., Owen, M. T., & Cox, M. J. (1988). The transition to parenthood: III. Incorporation of the child into the family. *Family Process, 27*, 411-421.
- Locke, H. J. & Wallace, K. M. (1959). Short marital-adjustment and prediction tests: Their reliability and validity. *Marriage and Family Living, 21*, 251-255.
- Lott, B. & Maluso, D. (1993). The social learning of gender. In A. E. Beall & R. J. Sternberg (Eds.), *The Psychology of gender* (pp. 99-122). New York: Guilford Press.
- Louis, M. R. (1980). Surprise and sense making: What newcomers experience in entering unfamiliar organizational settings. *Administrative Science Quarterly, 25*, 226 - 251.
- Lovestone, S. & Kumar, R. (1993). Postnatal psychiatry illness: The impact on partners. *British Journal of Psychiatry, 163*, 210-216.

- MacDermid, S. M., Huston, T. L. & McHale, S. M. (1990). Changes in marriage associated with the transition to parenthood: Individual differences as a function of sex-role attitudes and changes in the division of household labor. *Journal of Marriage and the Family*, 52, 475-486.
- McGovern, J. M. & Meyers, S. A. (2002). Relationships between sex-role attitudes, division of household tasks, and marital adjustment. *Contemporary Family Therapy*, 24, 601-618.
- Magagnin, C., Körbes, J. M., Hernandez, J. A. E., Cafruni, S., Rodrigues, M. T. & Zarpelon, M. (2003). Da conjugabilidade a parentalidade: Gravidez, ajustamento e satisfação conjugal. *Aletheia*, 17/18, 41-52.
- Michaels, G. Y. & Goldberg, W. A. (1988). *The Transition to parenthood: Current theory and research*. Cambridge, England: Cambridge University Press.
- Miller, B. C. & Sollie, D. L. (1980). Normal stresses during the transition to parenthood. *Family Relations*, 29, 59-465.
- Mirowski, J. & Ross, C. E. (1989). *Social causes of psychological distress*. New York: Aldine de Gruyter.
- Moen, P. & Yu, Y. (2000). Effective work/life strategies: Working couples, work conditions, gender, and life quality. *Social Problems*, 47(3), 291-326.
- Monteiro, S., Araújo, A., Oliveira, C., Ramos, M. M. & Canavarro, M. C. (2005). O papel das relações com a família de origem e do suporte social na adaptação à transição para a maternidade (On-line). *IberPsicologia*, 10. Acessado em 15/06/2005. Disponível: <http://fs-morente.filos.ucm.es/publicaciones/iberpsicologia/lisboa/monteiro4/monteiro4.htm>
- Morgan, S. P., Lye, D. N. & Condran, G. A. (1988). Sons, daughters, and the risk of marital disruption. *American Journal of Sociology*, 94, 110-129.
- Murstein, B. & Williams, P. (1983). Sex roles and marital adjustment. *Small Group Behavior*, 14, 77-94.
- Myers, D. (2000). *Psicologia Social*. Rio de Janeiro: LTC.
- Naimi, T. S., Lipscomb, L. E., Brewer, R. D. & Gilbert, B. C. (2003). Binge drinking in the preconception period and the risk of unintended pregnancy: Implications for women and their children. *Pediatrics*, 111, 1136-1141.
- Nyström, K. & Öhrling, K. (2003). Parenthood experiences during the child's first year: Literature review. *Journal of Advanced Nursing*, 46, 319-330.

- Oatley, K. (1990). Role transitions and the emotional structure of everyday life. In S. Fisher & C. L. Cooper (Eds.), *On the move: The psychology of change and transition* (pp. 67-82). New York: Wiley & Sons.
- Öhman, S. G., Grunewald, C. & Waldenström, U. (2003). Women's worries during pregnancy: Testing the Cambridge Worry Scale on 200 Swedish women. *Scandinavian Journal of Caring Sciences*, 17, 148-152.
- Oliveira, C., Pedrosa, A. A., Ramos, M. M., Monteiro, S. & Canavarro, M. C. (2005). Impacto do nascimento de um filho, percepção neonatal e adaptação na transição para a maternidade (On-line). *IberPsicologia*, 10. Acessado em 15/06/2005. Disponível:<http://fs-morente.filos.ucm.es/publicaciones/iberpsicologia/lisboa/oliveira/oliveira.htm>
- Oliveira, L. S. O. (1983). *Masculinidade feminilidade androginia*. Rio de Janeiro: Achiamé.
- Parkes, C. (1972). *Bereavement: Studies of grief in adult life*. New York: International Universities Press.
- Peitz, G., Kalicki, B. & Fthenakis, W. E. (2002). Past childhood experiences and marital change following the birth of the first child. (On-line). *Poster presented at the 4th Conference of the International Academy of Family Psychology*. Heidelberg, Germany. Acessado em 07/07/2005. Disponível: <http://www.kreidekreis.mwn.de/Dokumente/Heidel2002.pdf>
- Pearlin, L. I. (1975). Status inequality and stress in marriage. *American Sociological Review*, 40, 344-357.
- Perry, D. G. & Bussey, K. (1979). The social learning theory of sex differences: Imitation is alive and well. *Journal of Personality and Social Personality*, 37, 1699-1712.
- Porter, C. & Hsu, H.-C. (2003). First-time mothers' perceptions of efficacy during the transition to motherhood: Links to infant temperament. *Journal of Family Psychology*, 17, 54-65.
- Prouty, A. M., Markowski, E. M. & Barnes, H. L. (2000). Using the Dyadic Adjustment Scale in marital therapy: An exploratory study. *The family journal: Counseling and therapy for couples and families*, 8, n°3, 250-257.
- Ramos, M. M., Canavarro, M. C., Araújo, A., Oliveira, C. & Monteiro, S. (2005). A adaptação paterna na transição para a parentalidade (On-line). *IberPsicologia*, 10.

- Acessado em 15/06/2005. Disponível: <http://fs-morente.filos.ucm.es/publicaciones/iberpsicologia/lisboa/moura/moura.htm>
- Relvas, A. P. (1996). *O ciclo vital familiar: Perspectiva sistêmica*. Porto: Edições Afrontamento.
- Rodrigues, A. R., Pérez-López, J. & Brito de la Nuez, A. G. (2004). La vinculación afectiva prenatal y la ansiedad durante los últimos tres meses del embarazo en las madres y padres tempranos. *Anales de Psicología*, 20, 95-102.
- Rodriguez, R. G. (2005a). Measures of anxiety, stress, marital satisfaction, and depression among first time expectant fathers living in a rural community: An antepartum and postpartum study (On-line). *A Research Study Summary*. Acessado em 15/05/2005. Disponível: <http://www.drdad.info/research.html>
- Rodriguez, R. G. (2005b). *Time, talk, and touch: Why these three Ts are essential to a successful pregnancy* (On-line). Acessado em 15/05/2005. Disponível: <http://www.drdad.info/timetalktouch.html>
- Rogers, S. J. & Amato, P. R. (1997). Is marital quality declining? The evidence from two generations. *Social Forces*, 75, 1089-1100.
- Rogers, S. J. & Amato, P. R. (2000). Have changes in gender relations affected marital quality? *Social Forces*, 79, 731-753.
- Ross, L., Anderson, D. R. & Wisocki, P. A (1982). Television viewing and adult sex-role attitudes. *Sex Roles*, 8, 589-592.
- Ross, C. E. & Van Willigen, M. (1996). Gender, parenthood, and anger. *Journal of Marriage and Family*, 58 (3), 572-584.
- Ruble, D. N., Fleming, A. S., Hackel, L. S. & Stangor, C. (1988). Changes in the marital relationship during the transition to first time motherhood: Effects of violated expectations concerning division of household labor. *Journal of Personality and Social Psychology*, 55(1), 78-87.
- Salomone, R. (2005). Um é pouco, dois é bom, três pode ser demais. *Veja*, 24, 106-108.
- Salmela-Aro, K., Nurmi, J-E., Saisto, T. & Halmesmaeki, E. (2000). Women's and men's personal goals during the transition to parenthood. *Journal of Family Psychology*, 14(2), 171-186.
- Sanchez, L. & Thomson, E. (1997). Becoming mothers and fathers; Parenthood, gender and the division of labor. *Gender & Society*, 11, 747-773.
- Scavone, L. (2001). Maternidade: Transformações na família e nas relações de gênero. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, 5, 47-60.

- Schlossberg, N. K., Waters, E. B. & Goodman, J. (1995). *Counseling adults in transition*. New York: Springer Publishing Company.
- Shapiro, A. F., Gottman, J. M. & Carrere, S. (2000). The baby and the marriage: Identifying factors that buffer against decline in marital satisfaction after the first baby arrives. *Journal of Family Psychology, 14*(1), 59-70.
- Shek, D. T. L. (1995). The Chinese version of the Dyadic Adjustment Scale: Does language make a difference? *Journal of Clinical Psychology, 51*, 802-811.
- Simpson, J. A., Rholes, W. S., Campbell, L., Tran, S. & Wilson, C. (2003). Adult attachment, the transition to parenthood, and depressive symptoms. *Journal of Personality and Social Psychology, 84*, 1172-1187.
- Spanier, G. B. (1973). Whose marital adjustment? A research note. *Sociological Inquiry, 43*, 95-96.
- Spanier, G. B. (1976). Measuring dyadic adjustment: New scales for assessing the quality of marriage and similar dyads. *Journal of Marriage and the Family, 38*, 15-28.
- Spanier, G. B. & Cole, C. L. (1975). Toward clarification and investigation of marital adjustment. *International Journal of Sociology of the Family, 6*, 121-146.
- Spanier, G. B. & Thompson, L. (1982). A confirmatory analysis of the Dyadic Adjustment Scale. *Journal of Marriage and the Family, 44*, 731-738.
- Spence, J. T., Helmreich, R. & Stapp, J. (1975). Ratings of self and peers on sex role attributes and their relation to self-esteem and conceptions of masculinity and femininity. *Journal of Personality and Social Psychology, 32*, 29-39.
- Sternberg, R. J. (2000). *Psicologia cognitiva*. Porto Alegre: ArtMed.
- Stewart, A. J. & McDermott, C. (2004). Gender in psychology. *Annual Review of Psychology, 55*, 519-544.
- Super, D. (1983) Assessment in career guidance: Toward truly developmental counseling. *Personel and Guidance Journal, 61*(9), 555-562.
- Tomlinson, P. S. & Irwin, B. (1993). Qualitative study of women's reports of family adaptation pattern four years following transition to parenthood. *Issues in Mental Health Nursing, 14*, 119-138.
- Twenge, J. M., Campbell, W. K. & Foster, C. A. (2003). Parenthood and marital satisfaction: A meta-analytic review. *Journal of Marriage and Family, 65*, 574-583.

- Wallace, P. M. & Gotlib, I. H. (1990). Marital adjustment during the transition to parenthood: Stability and predictors of change. *Journal of Marriage and the Family*, 52, 21-30.
- Waldron, H. & Routh, D. K. (1981). The effect of the first child on the marital relationship. *Journal of Marriage and the Family*, 43, 785-788.
- White, M. A., Wilson, M. E., Elander, G., Sci, M. & Persson, B. (1999). The Swedish family: Transition to parenthood. *Scandinavian Journal of Caring Sciences*, 13, 171-176.
- Wilkinson, R. B. (1995). Changes in psychological health and the marital relationship through childbearing: Transition or process as stressor? *Australian Journal of Psychology*, 47, 86-92.
- Williams, D. E. & D'Alessandro, J. D. (1994). A comparison of three measures of androgyny and their relationship to psychological adjustment. *Journal of Social Behavior and Personality*, 9, 469-480.
- Winstead, B. A. & Derlega, V. J. (1993). Gender and close relationships: An introduction. *Journal of Social Issues*, 49, 1-9.
- Woollett, A. & Parr, M. (1997). Psychological tasks for women and men in the postpartum. *Journal of Reproductive & Infant Psychology*, 15, 159-184.
- Zammichieli, M. E., Gilroy, F. D. & Sherman, M. F. (1988). Relation between sex-role orientation and marital satisfaction. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 14, 747-754.
- Zelowitz, P. & Milet, T. H. (1996). Postpartum psychiatric disorders: Their relationships to psychological adjustment and marital satisfaction in the spouses. *Journal of Abnormal Psychology*, 105, 281-285.

ANEXOS

ANEXO A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu,.....aceito
completar este questionário certo de que minha identidade pessoal será preservada de qualquer exposição. Fui informado dos objetivos e do caráter voluntário para a participação neste estudo.

Este trabalho pertence ao projeto de tese de doutorado denominado "Transição da Conjugalidade para a Parentalidade: Gênero, Ajustamento Conjugal e Emocional", que está sendo realizado pelo aluno Ms. José Augusto Evangelho Hernandez (F: 051 3336-2005) e equipe, orientados pelo Prof. Cláudio Simon Hutz, PhD (F: 051 3333-3195), junto ao Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento do Instituto de Psicologia da UFRGS.

Ciente, que estou participando de uma pesquisa, autorizo que os dados constantes nos questionários sejam utilizados para os fins da referida investigação e para, posterior, publicação de artigo científico em revistas especializadas.

Porto Alegre, de de 200.....

Assinatura do (a) participante

Cláudio Simon Hutz – Orientador

José Augusto Evangelho Hernandez - Doutorando

ANEXO B

BEM SEX ROLE INVENTORY

Estamos fazendo uma pesquisa para tentar verificar como as pessoas se percebem em relação a algumas características. Não há respostas certas ou erradas.

Observe que a escala vai do nº 1 (que significa que a característica nunca é verdadeira) até o nº 7 (que significa que a característica é sempre verdadeira). Não deixe nenhuma característica sem a sua resposta.

-----1	-----2	-----3	-----4	-----5	-----6	-----7
Nunca verdadeira	Muito raramente verdadeira	Raramente verdadeira	Ocasional- mente verdadeira	Frequente- mente verdadeira	Muito frequen- mente verdadeira	Sempre verdadeira

Analisando atentamente se cada uma das características abaixo é verdadeira em relação a você, responda a cada uma, utilizando as 7 opções apresentadas acima.

Coloque o número da opção dentro dos (). Não deixe nenhuma em branco.

Eu sou uma pessoa:

- | | | | | | |
|-----------------|-----|-----------------|-----|----------------------|-----|
| 1. Valente | () | 21. Cínica | () | 41. Caridosa | () |
| 2. Romântica | () | 22. Atléticoa | () | 42. Queixosa | () |
| 3. Ponderada | () | 23. Sonhadora | () | 43. Galanteadora | () |
| 4. Influyente | () | 24. Otimista | () | 44. Meiga | () |
| 5. Feminina | () | 25. Líder | () | 45. Coerente | () |
| 6. Vulgar | () | 26. Dócil | () | 46. Auto-suficiente | () |
| 7. Combativa | () | 27. Fofoqueira | () | 47. Fiel | () |
| 8. Prendada | () | 28. Livre | () | 48. Mesquinha | () |
| 9. Sociável | () | 29. Delicada | () | 49. Popular | () |
| 10. Viril | () | 30. Negligente | () | 50. Sensível | () |
| 11. Carinhosa | () | 31. Namorada | () | 51. Autodisciplinada | () |
| 12. Invejosa | () | 32. Sentimental | () | 52. Argumentadora | () |
| 13. Arrojada | () | 33. Organizada | () | 53. Suave | () |
| 14. Vaidosa | () | 34. Competidora | () | 54. Grosseira | () |
| 15. Responsável | () | 35. Terna | () | 55. Experiente | () |
| 16. Liberal | () | 36. Espontânea | () | 56. Graciosa | () |
| 17. Emotiva | () | 37. Masculina | () | 57. Tagarela | () |
| 18. Leviana | () | 38. Charmosa | () | 58. Autoconfiante | () |
| 19. Dominadora | () | 39. Amigável | () | 59. Amável | () |
| 20. Doce | () | 40. Poderosa | () | 60. Esforçada | () |

ANEXO C
DYADIC ADJUSTMENT SCALE

Muitas pessoas têm desacordos em seus relacionamentos. Por favor, indique o grau aproximado de acordo ou desacordo entre você e sua (seu) parceira (o) para cada questão da seguinte lista colocando um X. Coloque o X em apenas uma opção para cada questão.

	Concordamos sempre	Concordamos na maioria do tempo	Discordamos ocasionalmente	Discordamos freqüentemente	Discordamos na maioria do tempo	Discordamos sempre
01. Administração das finanças da família.						
02. Assuntos de recreação.						
03. Assuntos religiosos.						
04. Demonstrações de afeição.						
05. Amigos.						
06. Relações sexuais.						
07. Comportamento correto ou apropriado.						
08. Filosofia de vida.						
09. Em relação a negócios com parentes.						
10. Propósitos, metas e coisas importantes.						
11. Quantidade de tempo gasto juntos.						
12. Tomada de decisões importantes.						
13. Tarefas domésticas.						
14. Atividades e tempo de lazer.						
15. Decisões profissionais.						

	Todo o Tempo	A maioria do tempo	Mais freqüente do que não	Ocasionalmente	Raramente	Nunca
16. Quantas vezes vocês têm discutido ou considerado o divórcio, separação ou término de seu relacionamento?						
17. Quantas vezes você e sua (seu) parceira (o) saem de casa após uma briga?						
18. Em geral, quantas vezes você pensa que as coisas entre você e sua (seu) parceira (o) estão indo bem?						
19. Você confia em sua (seu) parceira (o)?						
20. Você se arrepende de ter casado (ou ir viver junto)?						
21. Quantas vezes você e sua (seu) parceira (o) brigam?						
22. Quantas vezes você e sua (seu) parceira (o) irritam um ao outro?						

	Todo o Dia	Na maioria dos dias	Ocasionalmente	Raramente	Nunca
23. Você beija sua (seu) parceira (o)?					

	Todos eles	A maioria deles	Alguns deles	Poucos deles	Nenhum deles
Você e sua (seu) parceira (o) envolvem-se em interesses externos juntos?					

Quantas vezes você diria que os seguintes eventos ocorrem entre você e sua (seu) parceira (o) ?

	Nunca	Menos do que uma vez por mês	Algumas vezes por mês	Algumas vezes por semana	Uma vez ao dia	Mais freqüente
25. Têm uma estimulante troca de idéias.						
26. Riem juntos.						
27. Calmamente discutem alguma coisa.						
28. Trabalham juntos em um projeto.						

Existem algumas coisas sobre as quais os casais às vezes concordam e às vezes discordam. Indique se os itens abaixo causaram diferenças de opinião ou foram problemas em seu relacionamento durante as semanas passadas recentes. (Responda sim ou não).

Sim	Não	
		29. Estar cansado demais para relações sexuais.
		30. Não demonstrar amor.

31. Os pontos abaixo representam diferentes graus de felicidade em seu relacionamento. O ponto médio “feliz” representa o grau de felicidade da maioria dos relacionamentos. Por favor, indique o ponto que melhor descreve o grau de felicidade, considerando todas as coisas, de seu relacionamento.

Extremamente infeliz	Razoavelmente infeliz	Um pouco infeliz	Feliz	Muito feliz	Extremamente feliz	Perfeito

32. Qual das afirmações seguintes melhor descreve como você se sente sobre o futuro do seu relacionamento?

	Quero desesperadamente que meu relacionamento dê certo e faria quase tudo para que assim seja.
	Quero muito que meu relacionamento dê certo e farei tudo que puder para que assim seja.
	Quero muito que meu relacionamento dê certo e farei a minha parte (o que estiver ao meu alcance) para que assim seja.
	Seria bom se meu relacionamento desse certo, mas não posso fazer mais do que já faço atualmente para que dê certo.
	Seria bom se desse certo, mas me recuso a fazer mais do que já faço atualmente para mantê-lo.
	Meu relacionamento nunca dará certo e não há mais nada que eu possa fazer para mantê-lo.

ANEXO D

ESCALA FATORIAL DE NEUROTICISMO

Leia atentamente cada uma das seguintes sentenças e marque o quanto ela é adequada para descrever suas opiniões, sentimentos ou atitudes. Se você acha que a frase descreve muito bem suas opiniões, sentimentos ou atitudes, marque o "7". Se você acha que essa frase absolutamente não o descreve bem, marque "1". Quanto mais você acha que esta frase é apropriada para descrevê-lo, mais próximo do "7" você deve marcar; quanto menos você acha que essa sentença é apropriada, mais próximo do "1" você deve marcar. Se você considerar que a sentença o descreve "mais ou menos", marque "4".

- (1) completamente inadequada
- (2) muito inadequada
- (3) um pouco inadequada
- (4) neutro, "mais ou menos"
- (5) um pouco adequada
- (6) muito adequada
- (7) perfeitamente adequada

1. Deixo de fazer as coisas que desejo por medo de ser criticado pelos outros. ()
2. Com freqüência, sinto muita necessidade de falar com alguém, mesmo que seja com uma pessoa desconhecida. ()
3. Sinto-me muito mal quando recebo alguma crítica. ()
4. Gosto muito de apostar ou jogar a dinheiro, independente de quanto venha a perder. ()
5. Quando falo comigo mesmo, é como se houvesse outra pessoa dentro de mim discutindo e argumentando comigo. ()
6. Com freqüência, penso que a minha vida é ruim. ()
7. Me incomodo se pessoas conhecidas desaprovam alguma coisa que faço. ()
8. Com freqüência, sinto que tenho que sair imediatamente de onde estou, caso contrário algo muito ruim pode me acontecer. ()
9. Frequentemente tenho ótimas idéias, mas elas são criticadas ou ignoradas por meus conhecidos. ()

10. Às vezes ouço vozes dentro da minha cabeça. ()
11. Sou capaz de fazer coisas que me desagradam para não perder as pessoas importantes para mim. ()
12. Os meus familiares reclamam que bebo muito. ()
13. Com freqüência, passo por períodos em que fico extremamente irritável, me incomodando com qualquer coisa. ()
14. Tenho dificuldade em expressar as minhas opiniões por achar que as pessoas não darão importância a elas. ()
15. Geralmente me sinto feliz. ()
16. Sinto que posso ter uma doença grave, mesmo que os médicos não encontrem nada de errado comigo. ()
17. Quando as coisas vão mal, procuro pensar que elas não podem continuar assim para sempre. ()
18. Frequentemente sinto que coisas muito ruins estão por acontecer mesmo sem nenhum motivo aparente. ()
19. Acho que a minha vida vai melhorar no futuro. ()
20. Sou capaz de qualquer coisa para que as pessoas não me deixem. ()
21. Acho que estou bebendo muito ultimamente. ()
22. Tenho muito medo que os meus amigos deixem de gostar de mim. ()
23. Com freqüência, tenho sensações de tontura, vertigem ou desmaio. ()
24. Acho que as pessoas não me consideram interessante. ()
25. Sou uma pessoa pessimista. ()
26. Às vezes, gosto de matar ou ver animais mortos. ()
27. Às vezes sinto medo de perder o controle sobre as minhas ações e fazer coisas imprevisíveis. ()
28. Gosto de ouvir elogios sobre minha aparência, me aborrecendo quando isto não ocorre. ()
29. Sou uma pessoa irritável. ()
30. Tenho muita dificuldade em tomar decisões na minha vida. ()
31. Se for necessário mentir para conseguir alguma coisa, minto sem constrangimento. ()

32. Não tenho nenhum objetivo a buscar na vida. ()
33. Às vezes, sinto que estou pensando muito rapidamente, sobre mais de uma coisa ao mesmo tempo, como se estivesse assistindo a vários programas de TV simultaneamente. ()
34. Sou uma pessoa insegura. ()
35. Já tentei cometer suicídio. ()
36. Meu humor varia constantemente. ()
37. Geralmente faço o que os meus amigos e parentes querem, embora não concorde com eles, com medo que se afastem de mim. ()
38. Quando sinto que as pessoas não estão me observando, faço algo para chamar a atenção. ()
39. Já falei para outras pessoas que iria cometer suicídio. ()
40. Às vezes passo por períodos em que me sinto extremamente feliz e eufórico, mas depois vêm períodos de profunda tristeza e sofrimento. ()
41. Estou satisfeito comigo mesmo. ()
42. Quando estou em grupo, prefiro não falar nada, pois sei que os outros acharão erradas as minhas opiniões. ()
43. Espero ter sucesso no futuro. ()
44. Com freqüência como muito, sem conseguir me controlar e parar de comer. ()
45. Acho normal cometer algumas infrações para conseguir o que quero. ()
46. Tenho dificuldade em me concentrar nas tarefas que estou fazendo. ()
47. Estou cansado de viver. ()
48. Às vezes, após beber muito, não me lembro do que aconteceu. ()
49. Não gosto do meu corpo. ()
50. Tudo o que posso ver à minha frente é mais desprazer do que prazer. ()
51. Às vezes sinto um medo súbito de morrer. ()
52. Não gosto de expressar as minhas idéias, pois tenho medo de ser ridicularizado. ()
53. Prefiro me distrair com atividades em que eu tenha pouco ou nenhum contato com outras pessoas. ()
54. Fico muito irritado quando alguém que estou esperando se atrasa,

- mesmo que seja por apenas alguns minutos. ()
55. Sinto uma grande necessidade de ser ajudado pelos outros para levar adiante a minha vida. ()
56. Nunca consigo o que quero, portanto, é tolice desejar qualquer coisa. ()
57. Tenho fases em que fico dias sem dormir e me sentindo bem, cheio de energia. ()
58. Frequentemente me sinto perturbado por um intenso sentimento de culpa. ()
59. Gosto de envolvimento sexuals incomuns. ()
60. Mudo os meus gostos e preferências com facilidade. ()
61. Às vezes os meus pensamentos surgem tão rapidamente e intensamente que eu fico confuso. ()
62. Sinto-me entediado com a vida. ()
63. Frequentemente sofro de insônia. ()
64. Os meus amigos dizem que bebo demais. ()
65. Sou uma pessoa nervosa. ()
66. Não acho errado enganar as pessoas se isso for necessário para atingir meus objetivos. ()
67. Com frequência, eu choro sem motivo. ()
68. Só me aproximo de uma pessoa quando estou certo de que ela concorda com as minhas opiniões e atitudes, para evitar críticas ou desaprovação. ()
69. Às vezes, tenho acessos de raiva em que chego a ferir a mim mesmo. ()
70. Sou uma pessoa solitária. ()
71. Sinto com frequência episódios de taquicardia (aceleração dos batimentos cardíacos). ()
72. Levo muito em conta o que as pessoas dizem ao decidir o que vou fazer. ()
73. Penso no futuro com esperança e entusiasmo. ()
74. Adoro ter envolvimento sexuals que são diferentes daqueles que as pessoas em geral têm. ()
75. Peço com frequência conselhos a amigos e conhecidos porque tenho muita dificuldade para tomar decisões. ()
76. É possível que meu trabalho ou estudo esteja sendo prejudicado porque

- eu tenho bebido demais. ()
77. Acho que a minha vida é vazia e sem emoção. ()
78. Há ocasiões em que acho que posso fazer qualquer coisa que desejar. ()
79. Sinto prazer em tudo o que eu faço. ()
80. Meus amigos acham que gasto muito tempo cuidando da minha aparência. ()
81. Com frequência, sinto vontade de chorar sem nenhum motivo aparente. ()
82. Raramente sinto prazer ao realizar uma atividade. ()